

**CANA-DE-AÇÚCAR, PETRÓLEO E AS GRANDES INTERVENÇÕES REGIONAIS
RECENTES: PROJETOS SETORIAIS EM DISPUTA NO CAMPO DOS
DISCURSOS REGIONALISTAS DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES**

WILLIAM SOUZA PASSOS

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
SETEMBRO DE 2011**

**CANA-DE-AÇÚCAR, PETRÓLEO E AS GRANDES INTERVENÇÕES REGIONAIS
RECENTES: PROJETOS SETORIAIS EM DISPUTA NO CAMPO DOS
DISCURSOS REGIONALISTAS DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES**

WILLIAM SOUZA PASSOS

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

ORIENTADOR: PROF. Dr. MARLON GOMES NEY

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

SETEMBRO DE 2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

024/2011

P289

Passos, William Souza

Cana-de-açúcar, petróleo e as grandes intervenções regionais recentes : projetos setoriais em disputa no campo dos discursos regionalistas de desenvolvimento de Campos dos Goytacazes -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

111 p. : il

Orientador: Marlon Gomes Ney
Dissertação (Mestrado Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2011
Bibliografia: f. 105 - 111

1. Análise do Discurso. 2. Elite (Classe Social) – Campos dos Goytacazes (RJ). 3. Desenvolvimento econômico – Região Norte. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD – 304.2

**CANA-DE-AÇÚCAR, PETRÓLEO E AS GRANDES INTERVENÇÕES REGIONAIS
RECENTES: PROJETOS SETORIAIS EM DISPUTA NO CAMPO DOS
DISCURSOS REGIONALISTAS DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES**

WILLIAM SOUZA PASSOS

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Apresentada em: 08/09/2011

Prof. Dr. Marlon Gomes Ney (Doutor em Economia Aplicada)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
(Orientador)

Prof. Dr. José Luís Vianna da Cruz (Doutor em Planejamento Urbano e Regional)
Universidade Federal Fluminense – UFF
(Co-orientador)

Prof^a. Dr. Vanuza da Silva Pereira (Doutora em Produção Vegetal)
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dr. Rodrigo da Costa Caetano (Doutor em Geografia)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Na esperança de que todo o esforço em favor de mim tenha valido a pena, dedico a minha mãe a obra até aqui mais importante da minha vida.

“Somos um paradoxo que precisa ser quebrado, de uma região potencialmente rica e uma população efetivamente pobre”.

(Geraldo Hayen Coutinho, Ainda os desafios, Coluna, Folha da Manhã, 14 maio 2010, p. 4).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que, apesar de todas as minhas misérias, continua a me conceder os dons da vida, da saúde e da inteligência, que me permitem concluir com êxito mais uma importante etapa da minha vida. Diante da imensa bondade e misericórdia divinas só tenho a agradecer e a invocar as palavras do salmista, quando diz: “Se tiverdes em conta nossos pecados, Senhor, quem subsistirá?” (Salmo 130, 3).

Foi somente agora no mestrado que as ideias apresentadas neste trabalho ganharam maior amadurecimento e referencial teórico. Para isso muito contribuiu a orientação do professor Marlon Gomes Ney, com o qual tenho uma dívida impagável pela atenção e disponibilidade e, sobretudo, pelas discussões relacionadas à pesquisa e pelos incentivos a ousar e ampliar meus conhecimentos. Outra dívida impagável tenho para com o professor José Luis Vianna da Cruz, tanto pela solicitude, atenção e incentivo, mesmo diante de uma agenda super apertada, quanto pela co-orientação extremamente satisfatória. A ele devo a ideia do uso do binômio *monocultura da cana versus diversificação produtiva* como referencial analítico dos discursos que me propus a estudar, bem como a sugestão do recorte do meu objeto através da construção de um *campo das disputas dos discursos regionalistas de desenvolvimento* das elites campistas dentro do jornal Folha da Manhã. Se antes do mestrado ele já merecia a minha admiração como pessoa, pesquisador e intelectual, a partir de agora a minha admiração torna-se ainda maior.

Tenho, ainda, a agradecer a importante contribuição do professor Hernán Mamani. Sempre solícito, foi das frutuosas conversas com ele que surgiu a sugestão da utilização da noção de *campo*, de Bourdieu, e da sua construção metodológica mediante a análise dos jornais locais.

Agradeço ainda ao meu grande amigo Jayme e, especialmente, ao meu eterno amigo fraterno Marcelo, que, com as longas conversas e trocas de experiências, me ajudaram a ganhar autoconfiança e a definir os caminhos da dissertação.

Às minhas grandes e eternas amigas Aline e Débora, tenho muito a agradecer pelo suporte moral e pelas dezenas de livros emprestados da biblioteca do IFF, tão necessários ao meu embasamento teórico e escrita.

Aos meus colegas de trabalho, especialmente a amiga Marcela, sempre compreensiva; a amiga Cristine que fiz no mestrado; e a todas as pessoas que direta ou indiretamente, pelo apoio e incentivo moral e acadêmico dispensados contribuíram para a realização e conclusão deste trabalho, gostaria de agradecer sem fazer menção de nomes para não cometer injustiça.

E, finalmente, à minha família, pelo incansável amor, carinho, cuidado e paciência que sempre tiveram para comigo. Queria fazer um agradecimento especial ao meu padrasto e pai adotivo Marcus, que, mesmo em meio a agonia do seu estado de saúde, nunca deixou de se preocupar comigo e me adotou como filho do mesmo modo que eu o adotei como pai. A ele os meus mais sinceros e infinitos agradecimentos.

Também não poderia deixar de agradecer, nos últimos meses da elaboração desta dissertação, todo o carinho e cuidado de Paula, que com o seu jeito doce e amoroso me animou diante das últimas dificuldades e me estimulou a levar este trabalho até o fim.

Por fim, gostaria de agradecer a minha mãe, o meu mais importante exemplo e principal referência pessoal, que, mesmo nos momentos mais difíceis, sempre acreditou em mim e lutou pelo meu sustento e pelos meus estudos. Na esperança de que todo o esforço em favor de mim tenha valido a pena, dedico a ela a obra até aqui mais importante da minha vida.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	01
2 MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	06
2.1 Enunciado do objeto e proposta metodológica.....	07
2.2 Espaço e Território.....	09
2.3 Região e Regionalismo.....	12
2.4 Campo, Desenvolvimento e Discurso.....	15
3 O AMARGO DOCE DO AÇÚCAR: AS RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA, SOCIEDADE E TERRITÓRIO NA HISTÓRIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	19
3.1 Origens econômicas, territoriais e simbólicas de Campos dos Goytacazes e a construção de uma memória em torno da ideia de <i>município-região</i>	23
3.2 A década de 1970 como marco de um projeto de desenvolvimento restauracionista das elites do açúcar.....	31
3.3 O desencanto com as promessas do açúcar nos primeiros anos da década 1990 e os presságios de uma grande tragédia.....	45
3.4 A Lei do petróleo como possibilidade redentora e a afirmação de um novo projeto regional.....	49
3.5 O Quadro regional atual e as projeções para o futuro: a tensão entre progresso e caos.....	54
3.5.1 O Pré-Sal e o novo marco regulatório do petróleo.....	56
3.5.2 O Complexo Portuário do Açú.....	60
3.5.3 O Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado.....	64
4 O BINÔMIO MONOCULTURA VERSUS DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA COMO CATEGORIA ANALÍTICA CENTRAL PARA CONSTRUIR UM CAMPO DOS DISCURSOS REGIONALISTAS DE DESENVOLVIMENTO DO JORNAL FOLHA DA MANHÃ (2006-2011).....	68
4.1 O discurso da monocultura da cana.....	74
4.1.1 O discurso restauracionista passadista canavieiro.....	77
4.1.2 O discurso agrocanavieiro-diversificador.....	81
4.2 O discurso da diversificação produtiva.....	83
4.2.1 O discurso das grandes intervenções.....	84
4.2.1.1 O discurso do petróleo.....	85
4.2.1.2 O discurso do Porto do Açú.....	90
4.2.1.3 O discurso do Complexo Farol-Barra do Furado.....	91
4.2.1.4 O discurso da atração de grandes empresas.....	92
4.2.2 O discurso do desenvolvimento endógeno.....	94
4.2.3 O discurso do turismo.....	97
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
6 REFERÊNCIAS.....	105

LISTAS DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do município de Campos dos Goytacazes – RJ.....	19
Figura 2 – Mapa do Estado do Rio de Janeiro segundo mesorregiões de governo.....	28
Figura 3 – Mapa das projeções ortogonais e paralelas dos municípios limítrofes a Bacia de Campos.....	50
Figura 4 – Campo do discurso da monocultura.....	70
Figura 5 – Campo do discurso da diversificação.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A Região Norte Fluminense nos Censos do IBGE.....	27
Quadro 2 – Empresas do Grupo Eike Batista.....	63
Quadro 3 – Campo dos discursos regionalistas de desenvolvimento divididos por agentes.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População total do Estado do Rio de Janeiro, das mesorregiões Norte e Noroeste Fluminense e de seus municípios-polos.....	26
Tabela 2 – Taxa de crescimento da população do Estado do Rio de Janeiro, das mesorregiões Norte e Noroeste Fluminense e de seus municípios-polos (em %).	26
Tabela 3 – Receitas, em valores reais de 2009, provenientes de <i>royalties</i> e participações especiais de cinco municípios da região Norte Fluminense (em R\$ mil).....	50
Tabela 4 – Estimativa de redução das receitas dos municípios da OMPETRO, excluindo Niterói (em R\$ mil).....	58

RESUMO

O objeto deste estudo é analisar o discurso das elites de Campos dos Goytacazes, tradicional polo regional do Norte Fluminense, cerca de vinte anos após o declínio das atividades da cana-de-açúcar e do álcool, no momento em que a questão regional volta a se manifestar diante das propostas de mudanças na distribuição dos *royalties* do petróleo e das duas grandes intervenções em andamento na região: o Complexo Portuário do Açú e o Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado. Como metodologia, optou-se pela análise dos discursos, declarações e opiniões contidos nas matérias jornalísticas, colunas e artigos assinados do jornal Folha da Manhã, periódico, desde sua criação, em 1978, vinculado a defesa regionalista do Norte Fluminense. Para tanto, foram pesquisadas as edições de 01 de julho de 2006 a 30 de julho de 2011 para selecionar o material que contivesse referência às posições, estratégias e ações dos agentes com maior grau de exposição e voz no jornal, ligadas à *questão do desenvolvimento* de Campos dos Goytacazes. O objetivo da seleção foi construir um campo dos discursos regionalistas de desenvolvimento do jornal Folha da Manhã nos últimos cinco anos (2006-2011). Mesmo com apenas cinco usinas operando no município na safra 2010/2011, as elites sucroalcooleiras permanecem polarizando o espaço do periódico de maior circulação regional, que, do ponto de vista ideológico, se divide entre a defesa da recuperação do setor sucroalcooleiro e a implantação de diferentes projetos de diversificação desvinculados da dinâmica econômica tradicional.

Palavras-chave: discurso, regionalismo, desenvolvimento, Campos dos Goytacazes.

ABSTRACT

The object of this study is to analyze the speech of elites in Campos dos Goytacazes, traditional regional center of northern state of Rio de Janeiro, some twenty years after the decline of the activities of sugar cane and alcohol, when the regional issue comes back due to proposed changes in the distribution of oil royalties and two large ongoing interventions in the region: Port of Açú and the Industrial Complex *Farol-Barra do Furado*. The chosen methodology was the analysis of speeches, statements and opinions contained in local newspapers articles *Folha da Manhã*, since its inception in 1978 linked to the regional defense of the region. To this end, the issues were surveyed from 2006 to 2011 to select the material that contained reference to the positions, strategies and actions with a greater degree of exposure and influence in the newspaper. The aim was to build a selection field of regional development discourses in *Folha da Manhã* during the past five years (2006-2011). Although only five plants are still operating in the 2010/2011 crop, sugar cane elites remain polarizing the space of the journal with the largest regional circulation, which, from the ideological point of view, is divided between the defense of the recovery of this sector and the implementation of different diversification projects not linked to traditional economic dynamics.

Keywords: speech, regionalism, development, Campos dos Goytacazes.

1 INTRODUÇÃO

No momento em que a dissertação começou a ser escrita, voltava a repercutir fortemente a *questão regional* do Norte Fluminense com a aprovação na Câmara dos Deputados, em 10/03/2010, do Projeto de Lei Federal nº 5.938/09 que incorporou a Emenda 387/09 (Emenda Ibsen Pinheiro), conhecida por propor a redistribuição igualitária dos recursos do petróleo entre todos os estados (50%) e municípios (50%) brasileiros, fato que faria despencar dramaticamente as receitas das prefeituras dos municípios limítrofes a Bacia de Campos, de modo especial, Campos dos Goytacazes¹, o maior beneficiário destes recursos.

Assim, ao ganhar as páginas da imprensa local, a questão regional do Norte Fluminense volta a se manifestar sob um viés economicista, assumindo a forma de *questão do desenvolvimento*. De modo geral, além da luta pela manutenção das atuais receitas dos *royalties* do petróleo, a questão do desenvolvimento do Norte Fluminense está associada a duas grandes intervenções em andamento na região: a instalação do Complexo Portuário do Açú, em torno de um porto, da LLX, de um polo industrial e de um mineroduto, da MMX/Anglo, em São João da Barra; e o estabelecimento do Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado, na divisa dos municípios de Campos dos Goytacazes e Quissamã, com dois centros de apoio *off-shore*, um da Chouest e outro da STX Brasil, e um terminal de estocagem de derivados do petróleo, da Alupar.

Cerca de vinte anos após o declínio das elites agropecuárias, lideradas pela fração usineira, Campos dos Goytacazes, tradicional polo regional ancorado nas atividades da cana, do açúcar e do álcool, ainda vive um período de indefinição quanto ao seu papel na nova ordem regional. Não bastasse ter assistido ao estabelecimento do polo petrolífero em Macaé, nos anos 1970, as elites do município se ressentem, mais uma vez, nestes primeiros anos do século XXI, da instalação das duas grandes intervenções em andamento na região fora dos seus domínios. Apesar de parte do Complexo Farol-Barra do Furado localizar-se fisicamente dentro do território campista, em termos de vínculo com o núcleo urbano, o empreendimento tende a ligar-se mais diretamente com a cidade de Quissamã do que com a de Campos.

¹ Em alguns momentos deste trabalho, como é uso corrente, o município de Campos dos Goytacazes será chamado simplesmente de Campos.

Do ponto de vista do campo das disputas discursivas, as retóricas no polo regional tradicional vem se dividindo entre a difusão de uma percepção generalizada de atraso, oriunda do esgotamento do setor sucroalcooleiro regional nos anos 1980, e a busca de um novo elemento redentor, frustrado com a decisão da Petrobras em se instalar em Macaé. Neste aspecto, cabe ressaltar ainda que, novamente, as duas grandes intervenções em andamento na região, situadas fora do território campista, não são capazes de atender aos interesses corporativos da maioria dos segmentos sociais em disputa no município.

Pelo papel histórico desempenhado na região, a análise da posição de Campos dos Goytacazes na atual ordem do Norte Fluminense assume particular relevância. Símbolo, na memória regional, mas particularmente das elites campistas, da ideia de uma *grande região*, que conformaria, desde o início da colonização, um grande território pertencente a Campos e com grande projeção nacional, identificado pelo dinamismo da pecuária, da cana-de-açúcar e do café e situado desde o litoral norte do Estado do Rio de Janeiro até Cabo Frio, abrangendo ainda parcelas dos territórios de Minas Gerais e Espírito Santo, Campos dos Goytacazes constituía, inicialmente, *o próprio território do Norte Fluminense*, incorporando, ainda hoje, embora de maneira menos nítida e generalizada, a ideia de município-região (CRUZ, 2003).

Principal polo regional desde a colonização, Campos dos Goytacazes, entre meados do século XVIII e meados do século XX, figurou entre os principais produtores de açúcar do Brasil, tendo sido o maior produtor nas primeiras décadas do século passado. Por isso, subsiste no imaginário das elites campistas, mas particularmente da fração usineira e sua herdeira, a memória de um “passado glorioso”, em que Campos, graças à pecuária, a cana-de-açúcar e ao café, havia alçado grande projeção nacional. Em muitos casos, chega-se a evocar alguns marcos simbólicos deste período, dentre eles o pioneirismo na América Latina quanto ao uso da iluminação pública baseada em energia elétrica, no século XIX.

No entanto, a partir da década de 1950, o Norte Fluminense passa a vivenciar progressivamente um profundo processo de esvaziamento e estagnação econômica, agravado ainda mais ao final do ciclo de modernização da agricultura dos anos 1970 e 1980 alicerçado no Proálcool. O declínio das atividades tradicionais centradas na monocultura da cana na porção norte, e na produção de café no noroeste, acabaram por produzir uma sensação generalizada de decadência, que alimentou a ideia de

uma profunda crise. Como desdobramento, construiu-se uma percepção generalizada de atraso e, em contrapartida, um discurso que coloca a questão do desenvolvimento como central para a superação do atraso e a recuperação do passado glorioso de outrora.

Por outro lado, desconsiderando a porção Noroeste, desmembrada do Norte Fluminense em 1987, a instalação da base de operações da Petrobras em Macaé em 1978 conduziu a uma redefinição territorial e simbólica da região, configurando um processo crescente de diferenciação espacial polarizado pelos dois maiores municípios da região. Se, capitaneada por Campos dos Goytacazes, passa a se conformar uma sub-região, mais tradicional dentro do imaginário regional e economicamente vinculada às atividades da cana, do açúcar e do álcool, sob a influência de Macaé passa a se constituir uma nova sub-região, ligada às atividades de produção e extração do petróleo da Bacia de Campos e, no imaginário regional, vinculada a crença de região futura (CRUZ, 2003).

Ao longo dos anos 1980 e 1990, enquanto a microrregião polarizada por Macaé e tendo como base as atividades petrolíferas experimentava intenso crescimento econômico, a microrregião açucareira de Campos dos Goytacazes vivenciava os efeitos dramáticos da estagnação produzida pelo polo sucroalcooleiro. Do ponto de vista discursivo, isso se traduziu num momentâneo esvaziamento, ao menos durante boa parte da década de 1990, da retórica da cana e no fortalecimento dos discursos que apregoavam alternativas ligadas a diversificação produtiva.

Tal quadro começa a ganhar contornos mais definidos com a vigência, a partir de 1999, da Lei nº 9.479/97, chamada *lei do petróleo*, que aumentou vertiginosamente as alíquotas e repasses das compensações financeiras pela exploração de petróleo e, por conseguinte, as receitas dos municípios pertencentes a Bacia de Campos. Em que pese o campo das disputas discursivas regionais, engendrou o ressurgimento de um novo projeto de região, desta vez reunido em torno da reivindicação da identidade de "*municípios produtores de petróleo*". Esta nova articulação *regionalista* encontra sua expressão mais acabada com a criação, em 2001, da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (OMPETRO).

Apesar da importância do discurso enquanto componente central da ação regionalista e dos seus vínculos com os projetos setoriais e os padrões de desenvolvimento em disputa nas sociedades, observam-se poucos trabalhos acerca

da temática. No caso específico de Campos dos Goytacazes, município submetido a um conjunto de significativas transformações nas últimas décadas, verifica-se uma profunda ausência de trabalhos que sistematizem e discutam os discursos ligados aos projetos e interesses setoriais corporativos em disputa nos últimos anos, especialmente diante da presença das duas grandes intervenções regionais em curso. Neste sentido, o trabalho em tela procura suprir esta importante lacuna, apresentando uma síntese das disputas dos discursos regionalistas de desenvolvimento neste município a partir do jornal Folha da Manhã, como será dito mais adiante, escolhido por ser o periódico de maior circulação na região.

Antes, contudo, é importante destacar que a noção de desenvolvimento a ser explorada nos diferentes discursos regionalistas aqui analisados considera apenas o *desenvolvimento enquanto representação*. Neste aspecto, cumpre destacar que a representação do desenvolvimento trazida pela fala da maioria dos agentes discursivos observados compreende o *desenvolvimento somente como crescimento econômico e geração de empregos*.

Ao longo da dissertação, deixa-se em aberto o questionamento em relação ao comportamento de Campos dos Goytacazes diante do conjunto das transformações regionais em curso. Na tentativa de responder a esta indagação duas hipóteses foram levantadas. A primeira aponta para a ideia de que o município vem buscando reforçar seu papel de centralidade na ordem regional que vem se configurando explorando a condição de principal entroncamento rodo-ferroviário do Norte Fluminense diante do quadro de intensificação dos fluxos regionais que vem se produzindo. Esta hipótese foi levantada com base nas constantes pressões da prefeitura para a modificação dos traçados originais do corredor logístico ligando o município ao Porto do Açú.

Já a segunda hipótese surgida no decorrer da pesquisa sinaliza para a busca de integração do município aos benefícios gerados pelos novos empreendimentos através da exploração do seu papel de co-participação no Complexo Farol-Barra do Furado. Com a ampliação do projeto, que inicialmente se resumia na instalação de um estaleiro da Aker Promar no distrito de Barra do Furado, em Quissamã, Campos dos Goytacazes também passou a ser afetada pela instalação do empreendimento. Nos últimos meses, com a proximidade do início das obras, observou-se uma mudança no tom das declarações das autoridades do município, que passaram a evocar um caráter de “redenção” para a economia campista a partir da instalação do

empreendimento. Ao mesmo tempo, a associação do complexo, em primeiro lugar, ao município de Quissamã praticamente desapareceu da fala destes agentes, que passaram a construir uma identidade territorial direta entre o empreendimento e Campos dos Goytacazes.

Em termos estruturais, a dissertação foi dividida em cinco capítulos. O primeiro é esta introdução. O segundo expõe de forma detalhada a proposta metodológica adotada e procura apresentar uma síntese dos principais conceitos utilizados para construir a metodologia deste trabalho.

O terceiro capítulo tem por objetivo realizar um diagnóstico sobre o município de Campos dos Goytacazes, *locus* da discussão que será desenvolvida no decorrer da dissertação, a partir do conceito de *município-região*. Procura-se resgatar suas origens simbólicas e territoriais, com base numa revisão do trabalho de Cruz (2003), apresentar o seu histórico recente e esboçar o quadro regional atual, finalizando com uma breve apresentação acerca das três grandes intervenções que ocorrerão nos próximos anos e que promoverão um conjunto de transformações na região, deixando indefinido o seu futuro.

O quarto capítulo, por sua vez, apresenta a discussão propriamente dita deste trabalho, resgatando e analisando, através da apropriação da tipologia *monocultura versus diversificação* desenvolvida por Cruz (2003), os discursos regionalistas de desenvolvimento do jornal Folha da Manhã, a partir da noção de *campo*, de Bourdieu (2007). Nele são expostos os resultados da pesquisa realizada com o periódico campista de 2006 a 2011.

Por fim, no quinto capítulo, seguem as considerações finais, retomando as principais conclusões da pesquisa e deixando em aberto a discussão a respeito da sobrevivência, até os dias de hoje, do discurso regionalista dos usineiros, mesmo após o fim do projeto de região das elites do açúcar, desde o final dos anos 1980, e diante de apenas cinco usinas operando na safra 2010/2011.

2 MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O objetivo da dissertação é, mediante a apresentação das disputas dos discursos regionalistas de desenvolvimento no periódico de maior circulação na região, a Folha da Manhã, contribuir para as discussões em torno do *problema do desenvolvimento* do Norte Fluminense, mais especificamente de Campos dos Goytacazes, principal polo regional tradicional e maior município da região. O município, não obstante ter sido beneficiado com duas significativas intervenções do *projeto de modernização conservadora* do Governo Militar (uma diretamente, pelo fato de que a maior parte de suas usinas foi beneficiada pela política do Proálcool, e outra indiretamente, entre outros, pelo significativo número de trabalhadores residentes no município empregados nas atividades da Bacia de Campos, sediada em Macaé), continua registrando um quadro agudo de pobreza, elevado subemprego e estagnação econômica.

Para melhor compreender as disputas discursivas em torno da *questão do desenvolvimento*, este trabalho utilizará como base a noção de *campo*, de Bourdieu (2007), para construir um *campo das disputas dos discursos regionalistas de desenvolvimento* do jornal Folha da Manhã, de Campos dos Goytacazes, nos últimos cinco anos. Outro conceito tomado de Bourdieu para identificar as disputas discursivas operadas na proposta de campo é o conceito de *representação*.

Paralelamente, será construída uma compreensão sobre o recorte espacial em análise (no caso, o município de Campos dos Goytacazes) que parte da categoria de *espaço*, dirigida a noção de *espaço social*, passa pela de *território*, na perspectiva de *território herdado*, e termina com as de *região e regionalismo*, direcionada à idéia de *fechamento e abertura*, proposta por Oliveira (1977). Por fim, se fará uso ainda dos conceitos de *discurso* e *desenvolvimento* para completar o quadro teórico-metodológico construído neste trabalho.

Para uma compreensão mais ampla, ao longo da dissertação, os resultados da pesquisa serão apresentados de maneira integrada a uma abordagem histórica que busca resgatar a dinâmica das disputas discursivas (e dos projetos setoriais) no município desde a década de 1970. Para tanto, se recorrerá, inicialmente, a uma revisão do trabalho de Cruz (2003), que trata destas disputas exatamente entre as décadas de 1970 e 1990, período marcado pela restauração do projeto de desenvolvimento das elites açucareiras de Campos dos Goytacazes.

Posteriormente, a partir da década de 1990, serão utilizadas as contribuições de outros autores acerca de momentos específicos da história do município para a construção da continuidade da dinâmica das disputas discursivas no período. Finalmente, a partir de 2006, a abordagem será completada pelo campo construído em torno das disputas discursivas observadas no jornal Folha da Manhã, que corresponde a proposta empírica deste trabalho.

2.1 Enunciado do objeto e proposta metodológica

Para proceder a leitura, a partir da noção de campo, das disputas dos discursos regionalistas de desenvolvimento dos últimos cinco anos dos agentes com maior grau de exposição e voz no jornal Folha da Manhã, foram, ao todo, pesquisadas as edições de 01 de julho de 2006 a 30 de julho de 2011. O objetivo da seleção foi analisar os discursos, declarações e opiniões contidos nas matérias jornalísticas, colunas e artigos assinados do periódico adotado. Na seleção, foi privilegiado o material que contivesse referência às posições, estratégias e ações ligadas à *questão do desenvolvimento* no município de Campos dos Goytacazes.

Foram, sobretudo, valorizadas as declarações e opiniões dos agentes reconhecidos pelo jornal como representativos dos principais segmentos sociais do município. Nestes se enquadram membros da indústria, comércio, serviços e do setor agropecuário, representantes de entidades patronais, sindicatos de trabalhadores, organizações não-governamentais (ONGs) e instituições de representação dos grupos econômicos dominantes, além de políticos, técnicos e jornalistas.

O período escolhido procurou contemplar, ao mesmo tempo, os três principais fatores, neste momento, associados diretamente a questão do desenvolvimento do Norte Fluminense: o início das obras do Porto do Açú (dezembro de 2007), o anúncio das intervenções para a instalação do Complexo Farol-Barra do Furado (outubro de 2010) e a aprovação, no Congresso Nacional, das propostas de mudanças na distribuição dos *royalties* do petróleo para os municípios, com a conseqüente reação da OMPETRO. Em todos eles, buscou-se sempre enfatizar as posições, estratégias e ações dos agentes identificados com o município de Campos dos Goytacazes. Neste aspecto, acredita-se que o período entre julho de 2006 e julho de 2011, que compreenda um espaço de 5 anos, seja capaz de abarcar

simultaneamente os três principais fatores relacionados às disputas da discussão atual sobre o desenvolvimento da porção norte do estado do Rio de Janeiro.

No momento em que esta dissertação começou a ser escrita havia dois jornais em circulação no município, *Folha da Manhã* e *O Diário*. O jornal *Monitor Campista* encerrou suas atividades em 15/11/2009, quando foi publicada sua última edição (MONITOR, 2009). A escolha exclusiva do jornal *Folha da Manhã* ocorreu porque, diferentemente do jornal *O Diário*, o periódico, fundado em 08/01/1978, nasceu expressamente comprometido com o projeto regionalista das elites² açucareiras, empreendendo um trabalho de propaganda dos seus interesses setoriais, em nome do *desenvolvimento regional* (CRUZ, 2003). Já o jornal *O Diário*, por sua vez, nascido em 08/03/2001, foi criado com o objetivo de recuperar o prestígio do ex-prefeito e ex-governador Antony Garotinho junto às camadas mais populares do município, após o rompimento político com o então prefeito Arnaldo Vianna. Com isso, em vez do compromisso com um projeto regionalista do jornal *Folha da Manhã*, o jornal *O Diário* segue uma linha de jornalismo mais “popular”, explorando com ênfase fatos como a violência, com o objetivo de alcançar os setores mais populares (AZEVEDO NETO, SILVA NETO, RIBEIRO, 2007; PANTOJA, 2004).

De todas as edições do jornal *Folha da Manhã* pesquisadas, foram, no total, analisadas cerca de 1.850 edições na tentativa de responder as seguintes questões: *Quais discursos tem prevalecido, qual o seu conteúdo e quais tem ganhado maior voz e exposição no jornal Folha da Manhã? Quais os seus principais agentes difusores, qual a posição de cada um no campo dos discursos regionalistas de desenvolvimento do periódico e quais as suas bases sociais, políticas e econômicas de sustentação? Quais os projetos esboçados, estratégias e ações adotadas?*

O grande objetivo é, a partir dos discursos analisados, construir um campo, seguindo a proposta de Bourdieu (2007), das disputas dos discursos regionalistas de desenvolvimento dos últimos cinco anos dos agentes com maior grau de exposição e voz no jornal *Folha da Manhã*. Para tanto, ao longo da análise, atentou-se para quais agentes foram colocados no papel de liderança ou representação setorial e, a

² Ao longo deste trabalho, sempre ao se referir às elites açucareiras, a denominação elites será atribuída ao grupo dirigente da fração dominante da classe agropecuária, liderada pelos interesses dos usineiros e proprietários de terras ligados às atividades da cana-de-açúcar (NEVES *apud* CRUZ, 2003).

partir disso, foram elaboradas duas figuras para apresentar uma síntese dos discursos, agentes, estratégias e ações em disputa.

Como suporte da abordagem metodológica em torno do objeto de estudo, optou-se, no plano teórico-analítico, pela construção de uma compreensão dinâmica da constituição dos espaços sub-regionais na sociedade capitalista, considerando seus aspectos ligados à heterogeneidade, diferenciação e desigualdade social, espacial e territorial. Neste sentido, entende-se a construção da ação regionalista e do recorte regional como o resultado da mediação entre as disputas entre os grupos hegemônicos no interior de uma sociedade micro-regional e os grupos hegemônicos nas escalas macro-regionais e nacionais, manifestada a partir de uma ideologia capaz de promover coesão e consenso em torno de uma mesma leitura da realidade. Seu conteúdo e sentido, neste aspecto, são produzidos por um discurso carregado de representações, práticas e valores, capaz de forjar a constituição de identidades territorialmente referenciadas e de conduzir a implementação de um dado padrão de desenvolvimento.

Espera-se que a abordagem teórico-metodológica adotada cumpra a finalidade, ainda que, em alguma medida, de forma restrita e limitada, de elucidar as principais linhas discursivas apresentadas pelo maior jornal em circulação de Campos dos Goytacazes. Os discursos propagados trazem a importante revelação das leituras de mundo por trás dos agentes difusores. No caso dos setores sociais campistas, permite a identificação das ideologias e representações que orientam a defesa das diferentes concepções de desenvolvimento em disputa e ajudam a explicar a gestação e a execução das diversas políticas públicas implementadas no município nas últimas décadas.

Neste aspecto, este trabalho pretende ser útil na investigação concreta do *problema do desenvolvimento* de Campos dos Goytacazes e na definição de soluções capazes de promover o desenvolvimento econômico e social do município.

2.2 Espaço e Território

A abordagem adotada neste trabalho considera o espaço a partir da dimensão da *produção* ou do *produto social*. Para a construção do conceito, recorre-se, inicialmente, a Lefebvre, que, por sua vez, se inspira em Marx, para o qual o ato de produção da existência humana é um ato coletivo, e, portanto, social (o trabalho),

em interação com a natureza. Nesse processo, o *espaço natural*, ou *primeira natureza*, é *trabalhado e modificado* e, num certo sentido, *produzido*, tendo como sua forma mais acabada a dimensão artificial introduzida pela urbanização dentro do que Lefébvre chama de *neocapitalismo* (LEFÉBVRE, 1997).

Lefébvre (1976, p. 34) define o espaço como o “*locus da reprodução das relações sociais de produção*” e Santos (2006), inspirado nele, distingue-o como um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos (forças produtivas) e sistemas de ações (relações sociais de produção). Sendo, portanto, um produto da relação humana com o ambiente natural, o espaço é, também, um *espaço social*, e, desse modo, um *elemento fundamental da reprodução social* dentro de um *ambiente construído* pelo conjunto das relações sociais engendradas pelo processo de acumulação e reprodução ampliada do capital (SANTOS, 2006; HARVEY, 1990).

Abrigando e sendo reflexo da totalidade das relações sociais, a compreensão do espaço não pode estar dissociada da dimensão do tempo nem, tampouco, do território. Pela ação humana, o tempo aparece inscrito no espaço, enquanto território, como herança, sob as formas das estruturas, da cultura, da história e das relações sociais (CRUZ, 2008). Com isso, a perspectiva sócio-espaço-temporal exige com que se trabalhe, de forma imbricada, a articulação entre ação (e, portanto, economia, política, sociedade e cultura) e espaço (RIBEIRO, 1999). Neste sentido, a noção de espaço aqui adotada é a do espaço social ou *espaço socialmente construído* (LEFEBVRE *apud* CRUZ, 2008).

Em virtude das próprias contradições, que se manifestam por um caráter desigual e combinado do processo de reprodução, o capital gera, ao mesmo tempo, uma tendência à homogeneização do espaço econômico interno e, externamente, à heterogeneização (ou regionalização) de diferentes porções espaciais (OLIVEIRA, 1977).

Se, por um lado, a tendência do capitalismo em homogeneizar as relações de produção, na medida em que subordina o conjunto de relações e práticas sociais ao padrão de acumulação, concentrado e centralizado nos setores e atividades de ponta, não permitiria, sob esse ponto de vista, se falar em regiões, por outro lado, é a própria dimensão concentrada e polarizada do desenvolvimento capitalista que, ao produzir rugosidades (SANTOS, 2006), constitui um padrão espacial formado, ao mesmo tempo, por centros irradiadores e hegemônicos e periferias subordinadas e

pouco dinâmicas, ou, no limite, por centros dinâmicos e ricos ao lado de periferias empobrecidas e estagnadas (CRUZ, 2004).

Nesses arranjos e padrões locais de reprodução socioespacial produzem-se formas e padrões de desenvolvimento diferenciados espacialmente, apropriados pelas estruturas locais de dominação. A partir da ação sobre o espaço dos diversos grupos e atores sociais tem-se a produção do território, das regiões e do regionalismo. Revelando as desigualdades inerentes à estrutura social contraditória da sociedade de classes capitalista, o território caracteriza-se pelas lutas e embates entre diferentes grupos em torno de diferentes projetos de dominação e desenvolvimento e pela sobreposição daqueles que conseguem submeter os demais e se tornarem hegemônicos. O território, dessa forma, manifesta-se sob a forma de *território herdado*. A este respeito, afirma Vainer (1995, p. 21):

As regiões que temos diante de nós são fruto de embates anteriores, onde diferentes recortes se contrapuseram; o que temos é o resultado *ex-post* dos embates entre recortes – ou melhor, entre diferentes grupos sociais com diferentes projetos territoriais (regionais). Também no território o que se tem é a história dos vencedores. (VAINER, 1995, p. 21).

E acrescenta Ribeiro (1999, p. 8):

O território aparece, basicamente, como condição herdada. Herança mais favorável para alguns sujeitos sociais e forças políticas do que para outros. O território guarda o passado do agir hegemônico e dos conflitos sociais, das lutas de classe e do fazer cotidiano (mais de alguns estratos que de outros) [...] Desta maneira, a desigualdade pode ser lida no território; mas, também, a configuração territorial exala desigualdades e, portanto, seletividades sociais e obstáculos a projetos conduzidos por uma pauta igualitária de valores (RIBEIRO, 1999, p. 8).

Assim, pode-se dizer que existe uma luta pela apropriação da herança social inscrita no espaço. Trata-se de uma luta pela apropriação de recursos e atributos materiais (poder econômico e político) e simbólicos (valores, representação, cultura, hábitos e práticas) com o objetivo de obter o controle das condições de reprodução social numa circunscrição territorial específica. É exatamente ao processo pelo qual algumas frações do capital conseguem se sobrepôr e hegemônizar e assumir as condições de reprodução social que Oliveira chama de “fechamento” de uma região. A “abertura”, nesta perspectiva, ficaria por conta da impossibilidade da manutenção

das condições de reprodução das relações sociais, o que levaria a dissolução e substituição das elites “regionalizadas” por outras ligadas às escalas de poder superiores (OLIVEIRA, 1977). Nas palavras do próprio autor:

Talvez a elaboração mais cuidadosa do conceito de “região” que se queira introduzir seja a da dimensão *política*. Isto é, de como o controle de certas classes dominantes “*fecha*” a região. [...] O ‘fechamento’ de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto estas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente, as relações de produção. [...] A ‘abertura’ da região e a conseqüente “*integração*” nacional, no longo caminho até a dissolução completa das regiões, ocorre quando a relação social não pode mais ser reproduzida, e por essa impossibilidade, percola a perda de hegemonia das classes dominantes locais e a sua substituição por outras de caráter nacional e internacional (OLIVEIRA, 1977, p. 31-32).

Tal apropriação leva ao fortalecimento das forças locais hegemônicas também a partir do conjunto de articulações com as diversas escalas político-administrativas do território. Neste processo, se constituem os arranjos que definem o padrão de desenvolvimento que será imposto a região e que reproduzem os interesses das forças locais que conseguiram se tornar hegemônicas, em aliança com os interesses dos grupos e forças supra-locais. Como comenta Vainer (1995, p. 21), “a região é um padrão de reprodução da relação de dominação para dentro (da região) e para fora, ou, em outras palavras, uma forma de articulação dos grupos dominantes, em nível regional, e destes com grupos dominantes em nível nacional”.

2.3 Região e Regionalismo

Os recortes territoriais dos espaços sociais em que se inscrevem os arranjos de regionalismo nem sempre correspondem às delimitações político-administrativas arbitradas pelos órgãos oficiais. Sendo uma forma de classificação do território, a região, para existir, necessita do reconhecimento e da legitimação. Precisa, portanto, ser instituída ou instaurada.

Mesmo institucionalizada por um “decreto” da autoridade político-administrativa, a região não existe enquanto não invoca uma identidade, cujo conteúdo pode variar, mas cuja função está ligada ao reconhecimento da diferenciação e da particularidade. É necessária a construção de uma identidade vinculada ao território, que legitime o monopólio de representação dos interesses locais e justifique a reivindicação de um tratamento diferenciado ou particular para a

porção territorial a que ela remete. Necessita, portanto, de porta-vozes e de um discurso, reconhecidos e legitimados internamente (*para dentro*, buscando coesão e apoio para o exercício da representação) e externamente (*para fora*, para as escalas de poder político-administrativo superiores, de onde emanam as políticas territoriais e setoriais e a distribuição de recursos). Quando há o reconhecimento e a legitimação da existência de lideranças regionais (grupos, forças, atores locais) a região torna-se instaurada. É dessa forma que as representações sociais tem o poder de instaurar uma dada realidade (BOURDIEU, 2007).

Sendo, no campo social, tributário de um conjunto de relações e processos sociais através dos quais grupos locais lutam pelo reconhecimento do papel de liderança e representação, os arranjos de regionalismo podem ocorrer desde a escala micro-regional como extrapolar as definições político-administrativas estabelecidas pelos órgãos oficiais.

Oliveira (1977), por sua vez, ao introduzir as motivações de classe na construção das regiões, concebe a região como um espaço de dominação onde frações do capital barganham com os demais concorrentes e com o Estado a fim de promoverem as condições para a sua própria reprodução nesse espaço territorial. É, portanto, a *região econômica e política*, que articula as dimensões da luta de classes, da concorrência inter-burguesa, da reprodução do capital, das relações de reprodução localizadas e da dominação:

Uma 'região' seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência, uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. (OLIVEIRA, 1977, p. 29).

Os processos de hegemonia construídos no interior das regiões são fundamentais para explicar as suas relações com as demais frações do espaço nacional e mesmo internacional, como também da inserção destas mesmas unidades territoriais na dinâmica econômica geral do espaço nacional. Desta forma, com todo o seu conjunto de atributos que caracterizam os seus processos de reprodução material e simbólica, o regionalismo contribui também para explicar os padrões locais de desenvolvimento.

Sob esse prisma, o regionalismo aparece como mediação fundamental entre as relações conflituosas e desiguais no interior da sociedade intra ou sub-regional,

entre os grupos hegemônicos de diferentes micro-regiões e entre esses e os grupos hegemônicos macro-regionais e nacionais, como ideologia capaz de coesionar (via hegemonia, consenso ou dominação) a sociedade regional em torno de explicações e reivindicações que representam o ponto de vista dos grupos dominantes locais sobre a reprodução das condições sociais/regionais de existência.

Enquanto forma de representação ideológica, o discurso hegemônico regional forja uma identidade referida a um espaço e uma ideia de história e prática comuns, apresenta uma leitura do passado e do presente e uma construção do problema local e aponta o caminho para o futuro apoiado nos interesses gerais, remetidos a uma circunscrição territorial específica. Nesse sentido, a região constitui um esboço mais ou menos elaborado, de um *projeto local de poder*, sob a forma, muitas vezes, de um *projeto de desenvolvimento*, que se apresenta hegemônico. Frente ao Estado, o regionalismo reforça, constrói e atualiza uma identidade regional, criando um consenso e legitimando a identificação dos representantes e dos adversários (o outro) – locais e de fora da região – do *projeto local* e do *desenvolvimento regional* (CRUZ, 2003; CRUZ, 2004).

Uma das principais particularidades do regionalismo brasileiro é o seu caráter conservador. Vainer (1995, p.175) aponta que as articulações regionalistas, na experiência brasileira, expressam “os interesses e ressentimentos de classes dominantes de regiões periféricas atrasadas e dependentes”. Outra característica apontada pelo autor diz respeito ao fato de que o regionalismo, no Brasil, na sua forma mais conservadora “evocaria um certo agrarismo e, por isto mesmo, seria predominantemente passadista em seu imaginário e defensivo, tendo emergido em espaços periféricos submetidos a um processo de dissolução e integração econômicas”. Neste sentido, o regionalismo se expressaria como uma estratégia de luta pela sobrevivência de grupos dominantes de áreas submetidas a um processo de marginalização econômica (VAINER, 1995).

Nesse sentido, o autor avalia que:

O que nos interessa, porém, é a comum avaliação de que o regionalismo no Brasil, em suas diferentes manifestações, tem sido conservador, expressão de um projeto de velhas classes dominantes regionais em crise face ao processo de acelerada unificação do espaço econômico e conseqüente perda (ou enfraquecimento) dos mecanismos de negociação econômica e política com o bloco hegemônico nacionalmente. (VAINER, 1995, p.169).

É com base nos conceitos de *espaço*, *território*, *região* e *regionalismo*³ construídos e apresentados anteriormente que este trabalho pretende analisar o campo de disputas envolvendo os diferentes projetos e concepções de desenvolvimento presentes nos discursos, declarações e opiniões que compõem as matérias jornalísticas, colunas e artigos assinados do jornal Folha da Manhã.

É importante ressaltar que os conceitos construídos acima não consideram o conjunto de transformações empreendidas pelo advento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006), pela nova complexidade do espaço urbano, pela atual onda de globalização e pelo processo de reestruturação produtiva (BENKO, 1995), que tornaram mais complexa a problemática das regiões, e, particularmente, dos espaços sub e intra-regionais.

Neste contexto, as definições tradicionais passaram a ser revistas e novas formulações acerca da dinâmica do espaço, do território e da região tomaram corpo tentando dar conta das redefinições apresentadas por estas categorias como resposta a nova conjuntura marcada pela articulação em redes e alimentada pela aceleração. Com isso, passou-se a enfatizar aspectos como a descartabilidade e fragmentação (espacial, territorial e social) e, particularmente no que diz respeito ao território, os conceitos de desterritorialização ou multiterritorialização (HAESBAERT, 2005).

2.4 Campo, Desenvolvimento e Discurso

Os conceitos de *campo*, *desenvolvimento* e *discurso* inserem-se neste trabalho como o caminho metodológico adotado para se chegar à identificação das disputas entre os diferentes projetos regionalistas (ou projetos de desenvolvimento) presentes no jornal Folha da Manhã.

Como instrumento metodológico de compreensão do espaço social, Bourdieu (2007) propõe a noção de *campo*, entendido como um espaço multidimensional no qual os agentes distribuem-se segundo o peso e o volume global do capital que possuem e segundo a posição dentro desse espaço. Na definição do próprio autor:

É para romper com este modo de pensamento – e não pelo prazer de colar um novo rótulo em velhos frascos teóricos – que empregarei o termo *campo*

³ Dados os limites desta dissertação e como não faz parte dos objetivos do presente trabalho, a discussão acerca destes quatro conceitos não sofreu aqui maior aprofundamento.

de poder (de preferência a *classe dominante*, conceito realista que designa uma população verdadeiramente real de detentores dessa realidade tangível que se chama poder), entendo por tal as relações de força entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que tem por finalidade a definição da forma legítima do poder [...] (BOURDIEU, 2007, p. 28-29).

No interior deste espaço multidimensional se objetivariam, entre agentes sociais específicos, as lutas simbólicas pelo poder simbólico, ou, nas palavras do próprio Bourdieu, “pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social [...] de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão” (BOURDIEU, 2007, p. 114).

Sendo o discurso um dos componentes centrais da ação regionalista, conforme dito anteriormente, e partindo da noção de campo, proposta por Bourdieu, pretende-se neste trabalho construir um *campo das disputas dos discursos regionalistas de desenvolvimento* dentro do jornal Folha da Manhã, nos últimos cinco anos. A adoção do desenvolvimento como conteúdo central do campo construído dá-se pela sua centralidade na composição dos discursos das elites campistas.

Tendo se consolidado a partir dos anos 1950 em substituição a noção de progresso, até então hegemônica, o termo desenvolvimento foi tomado de empréstimo da biologia e naquela ciência era utilizado para designar a evolução de um organismo de um estágio primitivo para uma fase superior. Quase sempre identificado na percepção e no imaginário coletivo como modernização ou, ao menos, superação de uma dada realidade, a noção de desenvolvimento é associada ao estado de uma sociedade, sempre tomando como tipo ideal o padrão socioeconômico dos países capitalistas centrais, sendo, por isso, amplamente internalizada pelo senso comum, pela mídia, pela política e pela academia, que constroem diferentes discursos em torno da questão, partindo, cada um, dos interesses e ideologias das clivagens sociais a que se vinculam.

Em virtude das diferentes percepções e discursos construídos em torno desta temática, o desenvolvimento, enquanto categoria de análise, é problemático, não se limitando ao monopólio explicativo de apenas uma ciência, mas exigindo uma abordagem multidisciplinar, multidimensional e multiescalar. Neste sentido, é importante e necessário reconhecer que a opção metodológica adotada e a definição desta categoria, por mais ampla que se pretenda, é sempre limitada,

sendo, muitas vezes, incapaz de dar conta de todos os aspectos essenciais da problemática selecionada.

A abordagem de desenvolvimento aqui utilizada localiza-se no plano do discurso, da percepção e do imaginário dos agentes que integram o campo construído neste trabalho. Neste sentido, opta-se aqui em trabalhar a noção de *desenvolvimento enquanto representação* e que se manifestaria, objetivamente, através de diferentes *projetos regionalistas*, cujo conteúdo, muitas vezes, inscrevem-se sob a forma de *projetos de desenvolvimento local ou regional* ou a luta pela imposição de um *padrão de desenvolvimento* específico.

Recorre-se à memória regional para se proceder a análise dos discursos das elites campistas presentes no jornal Folha da Manhã a partir do binômio *monocultura da cana-de-açúcar versus diversificação produtiva* sugerido por Cruz (2003). Entre os agentes que difundem o discurso monocultor da cana-de-açúcar estão os usineiros (proprietários de usinas de cana-de-açúcar), representantes de entidades do setor (sobretudo patronais), proprietários de terras ligados ao fornecimento de cana-de-açúcar às usinas e autoridades vinculadas ao Fundo de Desenvolvimento da Cana-de-Açúcar (Fundecana), órgão da prefeitura responsável por parte do financiamento municipal ao setor.

O discurso monocultor pode ser dividido em duas vertentes: uma de caráter restauracionista passadista e outra de caráter agrocanavieiro-diversificador. O principal conteúdo do primeiro, que trás uma herança mais carregada do projeto de região das elites açucareiras entre as décadas de 1970 e 1980, refere-se à busca de um elemento redentor. Partindo de uma visão mítica do passado, projetada no imaginário de um “passado glorioso”, em que Campos, pela produção canavieira, havia alçado grande projeção nacional e chegado a condição de maior produtor de açúcar do país, o segmento identificado com este discurso reclama a tutela do Estado para, pela via do investimento, do apoio, do amparo e da subvenção estatal, restaurar a indústria sucroalcooleira de Campos dos Goytacazes, reconduzindo-na a condição de grande produtora de açúcar e álcool do país.

Já o discurso agrocanavieiro-diversificador vincula-se a uma atualização do projeto regionalista açucareiro e defende a modernização do setor sucroalcooleiro, a diversificação da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, mediante a produção de novos subprodutos da biomassa, e a introdução da fruticultura no município.

Particularmente em relação a este último aspecto, um dos seus maiores defensores é a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Por outro lado, os agentes identificados com o discurso da diversificação produtiva referem-se a um conjunto composto por segmentos sociais alijados do projeto monocultor. Entre estes, encontram-se comerciantes (sobretudo do centro da cidade, organizados em torno da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL – e da Associação Comercial e Industrial de Campos dos Goytacazes – ACIC), incorporadoras e construtoras do setor imobiliário, empresários de diferentes segmentos, autoridades políticas, profissionais liberais, jornalistas, professores e pesquisadores universitários e instituições de ensino superior do município.

O conteúdo do discurso deste segmento divide-se entre a defesa da atração de grandes empresas e grandes projetos de investimento para o município, o apoio às grandes intervenções em andamento na região (Porto do Açú e Complexo Farol-Barra do Furado), a instalação de empresas do setor do petróleo ligadas às atividades da Bacia de Campos, a manutenção do recebimento das atuais rendas petrolíferas (*royalties* e participações especiais), a concessão de incentivos fiscais para a atração de investimentos, a implementação do modelo de desenvolvimento endógeno (criação de novos Arranjos Produtivos Locais⁴ e ampliação dos APLs já existentes, fortalecimento das micro e pequenas empresas locais e o estímulo ao empreendedorismo) e o desenvolvimento do turismo.

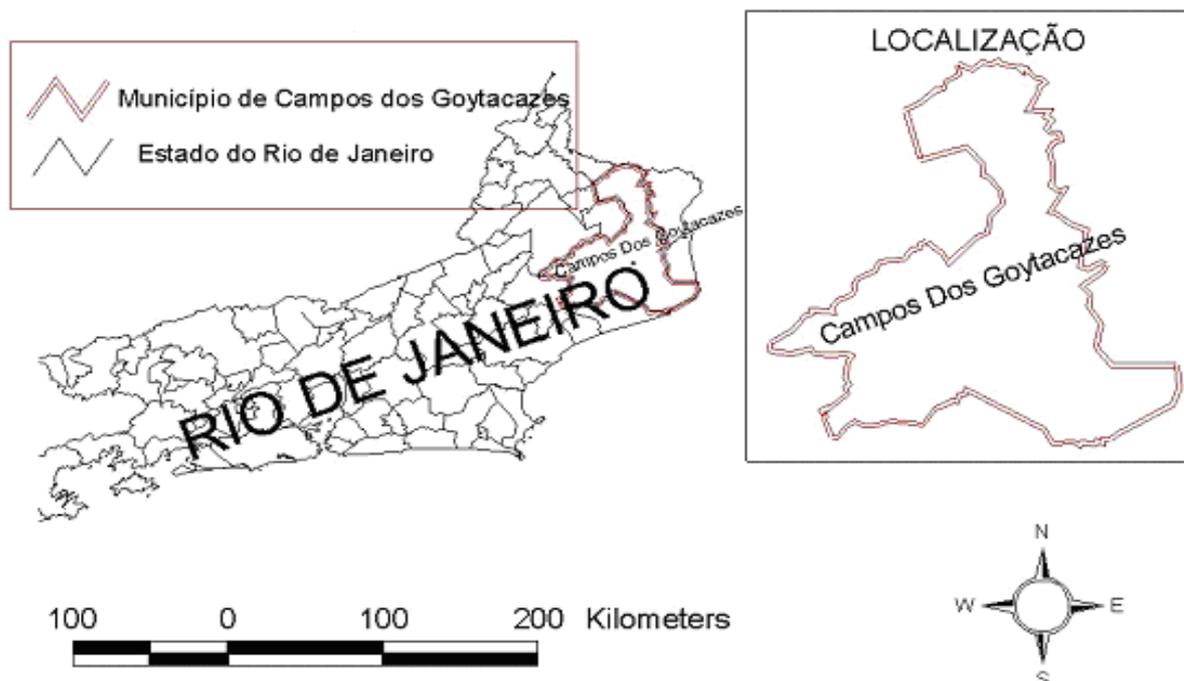
⁴ A definição a respeito dos Arranjos Produtivos Locais ou APLs deriva da experiência da Terceira Itália (regiões do centro e do nordeste italiano), na década de 1970, em que aglomerados de pequenas e médias empresas estabeleceram intensas relações de cooperação e confiança entre si, sendo decisivas para o processo de desenvolvimento daquelas regiões do território italiano. No Brasil, porém, do ponto de vista governamental, o termo APL tem sido usado como designação genérica para qualquer aglomerado produtivo que apresente determinado grau de especialidade em uma delimitação espacial específica, independentemente de seu volume de produção, do número de empresas e do grau de articulação entre as organizações ali presentes. (NORONHA; TURCHI, 2005). Contudo, o grupo responsável pela definição do conceito de APL no Brasil, a Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist), o distinguiu como “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtores de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento” (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p. 27).

3 O AMARGO DOCE DO AÇÚCAR: AS RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA, SOCIEDADE E TERRITÓRIO NA HISTÓRIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

O atual município de Campos dos Goytacazes localiza-se no estado do Rio de Janeiro, na mesorregião político-administrativa reconhecida oficialmente pelo IBGE como Norte Fluminense.

Do ponto de vista territorial, ocupa uma área de 4.026,7 Km², constituindo-se no maior município fluminense em extensão, e faz fronteira a norte com o estado do Espírito Santo, através do Rio Itabapoana; a nordeste com o município de São Francisco de Itabapoana; a leste com de São João da Barra; a sudeste com o Oceano Atlântico; a sul com o município de Quissamã, através da Lagoa Feia e do Rio Macabu; a sudoeste com Conceição de Macabu e Santa Maria Madalena; a oeste com o município de São Fidélis; e a noroeste com Cardoso Moreira e Bom Jesus do Itabapoana (PREFEITURA, 2005).

Figura 1 – Localização do município de Campos dos Goytacazes – RJ.



Fonte: VICENTE FILHO; RAMALHO (2005).

De acordo com o Censo 2010, o município conta hoje com uma população em torno de 463.731 habitantes e uma taxa de urbanização de 90,3%. Portadora de uma identidade historicamente vinculada às atividades agropecuárias e a agroindústria açucareira, desde o início da colonização efetiva de seu território, que se deu oficialmente em 1632 com a chegada dos *Sete Capitães*⁵, Campos se defronta com as bases de um problema que perpassa toda a sua história e perdura até os dias atuais: a inserção subordinada num espaço já subordinado na economia internacional. Já na primeira metade do século XVII, o excedente das principais atividades econômicas desenvolvidas em território campista, a pecuária e os gêneros agrícolas de subsistência, tinha como principal destino o Rio de Janeiro (SILVA; CARVALHO, 2004).

Tendo encontrado condições de clima e solo favoráveis, a cana-de-açúcar foi cultivada de forma mais sistemática a partir da segunda metade do século XVII e teve seu dinamismo assegurado pela forte demanda no mercado internacional. Um século depois suplantaria a pecuária e se tornaria a atividade dominante na economia da planície. O caráter das relações de produção estabelecidas em torno das atividades da cana-de-açúcar ainda neste período ajuda a explicar as origens da marginalização econômica campista dentro da periferia internacional. Nesta direção, Silva e Carvalho (2004) chamam a atenção para as peculiaridades do padrão de acumulação da economia açucareira campista à época. Embora voltadas para o setor exportador, as relações entre senhores de engenho e mercado externo eram intermediadas por um único comerciante, que, em troca da produção de um ano, adiantavam as mercadorias demandadas pelos senhores de engenho: artigos de luxo, escravos, insumos e equipamentos para a produção no engenho. Já naquele período, portanto, se verifica um caráter extremamente restritivo no modelo de acumulação que orientava a economia campista.

⁵ Os chamados Sete Capitães correspondem, na verdade, a sete militares que solicitaram ao governador do Rio de Janeiro, Martim Correia de Sá, que as terras ao norte fluminense lhes fossem dadas como recompensa pelos serviços prestados nas lutas contra invasores holandeses e piratas ingleses e franceses. Em 19 de agosto de 1627, Martim Correia de Sá concedeu-lhes em sesmaria as terras que iam, pelo litoral, de Macaé até quase a foz do rio Paraíba do Sul e para o interior até as serras que formavam o vale do rio Paraíba do Sul. A intenção do governador Martim Correia de Sá era povoar a região abandonada, após o esgotamento do comércio do pau-brasil. Mesmo tendo recebido a sesmaria em 1627, os Sete Capitães só tomaram posse dela em 1632, ano em que se convencionou estabelecer o início do povoamento de Campos dos Goytacazes. Os nomes dos Sete Capitães são: Miguel Ayres Maldonado, Gonçalo Correia e Sá, Antônio Pinto, João de Castilho, Manoel Corrêa, Duarte Correia e Miguel Riscado.

A partir disso, produziu-se uma estrutura social na qual a classe proprietária, formada pela aristocracia rural (os senhores de engenho do período colonial que, posteriormente, durante o Império, darão lugar aos barões do açúcar) e o clero (grande proprietário de terras e produtor de açúcar, através das ordens jesuíta e beneditina), exercia importante papel de polarização e influência sobre os demais estratos sociais (a burguesia mercantil nascente, responsável pelas intermediações comerciais e financeiras dos povoados do Norte Fluminense com o restante da colônia e a metrópole, os mestiços livres e os negros africanos). Construiu-se uma estrutura social, ainda nesse período, marcada por relações de polarização, hierarquização, estratificação e elitismo, reproduzindo as características gerais da sociedade colonial brasileira nas áreas organizadas ao redor da produção canavieira.

A permanência de elementos herdados ainda desta época, e que sobreviveram ao longo dos séculos, talvez ajude a explicar “a forte tradição conservadora” apontada por alguns autores nas relações sociais do município mesmo nos dias de hoje (SMIDERLE, 2009; CRUZ, 2003). Nesta direção, Pinto (1995; PINTO 2004), ao comentar as relações sociais nos engenhos de meados do século XIX, oferece elementos que permitem apontar para um caráter clientelístico e de apadrinhamento. Para o autor, se, no século XIX, os engenhos constituíam núcleos autônomos de produção e consumo, organizados em torno do poder do senhor de engenho, nas primeiras décadas do século XX foi a vez das usinas e da figura do usineiro exercerem o papel de polarização social, concedendo, para os funcionários, entre outros “favores”, moradia, escola, assistência hospitalar, armazém para compras, cinema, praça de esportes, banda de música, festas e festejos de padroeiros, em troca de dedicação, obediência e lealdade.

Desse modo, chama a atenção a mudança de comportamento da elite açucareira campista a partir da atuação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Criado em 1933 para contornar os efeitos da Crise de 1929 mediante uma política de intervenção direta do Estado brasileiro na economia, a partir da instituição de cotas de produção, o IAA foi responsável direto por beneficiar, de forma imediata, o setor sucroalcooleiro de Campos dos Goytacazes, levando-o a alçar a condição de maior produtor açucareiro do país (SILVA; CARVALHO).

A atuação do IAA, ao controlar rigidamente a atividade sucroalcooleira, estabelecendo cotas de produção, contendo o avanço de algumas regiões sobre

outras e amparando as mais atrasadas, acabou por neutralizar a tradição da iniciativa particular no comportamento dos usineiros, que, para além dos limites estritos da atuação econômica, se desdobrava também para a esfera social (com a criação de hospitais como a Santa Casa de Misericórdia, construída pela família Pereira Pinto) e cultural (com a construção de teatros como o antigo cine-teatro Trianon, concluído na década de 1920 pelo usineiro Francisco de Paula Carneiro, o “Capitão Carneirinho”). Este tipo de comportamento, que para Silva e Carvalho (2004) remonta ao domínio dos *barões do açúcar* no século XIX, para Pinto (1995) vai perdurar até a década de 1960.

Os efeitos da prática do IAA sobre o comportamento das últimas gerações de usineiros campistas é bastante evidente. Para Smirdele (2009), a cultura de recurso a subsídios e ajudas governamentais estabelecida pelo IAA é a principal responsável pela postura passiva da atual geração de usineiros. Segundo a autora, a autarquia tornou os sucessores da elite que construía pontes e grandes teatros num grupo social que apresenta como comportamento característico a queixa do abandono do governo federal, da falta de apoio à produção, da desatenção aos canais, do baixo preço da cana, da falta ou excesso de chuvas, etc.

A conjuntura apresentada pelas últimas duas décadas do século XX, marcada pelo declínio do setor sucroalcooleiro campista, pela promulgação da Constituição Federal de 1988 (que fortaleceu e ampliou o repasse de recursos para os entes municipais) e pela vigência da lei dos *royalties* (Lei nº 7.990/1989) tornou, no caso do Norte Fluminense, a administração municipal, a partir da década de 1990, o agente com maior poder de intervenção nas esferas da vida econômica e social (CRUZ, 2003). A partir de 1998, com a aprovação da lei do petróleo (Lei nº 9.478/97), há um forte aumento do repasse das rendas petrolíferas aos cofres de Campos dos Goytacazes⁶. Como consequência, observa-se um quadro de

⁶ Embora alguns autores, como Cruz (2004), apontem a expansão do ensino superior privado no município, pela concessão de bolsas de estudo pela prefeitura, como uma das principais consequências da elevação das receitas de Campos dos Goytacazes a partir de 1999, a maior parte dos novos recursos foi direcionada, pelas sucessivas administrações municipais, pelo menos até 2008, para o financiamento de eventos artísticos, especialmente shows, a contratação temporária de funcionários pela prefeitura – cujo ápice se deu na gestão Arnaldo Vianna (1998-2004), que, segundo estimativas, chegou a empregar temporariamente cerca de 30 mil pessoas –, e o aumento do número de obras públicas. O período pós-1999 caracterizou-se pelo surgimento de dezenas de denúncias de superfaturamento de obras e de eventos artísticos, contratação irregular de funcionários pela prefeitura, desvio de recursos da área de saúde – que resultou na suspensão do Programa Saúde da Família (PSF) durante o governo Alexandre Mocaiber (2005-2008) e no afastamento temporário do prefeito, pela Justiça Eleitoral –, além de compra de votos e utilização ilícita de recursos da prefeitura para o financiamento de campanhas eleitorais.

redefinição dos agentes sociais do município e de reposicionamento de seus discursos.

Dessa forma, ao lado das queixas da geração remanescente dos usineiros (que, não se pode deixar de apontar, reatualiza o próprio discurso, incorporando novas demandas e reivindicações), fortalece-se cada vez mais o discurso diversificador, difundido, nas suas diversas vertentes, pelas autoridades municipais, por diferentes setores da sociedade local e suas entidades de representação e, ainda, pela academia, que passa a desenvolver uma maior produção e discussão sobre a questão regional, estimulada pelo adensamento do setor no município, com a ampliação do número de instituições e cursos de ensino superior. O discurso diversificador, no entanto, constitui um amálgama de diferentes posições e visões, das mais “avançadas” às mais “retrógradas”, em torno de diferentes projetos de diversificação econômica para o município de Campos dos Goytacazes.

3.1 Origens econômicas, territoriais e simbólicas de Campos dos Goytacazes e a construção de uma memória em torno da ideia de *município-região*

Embora a pecuária e a cana-de-açúcar tenham sido as atividades fundantes, evidências documentais mostram que a região mais tarde identificada como *Norte Fluminense* caracterizou-se, desde cedo, pela diversificação econômica, tendo desenvolvido uma agricultura extremamente diversificada, inicialmente sob a forma de agricultura de subsistência e posteriormente voltada para a exportação para outras regiões do país, especialmente o Rio de Janeiro, fato que, não obstante a relativa autonomia de que gozava, contribuiu para o atrelamento da economia da porção norte do Rio de Janeiro ao seu maior mercado (COUTO REYS, 1997; SILVA, CARVALHO, 2004).

Apesar da introdução das atividades produtivas originárias no Norte Fluminense ter-se dado a partir da porção conhecida como *região de Campos*, há diferenciações bastante significativas entre esta e a outra porção territorial da região, que marcam profundamente a experiência histórica regional. A porção extrema do norte do estado do Rio de Janeiro, fronteira com Minas Gerais e Espírito Santo, hoje Região *Noroeste Fluminense*, cujo povoamento se deu a partir da Zona da Mata mineira, tem sua identidade associada à pecuária, particularmente a pecuária leiteira, da qual é, ainda hoje, a maior produtora do estado, e ao cultivo do café,

iniciado na segunda metade do século XIX. Nela, três municípios chegaram a figurar entre os maiores produtores de café do país (Cambuci, Santo Antonio de Pádua e Itaperuna), tendo Itaperuna, na década de 1920, alçado o posto de maior produtor de café do Brasil. (SILVA; CARVALHO, 2004).

Contudo, a imagem do Norte Fluminense ficou associada, historicamente, a agroindústria açucareira da *região de Campos*, tendo, por isso, Campos dos Goytacazes exercido a condição de grande polo regional. Silva e Carvalho (2004) lembram que Campos, sozinho, tinha mais engenhos, ao final do século XVIII, do que Pernambuco, Sergipe e Bahia e quase a mesma quantidade que São Paulo. Essa importância foi acentuada a partir da segunda metade do século XIX, quando a cidade passou a importar cereais e bois para tração, transporte de carga e consumo (SILVA; CARVALHO, 2004).

O dinamismo da economia açucareira sediada em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX levou alguns autores a nomear o período como “Ciclo Áureo do Norte Fluminense” (SOUZA, 1935; SILVA, CARVALHO, 2004). Nesta fase, as atividades da pecuária, da cana-de-açúcar e do café produziam a percepção de uma economia dinâmica, associada a uma agropecuária, agroindústria e indústria diversificadas e articuladas ao crescimento da importância da província do Rio de Janeiro.

Além da diversificação agropecuária, a região de Campos tem tradição de diversificação manufatureira nos ramos têxtil (cujo auge se deu nas décadas de 1970 e 1980), de aguardente e doces (nos quais Campos dos Goytacazes chegou a ter projeção nacional, no início do século XX), cerâmica vermelha, barcos e mobiliário (CRUZ, 2003). De modo geral, o processo produtivo destes setores se caracteriza pela baixa tecnologia e pelo emprego intensivo de uma mão-de-obra pouco qualificada (SILVA NETO, 2006).

Do ponto de vista da construção simbólica, esta *grande região* associa-se a polarização histórica exercida por Campos dos Goytacazes. Seu interior foi objeto de numerosas, intensas e constantes manifestações regionalistas, com implicações na delimitação político-administrativa do seu território. Como lembra Soffiati Neto (1997), em alguns momentos, os municípios reivindicavam a incorporação às áreas dos estados vizinhos, como uma só *região*; em outros períodos, lutavam para se fundir num novo estado. Esses movimentos expressavam momentos de crise ou dinamismo e tinham sempre Campos dos Goytacazes como centro articulador.

Cruz (2003) acredita que isso ajuda a explicar, em parte, porque Campos dos Goytacazes reteve, com maior ênfase, a herança e a identidade de um “passado glorioso”, no qual era a própria expressão da *grande região*. Era, inicialmente, o município que constituía o *próprio território do norte fluminense*, e, mais tarde, aquele que concentrava e polarizava a economia e a ação política regional. Na visão do autor, é por isso que Campos dos Goytacazes, através dos seus porta-vozes e da sua mídia, incorpora até hoje, embora com um sentimento cada vez menos representativo e generalizado, a idéia de um *município-região*.

As mudanças desencadeadas no país em decorrência dos processos de industrialização e urbanização, após a década de 1930, deslocam para o centro da ideia de progresso e modernidade a sociedade urbano-industrial. Por isso, Cruz (2006, p. 45) afirma que “o passado glorioso do Norte Fluminense, agropecuário e agroindustrial, vai se chocar com o imaginário que projeta uma região moderna, urbana, industrializada e diversificada economicamente”. Uma conjugação de fatores associados ao avanço da monocultura açucareira na porção *Norte* e a erradicação da cultura do café na porção *Noroeste* produziram impactos e diferenciações sensíveis na dinâmica populacional das duas frações territoriais, resultando, de um lado, num acelerado processo de urbanização pela via do êxodo rural, e, de outro, na formação de dois movimentos migratórios: um, interno, em direção a *região da cana*, polarizada por Campos dos Goytacazes; e outro, externo, em direção ao Grande Rio, em virtude da sazonalidade e da precariedades do emprego nas atividades açucareiras da *região de Campos* (CRUZ, 2006; CRUZ, 2003).

Em contraste com a diminuição da população dos municípios da porção *Noroeste*, historicamente vinculado às atividades cafeeiras, os municípios da porção *Norte*, ligados às atividades açucareiras, registraram taxas positivas no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1970, apesar de inferiores às do antigo Estado do Rio de Janeiro (ver tabelas 1 e 2).

Tabela 1 – População total do Estado do Rio de Janeiro, das mesorregiões Norte e Noroeste Fluminense e de seus municípios-polos.

Regiões e municípios	1940	1950	1960	1970
Estado do Rio de Janeiro	3.611.998	4.674.645	6.649.646	8.994.802
Norte Fluminense	364.518	381.458	449.704	471.038
Campos dos Goytacazes	223.373	237.633	289.277	318.806
Macaé	56.035	54.873	58.254	65.318
Noroeste Fluminense	284.601	267.245	259.680	245.561
Itaperuna	127.353	75.011	77.364	60.622
Santo Antônio de Pádua	37.355	38.060	32.050	31.151

Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxa de crescimento da população do Estado do Rio de Janeiro, das mesorregiões Norte e Noroeste Fluminense e de seus municípios-polos (em %).

Regiões e municípios	1940-1950	1950-1960	1960-1970
Estado do Rio de Janeiro	29,4	42,2	35,3
Norte Fluminense	4,6	17,9	4,7
Campos dos Goytacazes	6,4	21,7	10,2
Macaé	-2,1	6,2	12,1
Noroeste Fluminense	-6,1	-2,8	-5,4
Itaperuna	-41,1	3,1	-21,6
Santo Antônio de Pádua	1,9	-15,8	-2,8

Fonte: IBGE.

Tal processo de diferenciação, que além dos fatores citados incluem outros de ordem econômica, política e social, como o regionalismo excludente das elites açucareiras de Campos dos Goytacazes, a grande onda de emancipações administrativas desencadeadas pela transformação dos municípios em entes federativos pela Constituição Federal de 1988, o caráter polarizado do ciclo de modernização do setor sucroalcooleiro na região (nas décadas de 1970 e 1980) e a introdução das atividades de extração do petróleo da Bacia de Campos, acabaram por resultar no movimento de *emancipação do Noroeste Fluminense*, em 1987.

O quadro 1 apresenta a trajetória da configuração territorial do Norte Fluminense nos Censos do IBGE, entre as décadas de 1970 e 2000. A figura 2, por

sua vez, apresenta a atual divisão político-administrativa do Estado do Rio de Janeiro.

Quadro 1 – A Região Norte Fluminense nos Censos do IBGE.

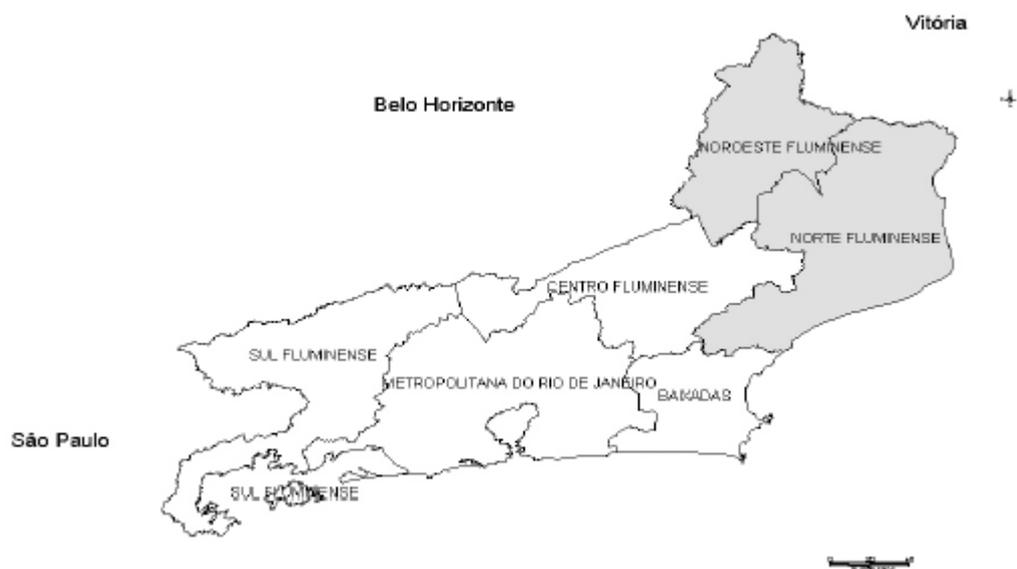
Censos Demográficos	Denominação e Composição
1970	<p>- Mesorregião Norte Fluminense:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Microrregião açucareira de Campos dos Goytacazes: Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, São Fidélis e São João da Barra. ▪ Microrregião de Itaperuna: Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade do Carangola e Porciúncula. ▪ Microrregião de Miracema: Cambuci, Miracema e Santo Antônio de Pádua.
1980	<p>- Mesorregião Norte Fluminense:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Microrregião açucareira de Campos dos Goytacazes: Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, São Fidélis e São João da Barra. ▪ Microrregião de Itaperuna: Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade do Carangola e Porciúncula. ▪ Microrregião de Miracema: Cambuci, Miracema e Santo Antônio de Pádua.
1991	<p>- Mesorregião Norte Fluminense:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Microrregião de Campos dos Goytacazes: Campos dos Goytacazes, São Fidélis e São João da Barra. ▪ Microrregião de Macaé: Conceição de Macabu, Macaé e Quissamã* (Macaé). <p>- Mesorregião Noroeste Fluminense:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Microrregião de Itaperuna: Bom Jesus do Itabapoana, Italva* (Campos dos Goytacazes), Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade e Porciúncula. ▪ Microrregião de Santo Antônio de Pádua: Cambuci, Itaocara**, Miracema e Santo Antônio de Pádua.
2000	<p>- Mesorregião Norte Fluminense:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Microrregião de Campos dos Goytacazes: Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira* (Campos dos Goytacazes), São Fidélis, São Francisco do Itabapoana* (São João da Barra) e São João da Barra. ▪ Microrregião de Macaé: Conceição de Macabu, Macaé e Quissamã e Carapebus* (Macaé). <p>- Mesorregião Noroeste Fluminense:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Microrregião de Itaperuna: Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Varre-Sai* (Natividade) e Porciúncula. ▪ Microrregião de Santo Antônio de Pádua: Aperibé* (Santo Antônio de Pádua), Cambuci, Itaocara, Miracema e Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá* (Cambuci).

Fonte: CRUZ (2003), a partir de dados da FIBGE/CIDE.

Notas: * Estes municípios foram desmembrados daqueles entre parênteses.

** Integrava, anteriormente, a Região Serrana e passou a integrar a Região Noroeste Fluminense.

Figura 2 – Mapa do Estado do Rio de Janeiro segundo mesorregiões de governo.



Fonte: CIDE, 1997.

Mapeamento temático: UENF/LEEA/SEUR – Rosendo, 2002.

Desde a segunda metade do século XIX, no auge do denominado “ciclo áureo”, o setor açucareiro do Norte Fluminense, sediado, como supracitado, predominantemente em Campos dos Goytacazes, passa por um processo crescente de concentração e centralização de capitais que dará origem aos primeiros engenhos centrais e, posteriormente, às primeiras usinas. Com isso, não obstante a crise que encerra o ciclo de expansão da atividade açucareira no século XIX, promovida, sobretudo, pela abolição da escravatura – uma vez que, além da produção assentada no trabalho escravo, Campos constituía uma das maiores aglomerações de população negra do país (SILVA; CARVALHO, 2004) –, o município registrava, no início do século XX, 27 usinas e uma produção açucareira em franco crescimento (PINTO, 1987).

Apesar da retração do mercado internacional de açúcar em decorrência dos desdobramentos da Crise de 1929, este momento foi bastante favorável ao parque industrial açucareiro do Norte Fluminense, na medida em que, como resposta do governo brasileiro, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) para controlar a produção. A política do IAA, ao estabelecer a divisão estadual de cotas em aliança com as oligarquias locais, permitiu que Campos dos Goytacazes se tornasse, durante longo tempo, o maior produtor de açúcar do país (SILVA; CARVALHO, 2004).

Contudo, em meados da Segunda Guerra Mundial, a melhoria nas condições de abastecimento interno provocou, nas palavras de Sant'Anna (1984, p. 31-32), um “afrouxamento” nas “fortes amarras da produção [...] promovendo o toque inicial para o deslocamento do polo hegemônico açucareiro para São Paulo”. Pela sua capacidade agressiva de ocupação de novos mercados, a produção paulista avançava cada vez mais e, já nas décadas de 1940 e 1950, o estado era um dos maiores beneficiados pela política de divisão de mercados do IAA, ao lado de Pernambuco.

A partir da década de 1950, o parque açucareiro do Norte Fluminense, progressivamente, foi perdendo o fôlego e, a cada crise, se enfraquecia ainda mais. Como consequência do processo de concentração e centralização de capitais vivenciado pelo setor, a indústria do Norte Fluminense passou por um profundo processo de “des-regionalização”, tendo muitas de suas usinas adquiridas, sobretudo, por empresários pernambucanos.

As causas da perda de dinamismo, no período, do parque açucareiro polarizado por Campos dos Goytacazes variam na leitura de diferentes autores. Para Silva e Carvalho (2004), estariam associadas, entre outros aspectos, à defasagem tecnológica, à gestão ineficiente dos recursos produtivos e à baixa produtividade das lavouras de cana-de-açúcar. Tais fatores determinariam, ainda, importantes restrições à participação da indústria regional no mercado nacional, na medida em que, diferentemente de São Paulo, que se especializou na produção de açúcar refinado, de maior valor agregado, as usinas do Norte Fluminense produziam apenas açúcar cristalizado, de menor valor agregado e direcionado a nichos de mercado muito específicos, como as indústrias de refrigerantes e de panificação.

Somados aos fatores citados, Azevedo (2004) acrescenta o progressivo endividamento das usinas associado à macrodésvalorização do cruzeiro em relação ao dólar no período; o superdimensionamento da capacidade de processamento das usinas em relação a oferta de cana disponível, durante o processo de modernização do setor; a precariedade administrativa e gerencial das unidades agroindustriais e a falta de apoio do Estado à reestruturação do setor agrícola na época, para o financiamento da implantação da irrigação de canaviais na região.

Já para Almeida (2004), as causas do declínio da agroindústria açucareira campista estão ligadas à própria lógica da concorrência inter-capitalista. Ao mesmo tempo em que favorece o capital paulista, o processo de concentração e

centralização de capitais no setor marginaliza Campos, que, apesar do esforço, não consegue concorrer com São Paulo. Nesta perspectiva, as usinas campistas só poderiam ser beneficiadas diante de um quadro de alta demanda no mercado internacional, como durante os períodos de guerra.

Sant'Anna (1984, p. 37), por sua vez, embora reconheça a perda de fôlego da produção do Rio de Janeiro a partir dos anos 1950, defende que “a atividade planejadora estava impondo entraves ao crescimento fluminense, ou subestimava a potencialidade econômica da região”, o que era reforçado “pela fixação de cotas insuficientes, reflexo da competição inter-regional das classes usineiras”.

No transcorrer da década de 1960, a política desenvolvimentista adotada para o setor passa por uma inflexão: a expansão horizontal ligada ao aumento do número de usinas (presente no Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, de 1963) dá lugar ao crescimento vertical, direcionado a ampliação das escalas de produção das usinas já existentes, por meio de fusões e aquisições (estabelecido em 1967, com o fim do Plano de Expansão de 1963). Como resultado, o Rio de Janeiro conhece um processo de redução gradativa do número de usinas, que passam de 28, no período 1964-1965, para 24, em 1971-1972, e 17, em 1974-1975 (CRUZ, 2006).

A década de 1970 se inicia com o parque industrial do Norte Fluminense obsoleto diante de um mercado mais competitivo e com o senhorio absoluto de São Paulo. A queda do rendimento industrial demandava a necessidade urgente de um processo de racionalização do setor agro-canavieiro regional. Já a porção noroeste, por sua vez, inicia o período se restringindo, fundamentalmente, à pecuária leiteira e a algumas atividades localizadas, como a produção de arroz, café, extração de pedras decorativas e horticultura, além de cana-de-açúcar.

No Norte Fluminense, apesar da progressiva perda de projeção no cenário nacional, no final da década de 1960 são criadas condições favoráveis ao setor com a alta do preço do açúcar no mercado internacional, a oferta de fartos e baratos recursos federais, a expansão do setor industrial de máquinas, equipamentos e insumos para a agroindústria açucareira e os dois choques do petróleo da década de 1970, que induziram o governo federal a promover uma política de readequação de sua matriz energética mediante o estímulo a produção de álcool combustível proveniente da cana-de-açúcar (etanol).

3.2 A década de 1970 como marco de um projeto de desenvolvimento restauracionista das elites do açúcar

Cruz (2003) sustenta a tese de que existiam, no início da década de 1970, duas representações distintas do passado regional no imaginário de alguns grupos e forças sociais do Norte Fluminense. Tais representações, que correspondiam a dois momentos marcantes da história da região, deram origem a *dois projetos de região* (ou *padrões de desenvolvimento regional*) marcados pela tensão entre *monocultura da cana versus diversificação produtiva*.

Havia, portanto, no início da década de 70, no imaginário regional, expresso pelas forças e grupos sociais que o externalizavam, através de porta-vozes, na imprensa, representações distintas do passado, na quais se destacavam dois momentos marcantes.

Um, mais remoto, pujante pela diversificação produtiva e sua difusão territorial; outra, recente, poderoso pela expressão da sua monocultura e de sua concentração territorial.

A primeira, *diversificadora*, mais inclusiva social e territorialmente; e a segunda, corporativa, *monocultora* e excludente, setorial, social, e territorialmente. Essas duas *memórias*, valorizadas por segmentos sociais distintos, vão fundamentar *projetos de região*, ou *padrões de desenvolvimento regional*, em disputa. A disputa se dá em torno da apropriação, uso e destino dos recursos disponibilizados, decisivos para a constituição e reprodução do espaço regional.

A primeira é resgatada no imaginário de um projeto de modernização, diversificado, que tem na indústria, principalmente, seu grande símbolo. A segunda, nos marcos de um *projeto conservador* de modernização, no qual a reprodução do padrão agroindustrial tradicional, se dá em meio à mudança técnica, à absorção de tecnologia e ao monopólio dos recursos.

É a segunda, defendida pelas elites agropecuárias e agroindustriais açucareiras, que vai dominar na década de 70, até meados da década de 80, embora tendo a primeira como um fantasma, como um conjunto de interesses silenciados que ameaçam sair da sombra (CRUZ, 2003, p. 102-103).

Diante de uma conjuntura que se caracterizava pela crescente perda de importância da agroindústria açucareira do Norte Fluminense no cenário nacional, embora a região ainda se mantivesse entre as mais importantes áreas produtoras do país, difunde-se uma percepção generalizada de atraso, estagnação e esvaziamento econômico, no início da década de 1970. Esta se expressava, dentre outras formas, na culpabilização dos usineiros e fazendeiros do complexo sucroalcooleiro e apontava, como contraponto, a *diversificação econômica*.

Contudo, a perspectiva trágica deste primeiro momento pouco tempo depois conhece uma inversão. Analisando os editoriais do jornal Monitor Campista à época, Cruz (2003) demonstra como os editoriais do periódico, que até então atribuíam

valor negativo à monocultura, passam a expressar certo otimismo com o reerguimento do setor açucareiro.

É nessa conjuntura que ressurge, por parte das elites da agroindústria açucareira da região, uma intensa movimentação para recuperar a capacidade de articulação junto ao Governo Federal (e de modo especial, junto ao IAA) visando o acesso aos recursos institucionais, de infraestrutura, técnicos e financeiros, disponibilizados para a expansão e modernização do setor açucareiro, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, dentro do projeto de *Modernização Conservadora* da Ditadura Militar.

Tais recursos foram proporcionados por um conjunto de medidas e instrumentos de intervenção do Estado brasileiro oferecidos, principalmente, pelo Fundo Especial de Exportação (FEE), criado em 1965; pelo Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, instituído em 1971; pelo Programa Nacional de Melhoramentos da Agroindústria Açucareira (o Planalsucar), também criado em 1971; e pelo Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira, um desdobramento do programa anterior, estabelecido em 1973 (CRUZ, 2003).

Deste pacote, o FEE foi a grande fonte dos recursos oferecidos para a implantação dos programas de modernização da agroindústria do período. Formado a partir dos excedentes da exportação de açúcar para o mercado norte-americano, com a ocupação, pelo Brasil, da condição de fornecedor preferencial deixada por Cuba, após a imposição do embargo comercial, os capitais oferecidos por este fundo eram disponibilizados com grandes vantagens financeiras aos usineiros e com grande liberdade de aplicação (SANT'ANNA, 1984).

Particularmente em relação aos benefícios direcionados à região, destaca-se, dentre o conjunto de medidas citado, o Planalsucar, programa que tinha por objetivo estender os efeitos da política modernizante do setor para todo o país, mas, num primeiro momento, prioritariamente para o Nordeste e o Rio de Janeiro. Diretamente, o Norte Fluminense foi favorecido com a instalação da primeira unidade do programa em Campos dos Goytacazes.

De modo geral, o conjunto desses programas tinha como principal objetivo a expansão, modernização e aumento da eficiência da produção industrial, estimulando e favorecendo a concentração das empresas, mediante fusões e aquisições. O principal beneficiado deste processo foi o capital paulista, que, por ter entrado mais tarde no setor e ser mais competitivo, tinha uma maior capacidade de

ocupação de novos mercados e, à médio prazo, potencial para “sufocar” a concorrência, dentro da qual se encontrava o Norte Fluminense (CRUZ, 2006).

Dessa forma, o poder de São Paulo acabou por influenciar a política do IAA que, ao estabelecer parâmetros gradativos de eficiência associados à produtividade e rendimento, atendia diretamente aos interesses do capital paulista. Por outro lado, na visão de Sant’Anna (1984), a intervenção do Governo Federal se fazia necessária, visto que a entrada e o crescimento da produção paulista no setor provocou uma permanente ameaça de superprodução, fonte de constante tensão entre os estados produtores tradicionais e São Paulo. Como exemplo de medida para solucionar a questão, o autor aponta o estímulo da produção de álcool carburante a partir de 1948 (SANT’ANNA, 1984).

Na verdade, a entrada de São Paulo no mercado açucareiro marca a polarização do setor em torno de diferentes estratégias de acumulação. Enquanto o capital paulista defendia um alto grau de *liberdade* que apontava, à médio prazo, para o fim do IAA, os estados do Nordeste e o Norte Fluminense reclamavam a *tutela* (mediante o tratamento diferenciado a favor de seus parques industriais) e permanência da autarquia federal. Tal distinção é fundamental para se compreender as diferentes estratégias e ações das elites paulistas, por um lado, e das nordestinas e fluminenses, por outro, estas últimas carregadas de um forte componente regionalista.

Não obstante ao quadro muito mais favorável a São Paulo, o Norte Fluminense também foi beneficiado pelo constante aporte de recursos, fartos e baratos, oferecidos aos setores agrícola e agroindustrial no período. Isso possibilitou a expansão da lavoura, a ampliação das unidades industriais existentes e a instalação de unidades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), como o Planalsucar, que se dedicava, entre outros, à busca de novas variedades de cana-de-açúcar adaptadas às condições ecológicas da região e a melhoria dos processos agrícolas e industriais.

De forma complementar, consolidou-se ainda uma política de crédito voltada para o setor. Cruz (2003) aponta que entre a segunda metade dos anos 1960 e os primeiros anos da década de 1970 foram criados o Conselho Monetário Nacional (CNM), o Banco Central, o Sistema Nacional de Crédito Rural e o Banco Nacional de Crédito Rural (BNCR). No Norte Fluminense, para serem beneficiados por essa política de crédito rural, os fornecedores de cana reestruturaram o Banco dos

Lavradores em 1972, criando a Cooperativa de Crédito dos Lavradores de Cana-de-Açúcar do Estado do Rio de Janeiro (COOPERCREDI).

Do ponto de vista do território herdado, o Norte Fluminense possuía no início da década de 1970, em termos de capital fixo, um conjunto de investimentos realizados pelo Governo Federal nos anos 1940 e 1950 (retomados nos anos 1970) que consistiu na criação de uma rede de canais e diques, considerada a segunda maior do mundo, para regularizar o regime das águas da margem direita do Rio Paraíba, caracterizada pela elevada presença de lagoas e cursos d'água. O objetivo era o de promover a "recuperação das terras para a lavoura canavieira", para a irrigação e o fornecimento de água às propriedades agrícolas. Neste processo, houve a transformação de um terreno e de uma paisagem que se distinguia pelo intenso predomínio de brejos, pântanos e reservatórios naturais de água em terrenos agricultáveis, agregados a propriedades particulares. (SANT'ANNA, 1984, p.10).

De acordo com dados do jornal A Notícia (23 out. 1974 *apud* CRUZ 2003), a rede de canais e diques registrava, em 1974, 290 canais, totalizando cerca de 1.500 Km concentrados no município de Campos dos Goytacazes.

Por outro lado, havia ainda um conjunto de ferrovias e estradas vicinais, cortando toda a região, herdada do tempo do café e do transporte de cana-de-açúcar por trens e carros de bois. Somando-se a ela, a região ostentava também uma forte infraestrutura técnica e institucional formada por um complexo de órgãos e instituições públicas de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, voltadas para a pecuária e à agricultura em geral, mas principalmente para o cultivo da cana e a produção de açúcar, com um quadro significativo de técnicos de alto nível. Como exemplo, além das instalações do próprio Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), tinha-se a Estação Experimental do Rio de Janeiro, mais tarde absorvida pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO); o Programa Nacional de Melhoramentos da Agroindústria Açucareira (Planalsucar); e a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR-RJ), mais tarde transformada na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RJ). Todas estas unidades tinham seus endereços localizados em Campos dos Goytacazes.

Outra instituição que desempenhou papel importante no período foi a Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (FUNDENOR). Surgida no final da década de 1960 como um instrumento de planejamento e execução e atuando no

campo da captação de recursos, modernização tecnológica e implantação de projetos de apoio e suporte técnico, além de projetos empresariais, ligados aos setores agropecuário e agroindustrial, funcionava como o braço técnico da articulação das elites regionais junto às demais escalas de poder. Com isso, buscava legitimar a autoridade política de representante do *projeto regional de desenvolvimento* e era parte importante na construção da base territorial regional da representação.

De certa forma, constituiu um esforço das elites agropecuárias e agroindustriais em se apropriar do discurso da diversificação, ressignificando-o e esvaziando-o de seu conteúdo alternativo. Do ponto de vista técnico, atuava, através de estudos, pesquisas, levantamentos e elaboração de projetos, de forma complementar às instituições de pesquisa e assistência técnica setoriais, como o Planalsucar.

Completando a infra-estrutura da região, havia ainda um conjunto de instituições de formação e qualificação profissional composto por todo o sistema SENAI, SENAC e SENAR, um colégio agrícola estadual (a Escola Técnica Agrícola Antônio Sarlo) e uma escola técnica federal (a Escola Técnica Federal de Campos). Sobre elas é importante destacar que Cruz (2003, p. 114) enfatiza que quase todas essas instituições, embora estivessem sediadas apenas no município Campos dos Goytacazes, “tem na denominação das suas unidades, em algum lugar, o termo Norte Fluminense, ou seja, todas se atribuem jurisdição e representação extensiva a toda a região”.

Diante da conjuntura de expansão do financiamento e do crédito direcionado ao setor sucroalcooleiro e favorecido pelo território herdado, as elites campistas, organizadas especificamente em torno de um pequeno grupo de fazendeiros (pecuaristas e plantadores de cana), de um lado, e de usineiros, de outro, e lideradas por estes últimos, empreenderam um conjunto de articulações *para dentro*, com a imprensa, jornalistas, técnicos, burocratas de governo e políticos, e *para fora*, com os governos estadual e federal, no sentido de fecharem a região, promovendo uma coesão regional e territorial que lhes permitisse assumir de forma legitimada e reconhecida o papel de *lideranças regionais*, tornando-se, dessa forma, “as próprias elites do Norte Fluminense”, e, com isso, detentora da condição de legítimas *portavozes* dos interesses regionais (CRUZ, 2003, p. 122).

A partir disso, reconstruíram, ou atualizaram, o *discurso regionalista* e elaboraram um *projeto de desenvolvimento*, baseado na definição dos *interesses*

regionais e voltado para a reivindicação de tratamento diferenciado e privilegiado pelas autoridades governamentais. Tratava-se, na verdade, de reforçar uma identidade regional baseada no reconhecimento dos interesses da agroindústria (ou de um grupo de empresários do setor) como *os próprios interesses gerais da região* ou, em outras palavras, como *os únicos interesses* capazes de superar a sensação generalizada de estagnação e esvaziamento econômico e promover, de fato, o *desenvolvimento regional*.

Ao articular-se para dentro, fazia-se necessário, sobretudo frente à imprensa, reforçar ou restaurar a mística da *grande região açucareira* que reinstaurava o Norte Fluminense como um espaço social regional merecedor de tratamento diferenciado, a partir do significado e da importância histórica e do papel estratégico da sua agroindústria açucareira.

Para Cruz (2003), essa estratégia, necessária para garantir o monopólio da apropriação e do uso dos recursos disponibilizados pelo Estado, foi favorecida pela conjuntura nacional, caracterizada pelo regime ditatorial, pelo *milagre econômico* e pela modernização conservadora. Esta última estaria sedimentada por um pacto com as oligarquias regionais, e, muitas vezes, até locais, o que garantiria sua reprodução nos marcos da modernização técnica. Nesta perspectiva, foram estes elementos que possibilitaram as elites açucareiras do Norte Fluminense retomarem espaços perdidos e, assim, garantirem a reprodução do padrão produtivo e societário dominante na região.

Como desdobramento da criação do IAA, em 1933, que tinha um edifício-sede regional no centro da cidade de Campos dos Goytacazes, surgiram um conjunto de instituições que, regionalmente, atuavam na representação política, na intermediação do crédito, no fornecimento de equipamento e maquinário e na assistência social. Entre as instituições de representação dos interesses dos *plantadores de cana* e *usineiros* estavam o Sindicato Rural e a Fundação Rural, no âmbito da pecuária e da agricultura; a Cooperativa de Crédito dos Lavradores de Cana-de-açúcar do Estado do Rio de Janeiro Ltda (COOPERCREDI), a Associação Fluminense dos Plantadores de Cana (ASFLUCAN) e a Cooperativa dos Plantadores de Cana (COOPERPLAN), ligadas aos fornecedores de cana; além do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo (SIRAERJ) e a Cooperativa Fluminense dos Usineiros Ltda (COOPERFLU).

Todo este aparato legal e institucional serviu de base para que as elites agropecuárias campistas, organizadas sob a liderança dos usineiros, articulassem um conjunto de estratégias e ações, voltadas para atrair e controlar os recursos federais direcionados ao setor, que serviriam de alicerce para a sua reprodução. Este processo seria completado com a instauração, a partir de sua ação regionalista, da *Região Norte Fluminense*, da qual se tornariam *porta-vozes* legítimas e reconhecidas, *para dentro e para fora da região*, através das articulações das escalas de poder, configurando um *projeto de desenvolvimento regional*, no qual os interesses da agroindústria açucareira seriam impostos como os interesses regionais gerais.

Um dos resultados mais eficazes da articulação regionalista e do projeto de dominação das elites de Campos dos Goytacazes, em nome dos interesses regionais e com o objetivo de monopolizar a interlocução com os poderes supra-locais e influir no destino dos recursos a serem canalizados para a região, foi a instauração da Região Norte Fluminense, reconhecida e oficializada pelo IBGE no Censo Agropecuário de 1975, como resultado da aglutinação das microrregiões de Campos dos Goytacazes, Itaperuna e Miracema. Na prática, tratou-se de “unificar” as três micro-regiões então existentes” (CRUZ, 2003, p. 124).

Aos poucos, o discurso foi se tornando cada vez mais monolítico. À medida que a eficácia do discurso e da ação regionalista das elites agropecuárias se realizava, os recursos e a interlocução junto ao Governo Federal passam a ser monopolizados pelas lideranças que encarnam a representação dos interesses regionais. A partir desse momento, a região torna-se *fechada*, de acordo e dentro dos limites do conceito proposto por Oliveira⁷ (1977).

O que vem a reforçar este processo, bem como a aplicação do conceito de *fechamento* aqui utilizado, é o fato de que o restrito grupo das lideranças regionais havia ganhado tal grau de legitimidade, autonomia e independência que chegaram ao ponto, mediante o uso de canais próprios, de dispensar a hierarquia oficial local de poder e, com isso, a necessidade de manter um vínculo orgânico com a prefeitura.

⁷ Como aqui se utiliza a aplicação do conceito que Cruz (2003, p. 133) faz ao caso do Norte Fluminense, da mesma forma que ele, entende-se que o *fechamento* da região, nestas circunstâncias, consistiu num momento em que as elites açucareiras de Campos dos Goytacazes “monopolizaram o discurso, a representação, o projeto e os recursos regionais, ou, em outras palavras, as condições de reprodução do espaço social regional”.

Contudo, este processo de fechamento revela-se limitado e contraditório, e no seu bojo já trazia as bases da sua *abertura*. Isso porque, gradativamente, como dito anteriormente, a partir do final dos anos 1950, o capital usineiro regional passa a ser absorvido por grupos externos à região, dentro do processo de modernização, concentração e centralização de capitais vivenciado pelo setor (SILVA; CARVALHO, 2004). Com isso, a liderança regional do projeto regionalista do Norte Fluminense passa a se dar, contraditoriamente, em torno da figura do pernambucano Evaldo Inojosa, revelando as dificuldades do projeto em se identificar com a história e a sociedade regionais (CRUZ, 2003).

Para se afirmar e instituir as bases de sua irrefutabilidade, além da construção simbólica, o projeto regionalista se apropria das racionalidades desenvolvimentista, empresarial, técnica e política e, no início dos anos 1970, viabiliza, via Fundenor, com financiamento da Organização dos Estados Americanos (OEA), o trabalho de consultoria da ITALCONSULT denominado Diagnóstico do Norte Fluminense. Composto de 12 volumes, este trabalho viria a constituir as bases do *Projeto de Desenvolvimento do Norte Fluminense*, ou, simplesmente, *Projeto Norte Fluminense* (Projeto NF), a partir do qual as *lideranças regionais* lograram obter recursos, em circunstâncias privilegiadas, para atender a seus interesses setoriais.

Dessa forma, embora carregue denominação regional, o projeto possuía claramente uma vertente setorial e, não obstante suas ações voltadas para as atividades agropecuárias de outros municípios, o Projeto NF beneficiaria, principalmente, dada a composição e as práticas das *lideranças regionais*, os grandes proprietários de terra, pecuaristas, plantadores de cana e usineiros de Campos dos Goytacazes.

Desse modo, pode-se dizer que o Projeto NF se apropria também da bandeira da diversificação, tradicionalmente utilizada pela oposição às elites agropecuárias, esvaziando, no entanto, sua dimensão alternativa à economia regional tradicional. No Projeto das elites, a diversificação se restringe às atividades agropecuárias e agroindustriais tradicionais. A perspectiva da diversificação enquanto industrialização e urbanização é silenciada, sendo contemplada, contudo, de forma implícita, pela defesa dos incentivos fiscais.

O conjunto social portador dos interesses silenciados era composto por pequenos lavradores de cana, trabalhadores rurais e segmentos urbanos, principalmente do comércio e dos serviços, além dos estudantes, intelectuais e

técnicos que compartilhavam, em maior ou menor grau, da ideia de que as elites ligadas à monocultura da cana e suas atividades econômicas eram particularmente responsáveis pelo que consideravam como atraso, estagnação, exploração e esvaziamento econômico vivido pelo Norte Fluminense. No imaginário deste conjunto social, as soluções para o problema do desenvolvimento passavam, em grande medida, pela diversificação das atividades econômicas, pela industrialização e pela superação total da atividade agroindustrial, através de *atividades alternativas*.

Nesta conjuntura, em plena implantação dos projetos de ampliação e modernização das unidades agroindustriais do Norte Fluminense, ocorre o primeiro choque ou crise internacional do petróleo, em 1973, com significativos impactos no mercado internacional do açúcar e na matriz energética internacional e nacional.

Decorrente da elevação dos preços do barril de tipo *Brent* provocada pela ação cartelizada da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em protesto ao apoio prestado pelos Estados Unidos a Israel durante a Guerra do Yom Kippur, o primeiro choque do petróleo, em 1973, resultou numa crise econômica mundial de graves proporções, afetando, sobretudo, os países capitalistas centrais. Como consequência, empreendeu-se um conjunto de esforços, por parte também de países subdesenvolvidos, no sentido de se buscar alternativas energéticas, reduzir a dependência do petróleo e minimizar os efeitos negativos sobre a balança comercial provenientes da importação do produto.

Dependente da importação de petróleo, na ocasião em mais de 50%, o governo brasileiro criou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975, para estimular a expansão da produção de etanol na forma álcool anidro, para mistura à gasolina.

Mais tarde, em 1979, em decorrência da Revolução Iraniana e da guerra envolvendo o Irã e o Iraque, dois dos principais produtores mundiais do mineral, ocorre o segundo choque do petróleo. No mesmo ano, o Proálcool passa por um processo de reformulação e ampliação, com o lançamento de um ambicioso projeto de produção de combustível alternativo, o álcool hidratado, a partir da cana-de-açúcar.

Para as elites agroindustriais locais, o Proálcool era fundamental para a estratégia de *fechamento* da região, ao possibilitar o monopólio dos recursos canalizados para o Norte Fluminense. Muito mais do que um novo momento de transferência de dinheiro público para suas demandas corporativas, significou um

fôlego temporário diante de um quadro crescente de queda de sua importância no cenário nacional.

Por outro lado, o anúncio oficial da descoberta de petróleo na Bacia de Campos, em 1974, e o início das operações da Petrobrás em 1978, em Macaé, afetaram profundamente a estratégia das elites açucareiras. A perspectiva de implantação física de um complexo de extração de petróleo na região mobilizava interesses, recursos, agentes e intervenções ditadas por uma nova dinâmica que escapava completamente ao controle da elite açucareira.

Como parte do esforço de revigoração do projeto regionalista, nasce, em 08 de janeiro de 1978, em Campos dos Goytacazes, o jornal Folha da Manhã. Precursor da modernização e profissionalização do jornalismo na região (tanto pelo projeto gráfico, nível dos equipamentos e qualidade de impressão quanto pelas questões técnicas e conceituais e pelo tratamento dado a informação, mas, sobretudo, pela elaboração do jornal em moldes capitalistas, como produto), se tornará, com o tempo, o maior e mais poderoso jornal do Norte Fluminense (AZEVEDO NETO; SILVA NETO; RIBEIRO, 2007). A Folha da Manhã nasce, portanto, claramente comprometida com o projeto regional da elite açucareira, servindo de meio de difusão ideológica e propaganda dos seus interesses setoriais em nome do *desenvolvimento regional*.

A partir do jornal, a expressão *desenvolvimento regional* passa a ser utilizada de forma corrente na imprensa e nas declarações dos grupos, instituições e personagens que se manifestam publicamente falando em nome da região. É em nome dela que as disputas de projetos e interesses vão se dar daí por diante. Para Cruz (2003, p. 205-206), trata-se de um momento de reforço do projeto de revitalização da *região do açúcar* e de um “esforço radical de resistência, sustentação e viabilização do projeto regionalista diante da nova fonte de recursos que surge”.

Em seu primeiro número, trás uma entrevista com um grupo de pessoas apontadas pelo jornal como detentoras do papel de *líderes regionais*. Trata-se de representantes de entidades ligadas ao setor sucroalcooleiro e agropecuário (Coopercredi, Fundenor, Cooperflu, Cooperleite⁸), ao comércio e à indústria (ACIC e CDL), além do prefeito de Campos na ocasião, Raul David Linhares Corrêa. De modo geral, o conteúdo das declarações refere-se à suposta vocação açucareira da

⁸ Cooperativa dos Produtores de Leite de Campos Ltda.

região, bem como suas reivindicações históricas, como a construção do sistema de canais e a solução para o problema de irrigação.

Por outro, o discurso da *diversificação* também se fazia presente, a partir da reivindicação de incentivos fiscais ao Norte Fluminense (FOLHA DA MANHÃ, 08 jan. 1978). Na verdade, tal discurso, denominado por Cruz (2003) como *diversificação consentida*, era um componente estratégico do projeto das elites açucareiras tão poderoso que havia sido assumido como bandeira inclusive pelos segmentos contrários aos seus interesses. O conteúdo, essencialmente, versava sobre a defesa da extensão ao Norte Fluminense dos benefícios federais oferecidos ao território capixaba por meio do Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo (FUNRES).

A ele eram atribuídas, de forma recorrente e quase exclusiva, as principais causas da estagnação da região. A exploração desta temática era utilizada para reivindicar, a partir da extensão dos benefícios fiscais do fundo capixaba ao Norte Fluminense, a atração de unidades e investimentos empresariais privados para a região, de modo particular no que diz respeito aos interesses dos setores aliados ao projeto açucareiro, para as fábricas de insumos e equipamentos para a agroindústria e pecuária regional.

Desse modo, não obstante ao processo de modernização e ao volume de recursos recebidos pelo Proálcool, começa a difundir-se uma percepção generalizada de estagnação. Ao final da década de 1970, ganha corpo a ideia de que o montante de recursos apropriados no período, além de não ter promovido a dinamização da economia local, agravou antigos e ainda criou novos problemas.

Paralelamente à expansão da lavoura e da indústria, o setor sucroalcooleiro regional, que chegou a concentrar a geração de cerca de 70% da renda da região (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 65), terminou o ciclo dos anos 1970/1980 mais concentrado, especialmente, em Campos dos Goytacazes, e reduzido na cadeia produtiva, sem entrar no mercado de açúcar refinado. Amargou perdas de cotas e de espaços nos mercados regional e nacional, e suas usinas foram absorvidas pelo capital pernambucano. Conheceu um processo de endividamento crescente e inadimplência, que culminou na falência e fechamento de boa parte de suas usinas. Aprofundou-se a concentração das unidades industriais e agrícolas e houve transferências de rendas. Os ramos de sua cadeia produtiva foram reduzidos a montante e a jusante, resultando num quase completo desaparecimento do complexo metal-mecânico, fornecedor de equipamentos para a lavoura, indústria e

transporte, por um lado, e, por outro, da indústria de produtos alimentícios e bebidas derivados da cana e do açúcar, como o melado, a aguardente e os doces. Com o avanço da fronteira da cana, diversas atividades econômicas tradicionais foram destruídas (CRUZ, 2006).

Como consequência, houve um encolhimento do mercado de trabalho regional, de modo particular o do município de Campos de Goytacazes e seu entorno, que concentravam a economia açucareira. O fechamento das usinas conduziu a uma substancial elevação da taxa de desemprego e subemprego, promovendo a proletarização do trabalhador rural e a precarização das relações trabalhistas. Em termos estruturais, o mercado de trabalho regional, predominantemente polarizado e sazonal, passou a ser dominado pelo biscate alternado no trabalho da cana (SILVA; CARVALHO, 2004; CRUZ, 2006).

A desestruturação do parque sucroalcooleiro regional provocou ainda um processo de urbanização acelerado, intenso e desordenado, que gerou dezenas de favelas e loteamentos clandestinos, além da formação de bolsões de pobreza no entorno das principais cidades da região (SILVA; CARVALHO, 2004).

Ao final, foi essa imagem negativa que passou a dominar a identidade regional, *para dentro e para fora*. Com o tempo, fortaleceu-se, ainda mais, a ideia da existência de uma *crise crônica* e a crença de que a *salvação* da região teria de vir da sua ruptura com a dinâmica econômica atrelada ao setor açucareiro. O sentimento de esvaziamento e estagnação econômica foi reforçado com a percepção sobre os efeitos do modelo econômico regional sobre a porção noroeste, a qual ainda sofria com o fim das atividades do café e a falta de integração ao ciclo de modernização da cana.

Na década de 1980, o país entra numa recessão econômica e vive um cenário de crise fiscal, que se desdobra na crise do padrão de financiamento e da intervenção federal no desenvolvimento brasileiro. O fim da Ditadura Militar seca a fonte dos recursos que financiaram o fechamento da região pelas elites açucareiras e sustentaram o seu prestígio e legitimidade como representantes dos interesses regionais. Finda, assim, o pacto político que possibilitou ao projeto regionalista açucareiro lograr êxito (CRUZ, 2006).

Diante disso, a *questão social* se desloca para o centro do *problema regional* como a questão das relações de trabalho no campo, da precarização do mercado de trabalho e da pobreza e exclusão social. As expressões materiais e simbólicas desse

momento de abertura da região, de explosão da questão social e da perda de poder das elites açucareiras, no entender de Cruz (2004), são a desapropriação das terras da usina Novo Horizonte, em 1987, no início do Governo Sarney, para a reforma agrária, em benefício dos trabalhadores da usina, credores de salários e direitos trabalhistas não pagos; a implantação do Projeto Especial Cidades de Porte Médio (PECPM), entre 1983 e 1985, financiado pelo Banco Mundial em parceria com o Governo Federal e as prefeituras, que fez um diagnóstico abrangente e apresentou projetos de apoio ao setor informal da economia; e a mudança de rumo, a partir de 1985, no Programa Especial do Norte Fluminense (PRODENOR), até então símbolo do projeto de desenvolvimento das elites açucareiras e que passava, a partir daí, a se voltar para o apoio aos pequenos produtores do Norte e do Noroeste Fluminense, à diversificação agrícola e agroindustrial e à reforma agrária, por meio do associativismo e cooperativismo.

Com a abertura da região, o discurso diversificador se fortalece. O início da exploração do petróleo da Bacia de Campos, em 1978, a introdução da fruticultura e de alguns serviços urbanos, o declínio das atividades sucroalcooleiras e a percepção da marginalização do Noroeste fortaleceram antigas e novas identidades e fomentaram novas e velhas disputas territoriais, sociais e simbólicas. Como resultado, a região se fragmenta. Em 1987 é desmembrada a porção noroeste e oficialmente reconhecida pelo IBGE como região Noroeste Fluminense, associada à pecuária leiteira, enquanto a porção norte passa a sofrer um processo de bipolarização, que opõe os municípios vinculados às atividades sucroalcooleiras, remanescentes do processo de modernização e dominados por Campos dos Goytacazes, tradicional polo regional, aos municípios ligados a nova economia do petróleo e organizados sob a influência do novo polo emergente, Macaé.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e estabelecimento do novo pacto federativo transformam os municípios em “entes governamentais”, com autonomia administrativa e financeira. Isso significou um aumento substancial das suas receitas, seja pela ampliação das transferências obrigatórias, seja pelo aumento da arrecadação própria, através da cobrança de impostos, taxas e contribuições municipais. No Norte Fluminense, a estes recursos, somam-se os *royalties* do petróleo da Bacia de Campos, que começam a ser repassados às prefeituras no início de 1987 (SANTOS, 2003). Desencadeia-se, assim, nova disputa, com a entrada em cena de novos agentes no jogo de interesses sociais,

políticos e territoriais e o estabelecimento de novos projetos de poder e de desenvolvimento na região.

Outro resultado do movimento de *abertura* do Norte Fluminense foi a segmentação, no período, das duas principais vertentes das *lutas regionais*. Por um lado, as elites açucareiras, buscando recuperar terreno, permaneciam com a pauta da defesa da irrigação e dos benefícios fiscais para a região, mas, ao lado delas, atualizavam seu projeto setorial com a reivindicação de um polo álcoolquímico. Por outro lado, as autoridades políticas municipais, inclusive do Noroeste Fluminense, centravam-se na luta pelos *royalties* e pelo polo petroquímico, que, além de representar uma faixa mais ampla da sociedade e da territorialidade regional, dizia respeito às disputas dos benefícios, diretos (unidades produtivas vinculadas ao polo) e indiretos (compensações financeiras dos *royalties*), que poderiam advir das atividades petrolíferas sediadas em Macaé.

Encerra-se, assim, os anos 1980 com mudanças e reiteraões. Mantém-se o caráter regional de economia periférica, pouco dinâmica e atrasada, técnica e empresarialmente, sem grandes impactos na estrutura do emprego e da renda, não obstante a diversificação em curso, e com uma força de trabalho, especialmente no caso de Campos, altamente *desqualificada* para as novas atividades econômicas regionais, *deserdadas* da cana e refratárias a formas de qualificação.

Portanto, o crescimento da ocupação no segmento do comércio e serviços, em Campos, se dá, predominantemente, através das atividades de baixa qualificação e alta precarização, em termos de vínculos, condições de trabalho e renda. As ocupações nas atividades da cana, no emprego doméstico e nos serviços urbanos de autônomo dominam o mercado de trabalho campista (CRUZ, 2003).

A única exceção fica por conta de Macaé, em virtude do impacto localizado das atividades da Bacia de Campos, que apresenta características de enclave (PIQUET, 2003). Com um mercado de trabalho polarizado pelo emprego no Sistema Petrobras, no município registram-se níveis bem mais elevados de empregos formais, salários e qualificação das ocupações, hoje predominantemente terceirizadas, embora ainda existam elevados índices de precarização nas condições de trabalho e moradia nesse segmento⁹.

Assim, aprofundam-se as diferenciações e polarizações internas da região, ao mesmo tempo em que na sub-região dominada por Campos dos Goytacazes

⁹ De acordo com dados do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro).

reiteram-se antigas reivindicações regionalistas e a concepção de um desenvolvimento tutelado pelo Estado.

3.3 O desencanto com as promessas do açúcar e os presságios de uma grande tragédia nos primeiros anos da década de 1990

Outra expressão do processo de *abertura* da região constituiu no deslocamento para o centro do poder de um conjunto de forças políticas identificadas com a superação do passado, associado ao domínio da agroindústria açucareira. As expectativas projetavam *um outro modo de tratar o problema do desenvolvendo, do desemprego e da pobreza, e de conduzir a política e a sociedade regional*, fortalecendo a participação e a inclusão social e espacial.

Em Campos dos Goytacazes, as eleições municipais de 1988 ficam marcadas pelo movimento “Muda Campos”, que agrega setores aliados e insatisfeitos com o projeto *monocultor açucareiro* e elege, à prefeitura do município, o então deputado estadual pelo PDT Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira. Em torno dele compõe-se um bloco formado por partidos políticos, sindicatos, profissionais liberais e movimentos sociais de esquerda, setores da classe média e até das elites agropecuárias descontentes, além de uma massa oriunda das camadas mais pobres, formada por desempregados e subempregados e pessoas alocadas nas ocupações de remuneração e qualificação mais baixa (GOMES FILHO, 2003).

Portador de uma grande capacidade de comunicação com as camadas populares pelo fato de ter sido radialista, Anthony Garotinho pautou seu início de carreira por um discurso ácido em relação aos usineiros. Denunciava-os como os grandes responsáveis pela produção de um modelo anti-social, anti-democrático e anti-público, pelo atraso do Norte Fluminense em relação às áreas dinâmicas do país e pela formação de um grande contingente de pobres e miseráveis na região. Nessa perspectiva, acusava-os de “sugadores do dinheiro público” para enriquecimento, ostentação e pompa particulares e de “parasitas” que subtraem recursos de setores dinâmicos e modernos da nação (GOMES FILHO, 2003).

Com isso, a nova liderança política que assume o poder municipal em Campos dos Goytacazes ocupa o vazio da representação regionalista deixada pelos usineiros e empreende uma estratégia para se constituir em nova *liderança e porta-voz* da região. Inicia um movimento de caráter regionalista, através de mobilizações

de massa, nos municípios da região e na capital do estado, o Rio de Janeiro. Anualmente, eram realizadas nas ruas da capital os *Gritos do Interior*, que aglutina não apenas os municípios do Norte Fluminense, como também os de sua porção desmembrada, o Noroeste.

Dessa forma, o Norte e Noroeste constroem uma nova simbologia e resgatam uma nova ideia de identidade territorial, centrada nas ideias de *povo*, de *pobres*, de *região tradicionalmente excluída*, de *trabalhadores rurais* e de *diversificação*, sob uma nova *liderança regional* que se apresenta como uma representação regionalista em favor dos excluídos históricos e dos explorados pela economia tradicional.

Os municípios das duas regiões reaglutinam-se em torno de bandeiras comuns, como a luta pelos *royalties*; a reivindicação por grandes projetos de intervenção públicos e privados, investimentos na área de infraestrutura, grandes unidades agropecuárias, agroindustriais e industriais; o financiamento, com dinheiro público e condições subsidiadas, às atividades tradicionais da região; e a concessão de incentivos fiscais. Neste contexto, o município de Campos é recriado, sendo oficializada a nova denominação *Campos dos Goytacazes*.

Por outro lado, setores sociais minoritários (sindicatos de trabalhadores, ONGs, movimentos estudantis, instituições de ensino superior, pesquisadores, professores universitários, técnicos, ambientalistas, entre outros), denunciando o caráter elitista e reprodutor das antigas práticas regionais do novo regionalismo, realizaram, em 1998, um evento público, na Câmara Municipal de Campos, intitulado *Grito dos Trabalhadores*, no qual aprovaram uma agenda alternativa, centrada nas reivindicações dos trabalhadores e ambientalistas e na geração de emprego e renda tomando como base as potencialidades locais, a diversificação produtiva e os princípios do desenvolvimento endógeno.

Esse movimento, além da luta em torno do controle social e da fiscalização dos gastos dos *royalties* e dos orçamentos municipais, foi um dos responsáveis, antes, pela tentativa de elaboração de um Plano Estratégico de Cidades para o município de Campos, em 1996. Inspirado na experiência de Barcelona, o plano constituía uma tentativa de aplicação da racionalidade burguesa do meio empresarial à administração municipal com o objetivo de preparar a cidade para às demandas do capitalismo globalizado. Neste momento, as antigas expressões *planejamento urbano* e *planejamento do território* passam a ser substituídas por *gestão urbana* e *gestão do território*. De modo geral, não obstante a manutenção do

controle, a proposta de gestão tenta introduzir um ar mais democrático à administração local, na medida em que estimula uma maior participação da população em detrimento da simples representação.

A proposta de um Plano Estratégico de Cidades constituía, na verdade, um conjunto de propostas com o objetivo de recuperar o dinamismo do município diante do contexto de crise econômica e falta de perspectivas da primeira metade dos anos 1990, que se desdobrava, no plano político, num conjunto de discursos que anunciavam um cenário de tragédia e prenunciavam um futuro de caos.

Para Gomes Filho (2003), a criação de um Plano Estratégico de Cidades no município, na verdade, se dava a partir de um campo de interesses bem mais amplo do que simplesmente uma minoria setorial insatisfeita com o novo movimento organizado por Anthony Garotinho. Tratava-se, antes de tudo, de uma articulação dos setores tradicionais da economia campista com o então prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, candidato ao governo do Estado em 1998, numa tentativa de impedir a eleição do também candidato Anthony Garotinho.

Em março de 1996 foi apresentada publicamente a primeira proposta acerca do que seria o Plano Estratégico de Campos (PEC). Contudo, é em novembro do mesmo ano, com a realização do curso de planejamento e *workshop* “Planejando o Nosso Desenvolvimento”, que o PEC começa a ganhar de fato contornos de um processo de planejamento participativo (GOMES FILHO, 2003). Coordenado e idealizado pelo professor Franklin Dias Coelho, o PEC tinha como objetivo central o estímulo à dinamização econômica do município através da implementação da proposta de Desenvolvimento Econômico Local (DEL), elaborada de acordo com os pressupostos do desenvolvimento endógeno.

Em síntese, além da proposta de autonomia do poder municipal frente aos governos estadual e federal (que, ironicamente, se concretizaria a partir de 1999, quando o PEC já estava completamente sepultado, com a injeção maciça de *royalties* propiciada pelas mudanças na legislação do petróleo), o PEC propunha o desenvolvimento de uma ambiência empresarial que estimulasse o surgimento de micro e pequenas empresas locais e a atração de investimentos externos; o fortalecimento das empresas existentes, especialmente as menores, através de mecanismos de competitividade e cooperação; o apelo à integração e ao fortalecimento das cadeias produtivas do município; e a implantação de programas e

projetos em conjunto com entidades territoriais de todos os níveis, para explorar as potencialidades locais e estimular a economia do município (COELHO, 1996).

A conjuntura favorável que, num primeiro momento, possibilitou a grande mobilização social que gerou o PEC, logo se mostrou desfavorável, levando ao seu progressivo desmantelamento e dissolução. Para Gomes Filho (2003), as etapas que envolvem o surgimento, o desenvolvimento e a desarticulação do plano estão diretamente associadas a dois momentos do comportamento dos grupos que detinham o poder municipal na ocasião. O primeiro, sob o governo de Anthony Garotinho, se caracterizava pelo orçamento apertado, obrigando o então prefeito a apoiar, mesmo discretamente, o plano. Garotinho precisava do PEC para ganhar apoio dos setores organizados da sociedade, ter os melhores técnicos e intelectuais da região trabalhando para o desenvolvimento do seu município. Em virtude da sua candidatura ao governo do estado do Rio de Janeiro, em 1998, ele precisava aparentar ser moderno e atualizado em relação aos instrumentos de gestão, para se colocar em patamar de igualdade com o seu principal adversário na eleição estadual, o então prefeito do Rio de Janeiro, César Maia.

O segundo momento se inicia em 1999, com a duplicação do orçamento municipal em decorrência da Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/97). Nesse momento, toma posse no município o novo prefeito Arnaldo Vianna, que adota uma postura de total indiferença ao PEC. Com isso, gradativamente, os participantes do plano foram se desinteressando e o plano, progressivamente, foi sendo desarticulado. Fazendo uma avaliação irônica da postura de Arnaldo Vianna, Gomes Filho (2003, p. 26) afirma que o grande “mérito” do então prefeito foi fazer isso com tanta discrição que “não se sabe se por coincidência ou por competência matou o PEC com tanta sutileza, que nem sequer um gemido se ouviu”.

Contudo, apesar da interrupção precoce do PEC, o mesmo Gomes Filho (2003) aponta alguns *bons frutos* das reuniões temáticas promovidas ao longo da realização do plano. Entre eles, o autor destaca a criação de uma incubadora tecnológica de cooperativas de trabalhadores do CEFET Campos, que abriu, ao todo, seis cooperativas; a construção de uma base de dados socioeconômicos dos municípios da região inédita; um conjunto de soluções para a realização de assentamentos do INCRA; propostas de erradicação do trabalho infantil nos municípios da região; e uma maior integração do CEFET com as instituições do

Sistema SENAI, SEBRAE e SENAC, e com as universidades públicas do município UFF, UFRRJ e UENF.

3.4 A Lei do petróleo como possibilidade redentora e a afirmação de um novo projeto regional

A Lei nº 7.453, de 27/12/1985, e a Lei nº 7.525, de 22/07/1986, foram as primeiras a definir o pagamento de *royalties* aos municípios brasileiros. Em 1989, é aprovada a chamada *lei dos royalties*, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que previa o pagamento de cotas a quase todos os municípios do Norte Fluminense. Assim, em 1986 inicia-se o pagamento destas receitas aos municípios da região. Contudo, até 1997, o volume arrecadado com os recursos do petróleo não constituía importância significativa.

Porém, a partir de 1998 este quadro modifica-se radicalmente. Em 1997, em troca de apoio à aprovação da emenda constitucional que autoriza a reeleição para os cargos do executivo, o Congresso Nacional aprova a Lei nº 9.478, conhecida como *lei do petróleo*, que estabelece a quebra do monopólio da Petrobras na extração e produção do petróleo brasileiro, cria o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e ainda modifica os critérios de distribuição e eleva as alíquotas das rendas petrolíferas destinadas aos entes federativos.

A nova lei passa a destinar os recursos distribuídos aos entes municipais exclusivamente para os municípios fisicamente confrontantes aos campos petrolíferos. Para tanto, conforme pode se observar na figura 3, cria uma combinação de projeções ortogonais e paralelas, que partem dos limites políticos dos municípios no continente em direção a plataforma continental situada à costa.

Como a Bacia de Campos é responsável, sozinha, pela produção de cerca de 84% do petróleo do país (ANP, 2011)¹⁰, a adoção deste critério, por si só, gerou a concentração da quase totalidade dos *royalties* municipais nos cofres de apenas nove municípios fluminenses: São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casemiro de Abreu, Cabo Frio e Armação dos Búzios.

¹⁰ De acordo com a ANP (2011), em junho de 2011, a Bacia de Campos foi responsável, sozinha, pela produção de 84,1% de todo o petróleo produzido no país.

Tal *determinismo físico* na destinação dos recursos produziu, já naquele período, um conjunto de questionamentos acerca dos critérios estabelecidos pela Lei nº 9.478/97 (SERRA, 2004). Por isso, um conjunto de projetos de lei e emendas constitucionais tramitam há anos no Congresso Nacional propondo mudanças nos critérios de distribuição das rendas petrolíferas. Recentemente, ganharam notoriedade especialmente duas: a Emenda nº 387/2009, apresentada pelo deputado Ibsen Pinheiro, e a Emenda Modificativa nº 24, de autoria do senador Pedro Simon, que serão, mais adiante, melhor detalhadas.

Além da alíquota de 5% sobre o valor da produção, a lei do petróleo estipulou uma alíquota excedente que varia em até mais 5%. Assim, enquanto a alíquota mínima de 5% continua sendo distribuída pela Lei nº 7.990/89 e pelo Decreto nº 01/91, a alíquota acima de 5% (*royalties* excedentes) passa a ser destinada de acordo com o que prevê a Lei nº 9.478/97 e o Decreto nº 2.705/98, conhecido como Decreto das participações governamentais (SERRA, 2004). A criação das participações especiais, que incidem sobre os lucros dos campos de elevada produção e rentabilidade, com o passar dos anos, passam a gerar receitas que ultrapassaram o próprio repasse de *royalties* (SERRA; TERRA, 2006).

Ao promover uma superelevação repentina das receitas dos municípios limítrofes à Bacia de Campos, a lei do petróleo produziu um conjunto de modificações regionais significativas. Do ponto de vista econômico, gerou um forte aumento dos gastos públicos e da dependência das prefeituras em relação a essas receitas. Do ponto de vista político, fortaleceu os grupos relacionados aos prefeitos, na medida em que as prefeituras passaram a ser a fonte do recebimento das rendas petrolíferas. E do ponto de vista territorial, aprofundou as diferenciações regionais, opondo os municípios litorâneos, limítrofes à Bacia de Campos pelas projeções ortogonais e paralelas, recebedores de *royalties* e participações especiais, aos municípios com orçamentos modestos, esvaziados pelas atividades tradicionais e economicamente estagnados (CRUZ, 2007).

Os impactos causados pela vigência da Lei nº 9.478/97 serviram, ainda, de matéria-prima para a construção de um novo regionalismo. Buscando consolidarem-se no poder, os grupos em posse das prefeituras criaram, em 2001, a Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (OMPETRO). Agregando atualmente dez municípios, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Carapebús, Quissamã,

Macaé, Rio das Ostras, Casemiro de Abreu, Armação dos Búzios, Cabo Frio e Niterói, a OMPETRO, na prática, atua como um *lobby* político que se articula com as esferas superiores de poder unicamente com o objetivo de garantir e fiscalizar os repasses e o volume dos recursos do petróleo transferidos aos municípios da Bacia de Campos.

A fim de ganhar legitimidade e reconhecimento vem empreendendo uma estratégia de representação regionalista e produzindo um novo projeto regional. Diferentemente do regionalismo dos usineiros vinculado, economicamente, às atividades sucroalcooleiras, e, territorial e simbolicamente, a uma porção do interior do estado do Rio de Janeiro conhecida como Norte Fluminense, o projeto regional da OMPETRO relaciona-se a defesa da manutenção do recebimento das rendas petrolíferas pelos municípios fluminenses. Do ponto de vista territorial e simbólico, a organização remete-se a uma faixa costeira formada pelos municípios limítrofes à Bacia de Campos, desde São João da Barra a Cabo Frio, para os quais reivindica o reconhecimento da denominação de *municípios produtores de petróleo*.

Desse modo, a OMPETRO busca assumir o papel de *liderança e representação, para dentro e para fora* da região, dos interesses de um conjunto de municípios que não correspondem ao recorte regional tradicional e que englobam uma parcela dos municípios litorâneos da Região Norte Fluminense e uma fração dos municípios da Região dos Lagos.

Por outro lado, a ausência de mecanismos de vinculação e controle social das receitas do petróleo motivou uma nova mobilização em Campos, em 2001, pelos mesmos setores sociais envolvidos no PEC, em torno de um Fórum de Permanente de Desenvolvimento. Lançado em 9 de março de 2001 na sede da CDL¹¹, o fórum tinha como objetivo formular estratégias de utilização dos *royalties* para dinamizar a economia dos municípios da região e livrá-los da dependência desta fonte de receitas. Sua principal proposta consistiu na criação de um fundo regional com parte dos recursos do petróleo arrecadados para viabilizar a realização de investimentos, sobretudo em pequenas e médias empresas, para gerar emprego e renda e garantir sustentabilidade econômica para o período pós-*royalties* (PESSANHA, 2004).

¹¹ O lançamento do Fórum foi precedido de rodadas de reuniões organizadas na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), sessão Norte Fluminense, que tiveram a participação de sindicatos de trabalhadores, instituições de ensino superior de Campos dos Goytacazes e representações estudantis. Durante o lançamento do Fórum, em 09/03/2001, estavam presentes representantes da ONG Cidade 21, FIRJAN, ACIC, CDL, FUNDENOR, ANFEA, FRC, FAMAC, OAB e Jornal Folha da Manhã (ONG Cidade 21, 2006).

Como resposta e com o intuito de desarticular o fórum, em vez do fundo regional sugerido, a prefeitura de Campos cria um fundo municipal de desenvolvimento vinculado ao gabinete do prefeito do município. Através da Lei nº 7.084 de 02/07/2001 e do Decreto nº 147 de 22/03/2002, institui o Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes (FUNDECAM).

Ao criá-lo, a prefeitura pautou-se por uma concepção que procurou contemplar diferentes segmentos do campo discursivo do município, abrindo linhas de financiamento direcionadas desde a projetos do setor agropecuário até grandes plantas industriais. Contudo, restringia-se ao financiamento de médias e grandes empresas¹² (LEI nº 7.084/2001; DECRETO nº 147/2002). Recentemente, a partir do Governo Rosinha¹³ (desde 2009), sofreu uma reformulação, através da Lei nº 8.141, de 29/12/2009 e do Decreto nº 11 de 01/02/2011, abrindo linhas de microcrédito (FUNDECAM SOLIDÁRIO) direcionadas a cooperativas, projetos de economia solidária, micro e pequenas empresas e empreendedores individuais.

Embora o fundo já tivesse financiado projetos do setor agropecuário, incluindo uma cooperativa de produtores de açúcar e álcool, a Coagro¹⁴, e uma fábrica de solventes de derivados da cana-de-açúcar vinculada a uma usina, a HC Sucroquímica, em 2006 a prefeitura de Campos criou uma linha especial de financiamento do FUNDECAM direcionada a plantadores e fornecedores de cana-de-açúcar. Pela Lei nº 7.829/2006 e pelo Decreto nº 376/2007 instituiu o Fundo de Desenvolvimento da Cana-de-açúcar (FUNDECANA), administrado pela Cooperativa Mista dos Produtores de Cana-de-Açúcar (Cooplanta). Na mesma linha, está em processo de aprovação pela Câmara de Vereadores a criação de uma nova linha de financiamento direcionada ao setor pecuário, denominada Fundo de Desenvolvimento da Pecuária de Leite e Carne (FUNDELEITE).

Outros municípios detentores de rendas petrolíferas seguiram o exemplo do FUNDECAM e também abriram linhas de fomento. Em 2004, foram criados por Quissamã o programa Quissamã Empreendedor, e por Macaé, o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDEC). Em 17/06/2011 foi lançado

¹² Para ser financiado, o FUNDECAM exigia do projeto interessado um capital social mínimo de 50 mil reais (LEI 7.084/2001; DECRETO 147/2002).

¹³ Prefeita de Campos dos Goytacazes desde janeiro de 2009, Rosângela Rosinha Garotinho Barros Assed Matheus de Oliveira é conhecida e tratada pela imprensa apenas como Rosinha ou Rosinha Garotinho. É através destas duas denominações que este trabalho irá se referir a atual prefeita de Campos.

¹⁴ Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro Ltda.

oficialmente o Fundo de Desenvolvimento Sustentável de São João da Barra (FUNDESAN).

Estes fundos, que funcionam como bancos de financiamento, unidos às áreas preparadas para o recebimento de indústrias, já existentes ou a partir de então criadas, estimularam a tímida deflagração de uma guerra fiscal ou “Guerra de Lugares” entre os municípios da OMPETRO (SANTOS, 2006).

3.5 O Quadro regional atual e as projeções para o futuro: a tensão entre progresso e caos

A atual ordem econômica regional poderá sofrer impactos significativos nos próximos anos, positivos e negativos. Nesse sentido, do ponto de vista do campo discursivo, o discurso do otimismo, evocando o progresso que será promovido pelas grandes intervenções, anunciadas e em curso, divide as páginas do jornal Folha da Manhã com o discurso da tragédia, que decorreria das mudanças nos critérios de distribuição dos recursos do petróleo e conseqüente redução drástica das receitas dos municípios da Bacia de Campos.

As três grandes intervenções que afetarão a região nos próximos anos, o Pré-Sal, o Complexo Portuário do Açú e o Complexo Farol-Barra do Furado, inserem-se na nova fase da dinâmica econômica do país, pós-crise fiscal, em que o Estado brasileiro delega à iniciativa privada os investimentos em intervenções de grande impacto territorial. Inserindo-se num cenário internacional marcado pela nova rodada da reestruturação produtiva e da globalização capitalista, com a desregulação e mundialização dos mercados e a guerra travada entre os lugares, o Estado brasileiro adota um padrão de planejamento territorial baseado na introdução de Grandes Projetos de Investimentos (GPIs), que consistem na instalação de empreendimentos que movimentam investimentos de grande porte, necessitam de grande número de trabalhadores e se destacam pelas dimensões significativas (BORTOLETTO, 2001).

Até a década de 1980, as grandes intervenções de impacto territorial ou grandes empreendimentos (GEs) foram assumidos, quase sempre, pelo Estado brasileiro, diretamente, através de empresas estatais, ou indiretamente, pelo financiamento ou subvenção estatal (PIQUET, 2007).

Do ponto de vista do controle sobre o território, diferentemente das intervenções ocorridas na região nos anos 1970, cujo caráter permitiu sua captura

pelas elites agropecuárias locais, as escalas de decisão dos atuais GPIs ou GEs se concentram acima das esferas de poder e das escalas político-administrativas do território nacional, atendendo aos interesses empresariais de grupos que possuem uma lógica de atuação baseada na competitividade internacional.

Em termos de multiplicadores (econômicos, sociais e territoriais), o contexto regional permite algumas ponderações acerca da discussão sobre os impactos que deverão ser causados pelos novos empreendimentos. A tradição agropecuária e agroindustrial monocultora legou uma mão de obra de baixo grau de instrução, refratária a formas de qualificação, e uma ausência de diversificação produtiva de um setor industrial dinâmico e de um empresariado voltado para a absorção de tecnologia e para a inovação (CRUZ, 2008a).

A baixa média de escolaridade da força de trabalho local, associada à ausência de ações de qualificação de grande alcance, faz com que as perspectivas de integração da mão-de-obra regional na fase de operação dos projetos sejam pequenas. Ao que tudo indica, aos trabalhadores locais restarão os empregos menos qualificados, isso se mencionarmos apenas os que conseguirão se inserir neste novo mercado de trabalho. Aos que não conseguirem integrá-lo, restarão os assentamentos urbanos informais. Para completar, a defasagem entre o número de empregos gerados nas etapas de construção e operação dos empreendimentos poderá conduzir às mazelas decorrentes de uma urbanização desordenada, com elevado índice de desemprego, de favelização e a formação de novos bolsões de pobreza no entorno das maiores cidades da região, sem mencionar a proliferação da violência e do tráfico de drogas.

Por outro lado, o aumento da demanda por infra-estrutura urbana e serviços públicos e coletivos que os novos projetos gerarão, sobretudo o Porto do Açú e o Complexo Farol-Barra do Furado, tende a se situar acima da capacidade de atendimento dos municípios, seja pela defasagem em relação ao crescimento da arrecadação das prefeituras, seja pelo ritmo acelerado em que este aumento vai se dar (CRUZ, 2008a).

Especialmente quando se fala dos empreendimentos no Açú e em Barra do Furado, não se pode deixar de falar dos prováveis impactos ambientais alertados por técnicos e ambientalistas. As intervenções em Barra do Furado já vem alterando o comportamento da sedimentação, e o mesmo pode acontecer no Açú. Isso sem

contar a morte de animais, sobretudo tartarugas e peixes, e a extinção de espécies vegetais (NOGUEIRA, 2011).

Além dos possíveis impactos negativos decorrentes dos novos empreendimentos, outro componente que alimenta o discurso da tragédia em relação ao futuro da região, e que faz contraponto ao discurso do otimismo, diz respeito às possibilidades de mudanças na legislação atual de distribuição dos recursos da atividade petrolífera. Há polêmicas discussões em relação à introdução de um novo marco regulatório para o setor em decorrência das descobertas do Pré-Sal.

3.5.1 O Pré-Sal e o novo marco regulatório do petróleo

As recentes descobertas de uma nova província petrolífera em águas profundas, nas áreas do chamado Pré-Sal, com potencial suficiente para dobrar as reservas provadas do país, incendiaram o debate acerca das mudanças no atual marco regulatório do petróleo e no destino dos recursos a serem gerados com a exploração das novas reservas.

A nova província petrolífera se estende da Bacia do Espírito Santo à Bacia de Santos, numa faixa da costa marítima brasileira situada dentro da zona econômica exclusiva, e detém uma área total estimada em 149 mil km², correspondendo a maior reserva petrolífera inexplorada do mundo. Nela estariam localizados grandes reservatórios de petróleo e gás natural, situados entre 5 mil e 7 mil metros abaixo do nível do mar, com lâminas d'água que podem superar 2 mil metros de profundidade. Esta região se situaria abaixo de uma camada de sal que, em certas áreas, apresenta mais de 2 mil metros de espessura (OLIVEIRA, ARAÚJO, NAZARETH, 2010).

A grande expectativa em torno de elevados ganhos futuros com a exploração da camada Pré-Sal levou o Governo Federal a enviar ao Congresso Nacional quatro Projetos de Leis, que, em conjunto, modificam o atual marco regulatório do petróleo. Entre eles, destaca-se o Projeto de Lei Federal nº 5.938/09, que substitui o atual regime de concessão pelo modelo de contratos de partilha da produção.

Os outros três Projetos de Lei constituem um desdobramento do Projeto de Lei Federal nº 5.938/09 e correspondem, respectivamente, a instituição da Petro-Sal (Projeto de Lei Federal nº 5.939/09), a criação de um Fundo Social (Projeto de Lei

Federal nº 5.940/09) e a Capitalização da Petrobras (Projeto de Lei Federal nº 5.941/09).

A opção pela instituição do modelo de contratos de partilha da produção deu-se em função da estimativa do tamanho das reservas da camada Pré-Sal, cerca de 100 bilhões de barris de petróleo, o que elevaria o Brasil ao patamar de grande produtor. O principal estímulo à mudança na modalidade de regulação da atividade decorre do fato de que, diversamente ao que ocorre com a maioria das províncias petrolíferas brasileiras, as áreas do Pré-Sal apresentam baixo risco exploratório e elevado potencial de produção.

Assim, diferentemente do modelo de concessão atualmente em vigor, em que a empresa concessionária assume integralmente os custos e os riscos das atividades de extração e produção, adquirindo, após a extração, em caso de sucesso, a propriedade dos hidrocarbonetos produzidos e, pagando, em contrapartida, bônus de assinatura, *royalties* e participações especiais ao Estado, no modelo de contratos de partilha o Estado divide os custos dos investimentos e os riscos das atividades exploratórias com a empresa contratada, na medida em que mantém a propriedade do petróleo e gás produzidos, enquanto assegura a empresa uma parcela do lucro líquido obtido com a produção (LIMA, 2009).

Contudo, no que diz respeito ao futuro dos municípios beneficiários das rendas petrolíferas, os impactos decorrentes da exploração da camada pré-sal mostram-se contraditórios. Se, por um lado, o início da exploração do pré-sal gera expectativas em torno do aumento dos investimentos e da geração empregos na cadeia produtiva do petróleo, por outro lado, as discussões em torno da instituição de um novo marco regulatório no setor se desdobraram nas propostas de mudanças também do regime de distribuição dos *royalties* incidentes sobre as atividades petrolíferas.

Destas, a mais radical e a que ganhou maior notoriedade foi a emenda ao Projeto de Lei Federal nº 5.938/09 (Emenda nº 397/09), apresentada pelo Deputado Federal Ibsen Pinheiro, que propõe a distribuição igualitária entre todos os estados e municípios brasileiros das indenizações não apenas do petróleo produzido na camada pré-sal, mas de toda a produção petrolífera nacional.

De acordo com a Emenda, retirada a parcela da União, que continuaria a ser paga de acordo com os critérios da legislação em vigor (Lei nº 7.990/89 e Lei nº 9.478/97), os valores restantes das participações governamentais, originárias dos

contratos de partilha de produção (futuros) e de concessão (incluindo os já vigentes), quando provenientes de lavra em plataforma continental, mar territorial e zona econômica exclusiva (excluindo, portanto, as lavras ocorridas em terras, lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres, que permaneceriam sob as regras de distribuição da Lei nº 9.478/97). Os recursos passariam a constituir um Fundo Especial, distribuídos de maneira igualitária entre todos os estados (50%) e todos os municípios (50%) brasileiros, seguindo os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Com isso, além do fim das participações especiais, hoje responsáveis por cerca de 60% das rendas petrolíferas arrecadadas pelo estado do Rio de Janeiro, já previstas com a instituição do modelo de partilha, as estimativas de redução das receitas dos municípios limítrofes a Bacia de Campos alcançam elevadíssima magnitude (VASCONCELOS; CAMAROTTI; OSVALD, 2011). De acordo com o estudo elaborado por Oliveira, Araújo e Nazareth (2010), considerando apenas São João da Barra e Campos dos Goytacazes, as perdas com a adoção da nova proposta acumulariam cerca de R\$ 1,042 bilhões (ver tabela 4).

Tabela 4 – Estimativa de redução das receitas dos municípios da OMPETRO, excluindo Niterói (em R\$ mil).

Município	Receita Total Arrecadada em 2009	Simulação Receita Total com PL5938/2009 (¹)	Estimativa de Redução da Receita (em %)
São João da Barra	216.305	57.469	-73%
Campos dos Goytacazes	1.412.680	528.855	-63%
Rio das Ostras	395.986	163.925	-59%
Quissamã	168.956	75.035	-56%
Carapebus	52.230	29.050	-44%
Casemiro de Abreu	142.785	87.797	-39%
Armação de Búzios	109.259	68.547	-37%
Cabo Frio	375.806	250.326	-33%
Macaé	1.113.363	749.690	-33%
Total dos municípios do RJ	26.986.787	24.211.976	-10%

Fonte: Oliveira, Araújo e Nazareth (2010), com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional e Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Nota: ¹ Valores calculados a partir da aplicação dos coeficientes de participação efetivamente observados em 2009 para cada município fluminense com relação ao FPM, no valor total do Fundo (critérios definidos na emenda Ibsen, 50% dos royalties e participações especiais exclusive as destinadas à União).

Aprovado na Câmara dos Deputados em 10/03/2010, o Projeto de Lei Federal nº 5.938/09 que incorpora a Emenda nº 397/09 (Emenda Ibsen Pinheiro) seguiu para o Senado, onde foi aprovado, em 10/06/2010, como Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 7/10. No Substitutivo, foi inserida a Emenda Modificativa nº 24, de autoria do Senador Pedro Simon, que deu nova redação ao artigo 64 do projeto de lei.

Entre as principais modificações introduzidas no texto original pela Emenda Modificativa nº 64 (Emenda Simon), destacam-se, especialmente, duas: a exclusão, dos novos critérios de partilha, do percentual de 7,5% destinado aos municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, no caso da parcela excedente a 5%, em lavras ocorridas na plataforma continental, conforme o previsto no inciso II do artigo 49 da Lei nº 9.478/97 (fato que, dos municípios da OMPETRO, inclui apenas Macaé); e a compensação, promovida pela União, utilizando uma parcela de sua própria arrecadação em *royalties* e participações especiais, além dos lucros em óleo, dos estados e municípios que sofrerem redução de suas receitas, até que as mesmas se recomponham mediante o aumento de produção de petróleo no mar.

O texto modificado e aprovado pelo Senado retornou a Câmara, onde foi novamente aprovado em 02/12/2010. Submetido à sanção presidencial, foi vetado pelo Presidente Lula em 22/12/2010, adiando a decisão para o Governo Dilma Rousseff. Diante da ameaça de perda significativa de receitas, que decorreria da vigência da Emenda Ibsen ou mesmo da Emenda Simon, a OMPETRO, mais uma vez, acionou sua articulação regionalista, assumindo, novamente, o papel de *liderança, representação* e defesa dos interesses dos *municípios produtores de petróleo*.

Na tentativa de obter apoio, fortalecimento e de impedir a aprovação das duas emendas, promoveu um conjunto de articulações com os governadores dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, com municípios capixabas, com as bancadas dos dois estados no Congresso Nacional, com o Presidente do Superior Tribunal Federal e até mesmo com o Presidente da República (FOLHA DA MANHÃ, 01 mar. 2010 a 30 jun. 2010).

Nos dias 10, 11 e 12 de maio de 2011 ocorreu a XIV Marcha Nacional a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que reuniu mais de cinco mil prefeitos de todo o país (FOLHA DA MANHÃ, 11 maio 2011). Entre as reivindicações apresentadas estava a derrubada

do veto do Presidente Lula à emenda que modifica os critérios de repartição dos *royalties* entre os entes municipais. Em 15/05/2011, governadores de 16 estados entregaram a Presidente da República a “Carta de Brasília”, outro documento solicitando a reavaliação do veto presidencial pelo Congresso.

Apesar das pressões de estados e municípios, a Presidente Dilma já sinalizou favoravelmente a manutenção da postura de seu antecessor. Ao contrário da votação imediata do veto pelo Congresso, desejada pela maioria dos governadores, a bancada governista trabalha com a tentativa de um acordo negociado com os estados até 13 de julho (VASCONCELOS; CAMAROTTI; OSVALD, 2011).

Em relação ao futuro, o que existe de concreto é a certeza de mudanças nas atuais regras de distribuição dos *royalties* em prejuízo dos municípios da região. Como adiantou o jornal O Globo, na edição de 18/11/2010, o governo trabalha com a perspectiva de construção de um modelo que amenize as perdas inevitáveis de estados e municípios produtores. Para tanto, prepara uma nova proposta para 2011 que defende um período de transição de dez anos até que um novo modelo de divisão seja integralmente aplicado aos estados produtores de petróleo. Assim, a cada ano, 10% do novo cálculo seriam adicionados à conta, ou seja, enquanto no primeiro ano de vigência do acordo a participação do Rio de Janeiro seria formada por 90% do que recebe atualmente e 10% pelos novos cálculos, no décimo ano o estado receberia apenas 10% do cálculo atual e 90% do novo, para no décimo primeiro ano apenas a nova fórmula estar em vigor (MENEZES, 2010).

3.5.2 O Complexo Portuário do Açú

A decisão pela instalação de um porto no balneário do Açú, divisa entre os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, ocorre no ano 2000 e foi tomada em conjunto entre o empresário Eike Batista e o Governo Estadual, na época sob a administração de Anthony Garotinho. O objetivo, a princípio, além das atividades portuárias propriamente ditas, era o de exportar minério de ferro para a China (CARVALHO; QUINTO JÚNIOR; LIMA; CRESPO, 2010).

Tendo sua implantação iniciada em 2007, o Porto do Açú está sendo construído sob a concepção de *Maritime Industrial Development Areas* (MIDAs), ou seja, através do conceito de Porto-Indústria. Neste modelo, em vez das atividades portuárias se restringirem ao reparo de navios e às operações de entrada,

armazenamento e saída de mercadorias, o porto integra-se ao complexo industrial implementado em sua retroárea, participando da logística de escoamento das mercadorias das empresas instaladas.

Em termos conjunturais, a criação do Porto do Açú insere-se no processo de reversão da estagnação econômica sofrida pelo estado do Rio de Janeiro ao longo de décadas e de reativação do setor naval a partir dos anos 1990 (NATAL, 2005). Na opinião de diferentes autores, os fatores que conduziram a decisão pela localização do porto no município de São João da Barra variaram entre menores custos imobiliários e de terreno (QUINTO JUNIOR; IWAKAMI, 2009) e a proximidade com o município de Campos dos Goytacazes, que, pelo porte médio, possuiria uma infraestrutura de serviços capaz de atender às demandas que seriam criadas com a instalação do porto (CARVALHO; QUINTO JÚNIOR; LIMA; CRESPO, 2010). Por outro lado, é inegável que o elevado volume das rendas petrolíferas recebidas pelos municípios da região também tenha pesado para a opção locacional do porto pelo Norte Fluminense.

Em termos territoriais, a instalação do Complexo Portuário do Açú está impulsionando um conjunto de transformações na infraestrutura regional, com a criação de novos corredores de acesso, expansão das vias rodoviárias existentes (das quais se destaca a duplicação da BR 101 e a inclusão de um novo traçado) e, sobretudo, a criação de um corredor logístico, de 45 quilômetros, ligando a retroárea do porto ao município de Campos, através de uma rodovia (integrada a BR 101), uma ferrovia (utilizando um trecho pertencente a Ferrovia Centro Atlântica), três linhas de transmissão de energia e uma dutovia (FOLHA DA MANHÃ, 10 fev. 2011).

Os maiores impactos, contudo, provavelmente serão sentidos em São João da Barra. Ocupando em torno de 20% da área total do município, ou cerca de 9000 hectares, o município vem passando por um rápido e profundo processo de reorganização territorial para se adequar à lógica do porto. Como não há um diálogo horizontal com a cidade, como ocorre com os portos históricos, dos quais o Porto de Santos, que se desenvolveu junto à cidade, é um exemplo, alguns conflitos entre o complexo portuário e as comunidades ao redor tem sido registrados, sobretudo relacionados à desapropriação de terrenos¹⁵.

¹⁵ Para a formação do polo industrial ao redor do porto, 90 famílias, ao todo, terão de deixar suas propriedades (NOGUEIRA, 2011). Os principais conflitos relacionam-se a resistência dos moradores em deixar suas casas (algumas famílias residem na localidade há gerações) e ao valor oferecido às famílias em troca da desapropriação. Uma das manifestações mais recentes de moradores da

As estimativas da Prefeitura de São João da Barra são de que a instalação do Complexo Portuário do Açú promova um crescimento populacional da ordem de 750% nos próximos 15 anos, levando o município a saltar dos atuais 33 mil habitantes para aproximadamente 250 mil pessoas até 2025 (NOGUEIRA, 2011).

Com o início das operações previsto para o primeiro semestre de 2012, o Complexo Portuário do Açú, construído sob o conceito de Porto-Indústria, insere-se na nova lógica de orientação dos portos brasileiros, voltados, prioritariamente, para a exportação de *commodities* e, ao mesmo tempo, partes integrantes de uma cadeia produtiva (GUSMAO, 2009). No caso do Açú, a principal *commodity* movimentada pelo porto será a exportação do minério de ferro produzido na Região do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais. Em parceria com o grupo Anglo Ferrous, a MMX está construindo um mineroduto para levar o minério de ferro beneficiado no município mineiro de Conceição do Mato Dentro até o porto localizado em São João da Barra.

Mesmo em fase de construção, a infraestrutura de capital fixo gerada pelo porto tem atraído investimentos. Até o momento, a LLX anunciou que tem 70 memorandos assinados por empresas interessadas em se instalarem no Açú. Destas, a imprensa divulgou a definição de pelo menos cinco: duas siderúrgicas, a ítalo-argentina Techint e a chinesa Wisco (FOLHA DA MANHÃ, 03 ago. 2010); duas cimenteiras, a Camargo Corrêa e a Votorantim (NOGUEIRA, 2011); e um estaleiro, da OSX, empresa do próprio Eike Batista (FOLHA DA MANHA, 26 fev. 2011). No corredor logístico, cerca de 10 empresas também anunciaram sua instalação (FOLHA DA MANHÃ, 13 maio 2011).

Produto da nova fase do planejamento brasileiro, organizado em torno da implantação de GPls, os investimentos na construção de um complexo portuário no Açú estão sendo conduzidos pela LLX, empresa de logística do grupo Eike Batista. Ao todo, o grupo é formado por 13 empresas, tendo a EBX como *holding* (ver quadro 2).

localidade foi o fechamento das vias de acesso ao porto por produtores rurais do Açú, que estabeleceram barricadas e queimaram pneus para impedir a circulação de pessoas e veículos (FOLHA DA MANHÃ, 10 maio 2011).

Quadro 2 – Empresas do Grupo Eike Batista.

Empresas do Grupo Eike Batista	
EBX	Criada nos anos 1980, é a holding do grupo e uma empresa de capital fechado.
MMX	Criada em 2005, é a empresa de mineração do grupo.
OGX	Empresa do grupo com maior valor de mercado, atua no setor de exploração e produção de petróleo e gás natural.
LLX	Criada em 2007, é a empresa de logística do grupo, responsável pela operação do Porto do Açu.
MPX	É a companhia de energia do grupo.
OSX	Atua nos segmentos de construção naval e equipamentos e serviços para a indústria de petróleo e gás natural.
REX	Empresa do grupo que atua no setor imobiliário.
MDX	Reúne consultórios, clínicas, laboratórios de análises, exames diagnósticos por imagem, auditório para convenções e área de conveniência em um mesmo ambiente.
Pink Fleet	Espaço para realização de eventos corporativos e sociais na cidade do Rio de Janeiro.
Gloria Palace Hotel	Anteriormente conhecido como Hotel Glória, está passando por reforma e sendo cuidadosamente restaurado para manter sua arquitetura original.
Mr. Lam	Restaurante especializado em comida chinesa.
Marina da Glória	Além de porto náutico, oferece espaços para eventos na cidade do Rio de Janeiro.
BEAUX	Centro de saúde e beleza.

Fonte: EBX, 2010; CARNEIRO, 2011.

No decorrer da implantação, o projeto do Porto do Açu acabou tomando proporções maiores que o imaginado inicialmente e seus números tem sido atualizados a todo instante. De acordo com o vídeo publicitário publicado no site do YouTube em 25 de abril de 2010, o projeto do Complexo Portuário do Açu, ou Superporto do Açu, como vem sendo chamado, faz parte de um conjunto de investimentos do grupo EBX no setor portuário do estado do Rio de Janeiro, do qual

o Superporto Sudeste, em construção próximo ao Porto de Sepetiba, também faz parte.

Segundo os dados apresentados pelo grupo EBX no vídeo publicitário, os investimentos no Complexo Portuário do Açu estão estimados em US\$ 40 bilhões (cerca de R\$ 70 bilhões), sendo US\$ 1,6 bilhão apenas no porto (ou R\$ 3,4 bilhões). Projeta-se a geração de cerca de 50 mil empregos na fase de operação (hoje, ainda na etapa de construção, o porto emprega duas mil pessoas) e uma capacidade de movimentação de cargas de 300 milhões de toneladas por ano. Ao todo, o empreendimento deve ocupar uma área total de 7.800 hectares, o que o tornaria o maior *hug port* da América Latina (EBX, 2010).

Após a conclusão do projeto, o Porto do Açu terá uma ponte de acesso de 3 quilômetros de extensão e 10 berços de atracação de navios, com profundidade que deve variar entre 21 metros e 26 metros para receber embarcações de grande calado. Na retroárea anexa ao porto, será estabelecido um complexo industrial, que comporá o Distrito Industrial de São João da Barra, com 70 km². A oferta de minério de ferro (trazido por ferrovias e minerodutos integrados ao complexo), de carvão (que chegará pelo porto) e de energia (produzida pelas termoelétricas a serem instaladas), geram a expectativa da atração de unidades industriais, entre outros, nos setores siderúrgico, cimenteiro, metal-mecânico, automobilístico, de apoio *off-shore* e de tratamento e armazenagem de petróleo.

Ainda segundo o vídeo publicitário, para completar, projeta-se a integração do complexo portuário com outros portos do país, por navegação de cabotagem, e com outros modais, através do corredor logístico a ser implantado (EBX, 2010).

Mais recentemente, foi anunciada a instalação de uma área privada, dentro do município de São João da Barra, para receber os trabalhadores empregados no porto. Ainda sem definição exata de localização, a Cidade X, como foi denominada, será projetada pelo arquiteto Jaime Lerner e construída pela REX, braço imobiliário do grupo EBX. Estima-se que a Cidade X tenha infraestrutura para abrigar entre 50 mil e 250 mil pessoas (NOGUEIRA, 2009).

3.5.3 O Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado

Elaborado como uma saída econômica para uma das regiões mais pobres do Estado do Rio de Janeiro, o projeto do Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra

do Furado se arrastava há 12 anos até que, no segundo semestre de 2010, houve a assinatura do contrato entre as prefeituras de Quissamã e Campos dos Goytacazes para o início das obras.

Diferentemente do Porto do Açú, em que todo o projeto foi assumido pelo capital privado, as obras de intervenção necessárias para criar as condições geomorfológicas para o estabelecimento do complexo ficaram nas mãos do poder público. Os dois municípios afetados dividem os ônus das obras, atualmente orçadas em R\$ 170 milhões, com os governos estadual e federal. Na divisão, o governo federal ficou encarregado de disponibilizar R\$ 50 milhões, o governo do Estado R\$ 20 milhões, a prefeitura de Campos R\$ 70 milhões e o município de Quissamã R\$ 30 milhões.

A instalação do complexo logístico e industrial se dará na foz do Canal das Flechas, que liga Barra do Furado, divisa dos municípios de Campos dos Goytacazes (a norte) e Quissamã (a sul), à Lagoa Feia, segunda maior lagoa de água doce do Brasil. As obras de intervenção são necessárias porque as instalações industriais e portuárias ficarão na parte interna do canal. Em segundo lugar, a construção de um molhe na barra do canal, na década de 1980, provocou o deslocamento da areia de um lado para o outro da foz, quase extinguindo a faixa de praia no lado de Campos e ampliando o cordão de areia no trecho de Quissamã.

Em setembro de 2010, as prefeituras de Campos e Quissamã assinaram um contrato com três construtoras (Odebrecht, OAS e Queiróz Galvão) para as obras de dragagem e estabilização da embocadura do Canal das Flechas. Com previsão de início das obras para julho de 2011 e conclusão para fevereiro de 2013, o canal será dragado para nove metros na embocadura e para sete metros no interior e um processo tecnológico importado da Austrália, chamado sistema *sand by pass* (transpasse de sedimentos), permitirá a transposição da areia de um lado para o outro da foz, reconstituindo as praias originais, ao conter a erosão no lado de Campos (na praia do Farol de São Thomé) e o assoreamento no trecho de Quissamã (em Barra do Furado), e mantendo a profundidade do canal, necessária para o tráfego de embarcações (SANTOS, 2010).

A obra contratada se encarregará ainda da recuperação dos molhes de proteção da entrada da barra, que dão sustentação às margens do canal. O molhe de pedras será reconstruído e ampliado. Na nova configuração, o molhe avançará 130 metros mar adentro (FOLHA DA MANHÃ, 19 set. 2010).

De acordo como o projeto, na fase de operação, o Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado deve abrigar, em Quissamã, um estaleiro da Aker Promar, e, em Campos, um Centro de Apoio *off-shore*, da Edison Chouest, com capacidade para atracação de até 11 navios ao mesmo tempo (CRUZ, 2008a). Ao todo, estima-se, no total, a construção de 12 estaleiros, investimentos em torno de R\$ 1 bilhão e a geração de 3.500 empregos diretos e 9.000 empregos indiretos (PREFEITURA, 2011).

Com uma área total de 12 milhões de metros quadrados, ao final da dragagem do Canal das Flechas, o terminal portuário de Barra do Furado poderá abrigar o tráfego de embarcações com calados de até 9 metros na embocadura e 7 metros no interior, além de contar com uma bacia de evolução para navios de até 150 metros de comprimento. Uma vez em operação, projeta-se, ainda, que ele promova maior integração econômica dos principais municípios do Norte Fluminense através de uma faixa costeira desde São João da Barra até Macaé, passando por Campos e Quissamã.

Diante do cenário de expansão da produção de petróleo nos próximos anos, anunciada pela ANP, e do conseqüente aumento da demanda por serviços no setor, há a expectativa de que o terminal de Barra do Furado, situado a 50 quilômetros de Macaé, se converta na principal alternativa ao porto de Imbetiba, em Macaé, tornando-se mais uma base de apoio às operações *off-shore* da Bacia de Campos¹⁶. Outra expectativa é a ligação direta com o heliporto do Farol. Em termos espaciais, a partir do seu funcionamento, Barra do Furado se tornará o mais próximo terminal portuário das plataformas da Bacia de Campos, localizando-se apenas a cerca de 100 quilômetros dos campos petrolíferos marítimos.

Mais próxima ainda é sua localização em relação ao Porto do Açú. Situado a 40 quilômetros do complexo portuário em construção em São João da Barra, sua estrutura de fabricação naval poderá servir, ao mesmo tempo, de apoio e complemento às atividades do porto (SANTOS, 2010).

¹⁶ O porto de Imbetiba encontra-se no limite da sua capacidade de funcionamento. Por isso, a prefeitura de Macaé projeta, até 2014, a construção um novo porto, num terreno de 70 mil metros quadrados, em Lagomar, próximo ao Condomínio Industrial da Codin e ao polo industrial de Cabiúnas. Integrado ao porto, planeja-se a construção de um complexo industrial, fato que poderia compor mais um elemento da *guerra de lugares* (SANTOS, 2006) que vem se desenhando na região, desta vez entre o novo porto projetado por Macaé e o complexo logístico das divisas entre Campos e Quissamã. Em maio, a prefeitura de Macaé assinou um protocolo de intenções com duas empresas interessadas na construção do empreendimento. O custo está avaliado em R\$ 350 milhões (O Globo, 26 jun. 2011).

Um dado importante de se apontar é o fato do projeto ter sido beneficiado pela Lei Estadual nº 4.533/95 (Lei Rosinha Garotinho), que reduziu para 2% o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de um conjunto de setores industriais que optassem pela instalação nas regiões Norte e Noroeste Fluminense. A prefeitura de Quissamã tem citado este como um dos fatores determinantes para a instalação dos investimentos no município (PREFEITURA, 2011). Além do peso do ponto de vista do campo discursivo, dentro da retórica do desenvolvimento como resultado da aplicação de incentivos fiscais, deixa-se em aberto a discussão, por outro lado, sobre até que ponto tal fator foi mesmo determinante e, mais do que isso, se a renúncia fiscal do Estado, somada aos demais benefícios locacionais que devem ter sido oferecidos às empresas, será compensada pelos multiplicadores econômicos a serem desencadeados na fase de operação do projeto.

4 O BINÔMIO MONOCULTURA *VERSUS* DIVERSIFICAÇÃO COMO CATEGORIA ANALÍTICA CENTRAL PARA CONSTRUIR UM CAMPO DOS DISCURSOS REGIONALISTAS DE DESENVOLVIMENTO DO JORNAL FOLHA DA MANHÃ (2006-2011)

Para analisar o campo dos discursos regionalistas de desenvolvimento apresentados pelo jornal Folha da Manhã, optou-se pelo emprego da tipologia adotada por Cruz (2003) que divide os discursos dos agentes regionais do Norte Fluminense a partir do binômio monocultura *versus* diversificação. Como esta tipologia foi adotada para se referir a um projeto de região organizado quase exclusivamente pelas elites de Campos dos Goytacazes, decidiu-se, do mesmo modo, aplicar esta tipologia também ao campo discursivo do jornal Folha da Manhã que será apresentado ao longo deste quarto capítulo.

Nesta perspectiva, o conceito de *monocultura* será atribuído ao conjunto de discursos vinculados à defesa das atividades ligadas à cana, ao açúcar e ao álcool no município. Do ponto de vista ideológico, será relacionado aos projetos e interesses de seus principais agentes diretos (fornecedores de cana e usineiros). Em termos simbólicos, a concepção destes agentes divide-se em dois projetos: um, de caráter regionalista mais tradicional, reclama a tutela e a subvenção estatal ao setor para a restauração da pujança do parque sucroalcooleiro do município, usando como argumento central a importância histórica do setor para o país e um suposto período de prosperidade vivido no passado; e outro, de caráter mais moderno, absorvendo a retórica da diversificação e defendendo o estímulo à diversificação da cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

Por sua vez, o conceito de *diversificação* será usado para se referir à defesa dos projetos que procuram contemplar as demais atividades econômicas (ou as atividades desvinculadas do setor sucroalcooleiro), promovendo a diversificação da economia e a reconversão produtiva do município. Este discurso será dividido em três vertentes: a defesa das grandes intervenções, o discurso do desenvolvimento endógeno e o apelo ao estímulo do turismo.

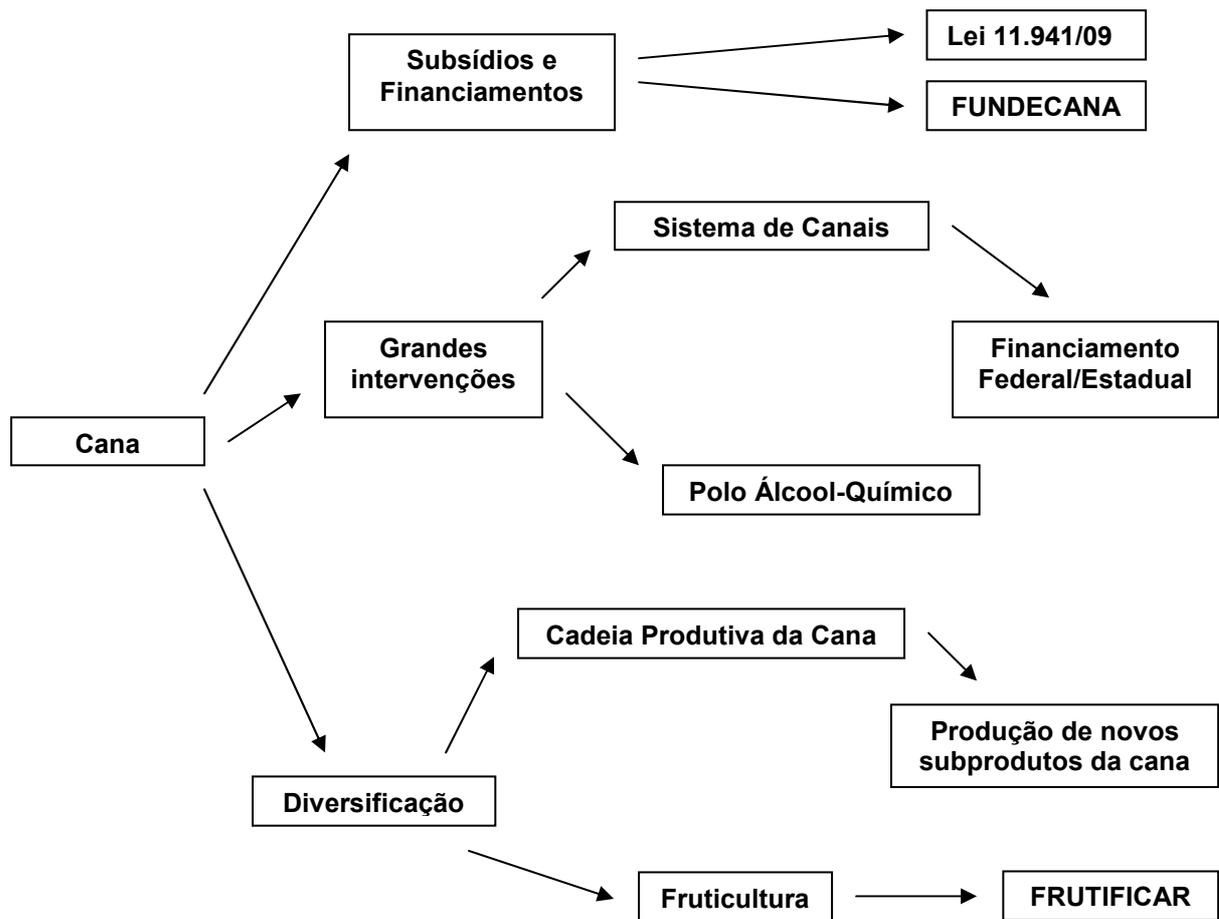
Dentro da defesa das grandes intervenções serão agrupados três discursos que preconizam a defesa dos benefícios diretos e indiretos para os municípios onde ocorre a implantação dos grandes investimentos. O primeiro deles é o discurso do petróleo, cujos benefícios poderiam se dar diretamente, com a atração de unidades

industriais ligadas às atividades do polo petrolífero da Bacia de Campos, e indiretamente, através do recebimento de *royalties*. Os outros dois evocam os multiplicadores econômicos dos dois GPIs em processo de implantação na região: o Complexo Portuário do Açúcar e o Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado.

O discurso do desenvolvimento endógeno, por sua vez, apresenta um tom caracterizado pela defesa da criação de novos APLs, expansão dos arranjos já existentes e integração destes agrupamentos produtivos com as universidades, para a produção de pesquisa e tecnologia, e com os demais setores econômicos do município.

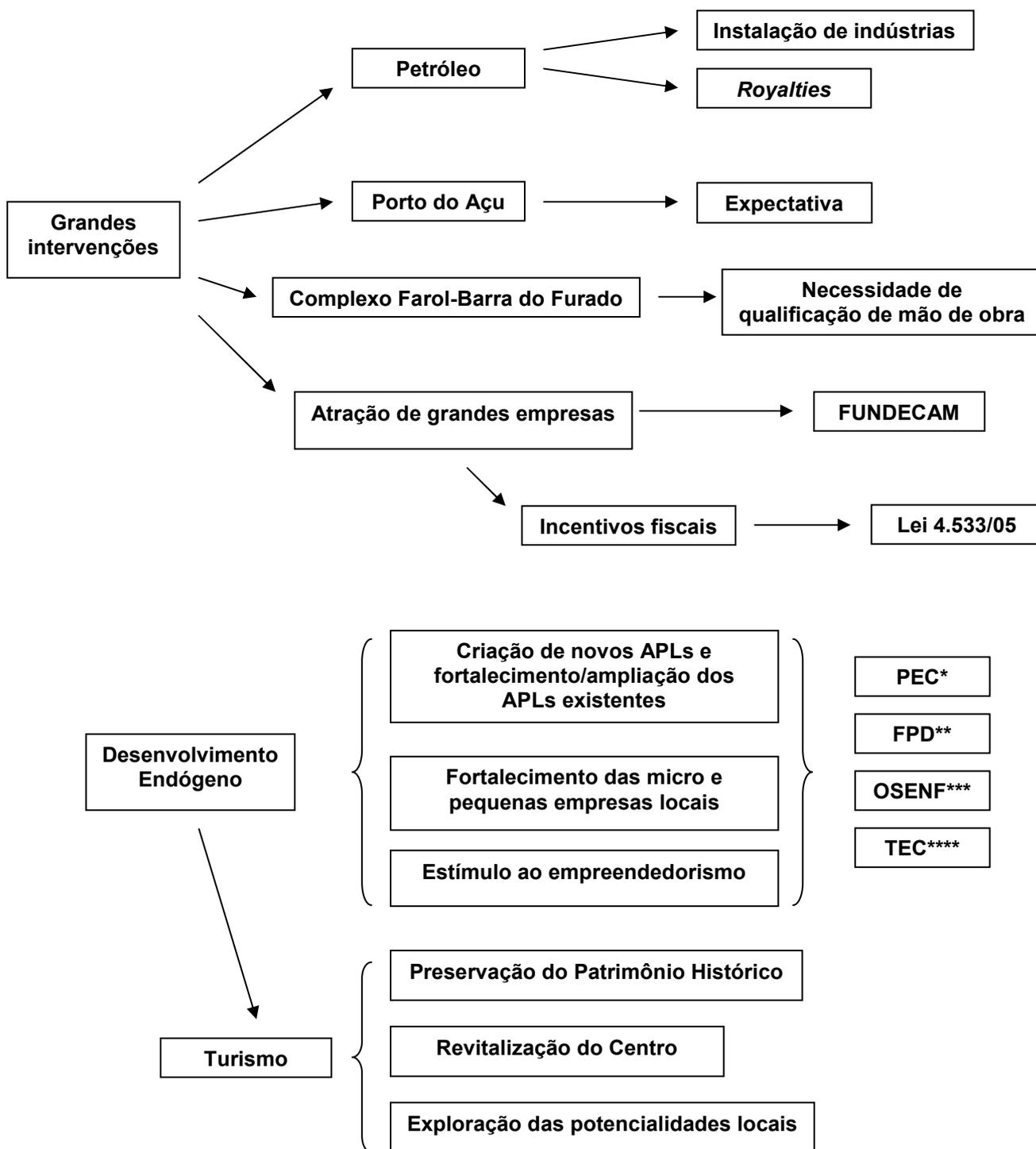
Já o apelo ao turismo foi incluído no campo discursivo construído ao longo do trabalho dentro dos discursos da diversificação pela frequência de matérias apresentadas pelo jornal relativas ao tema. De maneira geral, relaciona-se à exploração em grande escala das potencialidades turísticas locais para a criação de novas modalidades de turismo, diferentes do turismo de verão na praia do Farol de São Tomé, tradicionalmente a única forma de turismo estimulada pelo poder público.

As figuras 4 e 5 apresentam, respectivamente, os diagramas dos campos dos discursos da monocultura e da diversificação, encontrados no Jornal Folha da Manhã. Antes da análise mais detalhada do jornal, seria importante apontar para sua base social, ou seja, para os segmentos sociais que ganham maior espaço e voz no periódico. Como dito anteriormente, o jornal nasceu na década de 1970 comprometido com o projeto regionalista das elites agropecuárias, servindo como meio de difusão ideológica e propaganda dos seus interesses setoriais, em nome do *desenvolvimento regional*.

Figura 4 – Campo do discurso da monocultura.

Fonte: Elaboração própria.

Figura 5 – Campo do discurso da diversificação.



Fonte: Elaboração própria.

* Plano Estratégico de Campos.

** Fórum Permanente de Desenvolvimento.

*** Observatório Socioeconômico do Norte Fluminense.

**** Incubadora Tecnológica de Campos.

Conforme foi ressaltado anteriormente, na sua primeira edição, o periódico trouxe uma entrevista com um conjunto de pessoas apontadas pelo jornal como *líderes regionais*. Nesta definição se enquadravam representantes de entidades ligadas ao setor sucroalcooleiro e agropecuário (Coopercredi, Fundenor, Cooperflu e Cooperleite), ao comércio e à indústria (ACIC e CDL), além do prefeito de Campos na ocasião.

Em relação a este aspecto, ao longo da pesquisa, observou-se que no período analisado (2005-2010) não ocorreram muitas modificações em comparação às suas origens. O que se percebeu de forma mais nítida é que o conteúdo das matérias de capa mais frequentemente apresentadas, do ponto de vista dos interesses de grupos setoriais do município, estavam relacionados, em primeiro lugar, aos interesses dos comerciantes; em segundo lugar, dos segmentos diretamente ligados ao setor sucroalcooleiro; e, em terceiro lugar, dos pecuaristas.

Quanto ao conteúdo das matérias apresentadas, quando diretamente relacionadas aos interesses dos comerciantes, abordavam, de maneira geral, aspectos conjunturais: proximidade do pagamento dos servidores públicos municipais e de datas comemorativas, como Natal, Semana Santa, Páscoa, dia das mães, dos pais, das crianças e dos namorados. As matérias, além de procurarem influenciar positivamente o volume de vendas, traziam reivindicações ligadas aos interesses dos comerciantes, sobretudo do centro da cidade e da Avenida Pelinca¹⁷, sob a *representação* da CDL, ou ainda falavam de aspectos ligados a mudanças na legislação que afetariam mais diretamente as micro e pequenas empresas.

Quando diretamente relacionadas aos interesses dos setores agropecuários, as matérias apontavam as flutuações do preço da cana, do açúcar e do álcool, além do litro de leite; davam ênfase às reivindicações históricas do setor sucroalcooleiro, sua conjuntura e as políticas públicas que afetavam os setores sucroalcooleiro e pecuário, positiva ou negativamente, no Norte Fluminense.

Ao tomar como referência as figuras apresentadas pelo jornal como *líderes* ou *representantes setoriais* foi possível elaborar ainda, novamente seguindo a proposta metodológica de Bourdieu (2007), um *campo dos discursos regionalistas de desenvolvimento* divididos por agentes (ver quadro 3).

¹⁷ A Avenida Pelinca corresponde a uma avenida localizada no centro de Campos dos Goytacazes que se caracteriza como espaço de circulação das elites campistas, abrigando estabelecimentos comerciais e de serviços especialmente direcionados a esta fração social. O papel de centralidade da Avenida Pelinca como subespaço do centro da cidade é tão significativo que o nome Pelinca, muitas vezes, também é utilizado para se referir às demais ruas localizadas nas proximidades da avenida.

Quadro 3 – Campo dos discursos regionalistas de desenvolvimento divididos por agentes¹⁸.

Discurso		Mais Capital	Menos Capital
CANA		Eduardo Crespo (Asflucan) Geraldo Coutinho (Sindaaf/ Firjan/Usina Paraíso) Frederico Paes (Coagro)	Christino Áureo (SEA) Jandenes Carvalho (STIAA) Luís Mário Concebida (Firjan) Aloísio A. Barbosa (F. Manhã)
DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA	Grandes Intervenções	Mocaiber/Rosinha (Prefeitos) Eike Batista (EBX/MMX) Sérgio Cabral (Governador)	Lucas Vieira/L. M. Concebida/ Eduardo Crespo (FUNDECAM) Amaro Ribeiro Gomes (ACIC) Joilson Barcelos/Maria Luiza Schulz (CDL) Academia Aloísio A. Barbosa (F. Manhã)
	Desenvolvimento Endógeno	Aristides Soffiati (Academia) Roberto Moraes (Academia) José Luís Vianna (Academia) ¹⁹	Eduardo Crespo (FUNDECAM) Joilson Barcelos (CDL) Eduardo Chacur (Carjopa)
	Turismo	Eraldo Bacelar (Secr. DE) Sylvia Paes (Academia)	Orávio de Campos (Secr. Turismo) Aloísio A. Barbosa (F. Manhã)

Fonte: Elaboração própria.

¹⁸ A divisão dos agentes do campo em *mais capital* e *menos capital* segue a noção desenvolvida por Bourdieu (2007, p. 28-29) e citada anteriormente neste trabalho. Ao empregar o termo capital, aquele autor se refere ao “*quantum* suficiente de força social” que permite aos diferentes agentes do campo entrar “nas lutas pelo monopólio do poder”. No campo apresentado acima, a divisão em *mais capital* e *menos capital* toma como base o *quantum* de liderança ou representação setorial atribuído pelo jornal Folha da Manhã aos diferentes agentes do campo. Aqueles cujo jornal atribui um *quantum* de liderança ou representação setorial maior foram agrupados entre os agentes de maior capital, enquanto os detentores de um *quantum* inferior foram reunidos entre os agentes de menor capital.

¹⁹ A ausência de citação atribuída ao professor José Luis Vianna neste capítulo deve-se ao fato de que ele foi colunista do jornal Folha da Manhã apenas entre os anos de 1990 e 1997. Assim, o discurso deste agente inclui-se entre os discursos silenciados no periódico dentro do período pesquisado.

Dado o excessivo volume de material gerado ao longo da pesquisa e diante dos limites desta dissertação, fez-se necessário proceder a uma seleção das matérias jornalísticas, colunas e artigos assinados utilizados aqui para sustentar a tese do *campo* construído neste trabalho.

4.1 O campo do discurso da monocultura da cana

O campo do discurso regionalista ligado às atividades da cana, do açúcar e do álcool, denominado aqui genericamente *como campo do discurso da monocultura da cana*, vincula-se a herança do projeto regional das elites sucroalcooleiras, assumidas, nos dias de hoje, pelos atuais plantadores, fornecedores e proprietários de usinas. Nas páginas do jornal Folha da Manhã, este discurso é difundido tanto por representantes de entidades ligadas a estas atividades quanto por figuras individuais que falam em nome dos interesses destes setores.

Nesta linha, ganham maior destaque dentro do campo discursivo, por isso apresentado no quadro acima como donos de *maior capital*, o proprietário da Usina Paraíso, Geraldo Coutinho, o presidente da ASFLUCAN, Eduardo Crespo, e o presidente da Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro Ltda (Coagro), Frederico Paes.

Entre eles, destaca-se, como figura individual representativa do setor, o usineiro Geraldo Coutinho. Ao longo do período pesquisado, o proprietário da usina Paraíso foi apresentado como o presidente do Sindicato Fluminense dos Produtores de Açúcar e de Álcool (Sindaaf), ou como o presidente da sessão Norte Fluminense da FIRJAN, cargos que assumiu entre 2006 e 2011. Mesmo já desvinculado da presidência das duas entidades, o usineiro continuava a ser apresentado como uma das principais referências do setor, aparecendo sob a condição de proprietário da usina sediada no distrito de Tocos. Chama atenção o enorme prestígio adquirido pelo usineiro, que permitiu que sua figura pessoal se sobrepusesse ao vínculo com as entidades setoriais relacionadas ao segmento sucroalcooleiro.

Como portadores de menor capital, aparecem o Secretário Estadual de Agricultura, Christino Áureo, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Álcool, Jandenes Carvalho. Também podem ser agrupados nesta classificação Luís Mário Concebida, sob a condição de presidente da FIRJAN, e Aloísio Abreu Barbosa, colunista diário do jornal Folha da Manhã e *porta-voz* do

periódico, expressando em sua coluna diária de opinião, denominada Ponto Final, o posicionamento do jornal em relação ao setor sucroalcooleiro.

Quanto ao conteúdo, o discurso monocultor se divide em dois projetos distintos: um de caráter passadista e reproduzidor das antigas práticas regionais dos usineiros e outro de caráter mais moderno e atualizado. Ainda assim ambos se caracterizam por uma retórica afinada em torno de um conjunto de elementos comuns.

Entre os elementos comuns ao discurso de todos os agentes do campo, destacam-se, especialmente, dois: a defesa da recuperação do setor sucroalcooleiro de Campos dos Goytacazes, hoje com seu parque industrial reduzido a cinco usinas, e a reclamação de apoio governamental ao segmento.

Com o preço do petróleo nas alturas, o álcool barato passou a ser visto de outra maneira. Produtores reclamam que deveriam receber melhor tratamento por parte do governo, pois oferecem um insumo barato, renovável e limpo. Para sustentar o crescimento econômico, ainda poderia aumentar a oferta de energia, através da biomassa, vinda do bagaço da cana. (Renato Wanderley, A cana ainda é um bom negócio, Folha da Manhã, 20 abr. 2008, p. 4).

Segundo Christino Áureo, [secretário estadual de agricultura,] para a reativação do setor sucroalcooleiro fluminense, são necessárias mudanças profundas na estrutura de produção. No caso do Estado do Rio, elas passam necessariamente pela reorganização do setor industrial. (Estado quer recuperar setor com incentivos, Folha da Manhã, 29 maio 2009, p. 9).

Com menos de um ano de atuação efetiva o Fundecam liberou recursos para o financiamento do seu maior projeto no quesito geração de empregos. Ao chegar ao setor de agronegócios, o Fundo recuperou a antiga Usina São José, atual Cooperativa dos Produtores de Campos (Coagro), em Goytacazes, e gera empregos na micro-usina Daneza, empresa que produz açúcar mascavo, rapadura, álcool e melado. Só na Coagro são mais de 1.200 empregos, entre diretos e indiretos.

– A criação do Fundecam representa mais para o social do que para o cunho econômico. O financiamento liberado para a Coagro já representa alcance social para os trabalhadores rurais, produtores, caminhoneiros, borracheiros, eletricitistas, que têm assegurado emprego e renda para suas famílias. Além disso, fecha uma cadeia produtiva, que vai incrementar o comércio de vários distritos da Baixada Campista, com maior impacto positivo para o distrito de Goitacazes e bairros adjacentes, como Donana – analisa Frederico Paes, um dos dirigentes da Coagro. (Coagro na frente em número de empregos, Folha da Manhã, 28 maio 2006, p. 9).

Mas temos futuro, acreditem. Está sendo recuperada a infraestrutura da economia rural da região, os canais de drenagem e irrigação, e também as estradas vicinais para o escoamento da produção. Sem isto, qualquer plano de investimento para o aumento da produção e da produtividade da cana estaria fadado ao fracasso. Seguiríamos perdendo safras nas enchentes e também nas secas. A ação dos governos, no sentido de reconstruir essa infraestrutura, possibilita pensarmos em planos de modernização do modelo de exploração agrícola hoje praticado. Projetos de irrigação, manejo varietal,

qualidade da semente, calagem, adubação adequada, passam, agora, a serem hipóteses viáveis.

Há carência de capital, é verdade, mas nada que um bom programa de fomento sustentado por boa vontade política não resolva. Alimentamos a expectativa de que isto ocorra a tempo. Ressaltamos o fato de estarmos estruturados em bases de sustentabilidade ambiental, produzindo bens de valor ecológico. É uma boa razão para imaginar que ainda existe futuro, para cana, o açúcar e o etanol na região. (Geraldo Hayen Coutinho, Existe futuro!, Folha da Manhã, 28 maio 2010, p. 9).

Quanto à luta por apoio governamental, nos últimos anos os grupos ligados ao setor sucroalcooleiro do município tiveram duas importantes vitórias que se traduziram em políticas públicas: a Lei Federal nº 11.941/09, originária da Medida Provisória 449/09, que estendeu, para os produtores do estado do Rio de Janeiro, a subvenção extraordinária de R\$ 5 por tonelada de cana concedida para os produtores do Nordeste, na safra 2008/2009, e a instituição de um fundo municipal especificamente direcionado ao segmento sucroalcooleiro, o Fundecana.

MP da cana

Estava para sair ontem, mas pode ser que seja para hoje, a assinatura da Medida Provisória 449, que equipara o preço da cana-de-açúcar do Norte Fluminense com os praticados pelos Estados do Nordeste. Isso acontecendo, os produtores de cana-de-açúcar de Campos terão um pequeno adicional na forma de subsídio. É uma luta antiga que, felizmente, chega ao fim.

Inojosa lembrado

Bom lembrar que essa equalização de preços já era reivindicada ao tempo do então presidente da Cooperflu, Evaldo Inojosa. Ele sempre identificou aqui, um quadro bem semelhante ao do Nordeste e bem diferente de São Paulo. Por isso, lutou incansavelmente pela irrigação. É justo lembrar também que inojosa foi um dos empresários brasileiros que mais incentivou o álcool como combustível. (Aluysio Cardoso Barbosa, Ponto Final, Folha da Manhã, 12 maio 2009, p. 4).

Foi sancionada ontem, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com vetos, a Lei 11.941/2009, originária da Medida Provisória (MP) 449, que concede subvenção extraordinária de R\$ 5 para os produtores independentes de cana-de-açúcar do Nordeste e do Estado do Rio de Janeiro, na safra 2008/2009. Para setores ligados ao segmento sucroalcooleiro fluminense, a notícia não poderia ser melhor. Depois de amargar prejuízos com os baixos preços da cana-de-açúcar na última safra, quando o valor recebido pela tonelada do produto era inferior ao custo de sua produção, o governo federal autoriza conceder diretamente aos produtores independentes, até R\$ 5 por tonelada. Esse valor é limitado a produção máxima de 10 mil toneladas por produtor. Isso significa que, no limite das condições, o fornecedor terá direito a um ressarcimento máximo de R\$ 50 mil. Apenas os produtores independentes foram incluídos na emenda, que estabelece referências e critérios. Em Campos, a medida vai beneficiar cerca de 9 mil produtores. Para o presidente da Associação Fluminense dos Plantadores de Cana (Asflucan), José Carlos Guimarães, a medida veio para equilibrar a situação. “A classe recebe a notícia com muita alegria e satisfação, vai ser um recurso muito bem vindo, porque vai atingir a pequenos produtores que poderão investir os recursos na recuperação da lavoura e até pagar dívidas.

Seria interessante que essa medida tivesse efeito para essa safra também”, afirma Guimarães.

Segundo ele, os produtores fluminenses continuam lutando para que a cana seja incluída na política de preços mínimos do governo federal.

Por sua vez, para o presidente do Sindicato Rural de Campos, José do Amaral, a extensão do benefício para os produtores fluminenses se justifica, pois as regiões Norte e Noroeste do Estado apresentam as mesmas características climáticas e geográficas, além de apresentarem as mesmas dificuldades para o cultivo da cana-de-açúcar dos estados do Nordeste. “Nossos produtores vem sofrendo com as enchentes, os baixos preços do produto e os custos de produção elevados. Nada mais justo de também recebermos esse benefício da MP 449”, acrescenta o presidente. (Produtores de cana ganham subvenção: lei sancionada ontem concede subvenção de R\$ 5 por tonelada colhida na safra 2008/2009, Folha da Manhã, 29 maio 2009, p. 9).

Se a safra de 2007 ainda é uma incógnita, tudo indica que a de 2008 já está garantida, com um aporte de R\$ 5 milhões. No próximo dia 7 de dezembro, o Fundo de Desenvolvimento da Cana (Fundecana) se tornará realidade e vai alavancar o setor sucroalcooleiro, com a assinatura do prefeito Alexandre Mocaiber liberando a verba para o plantio da cana-de-açúcar. O Presidente da Associação Fluminense dos Plantadores de Cana (Asflucam) e da Cooperativa Mista Fluminense dos Produtores Rurais (Cooplanta) – que vai operar o Fundo –, Eduardo Crespo, confirmou a data, que ocorrerá durante a Top Norte. Mas as chuvas ainda preocupam os produtores da região. (Safra de 2008 será salva com Fundecana: prefeito Alexandra Mocaiber vai assinar os contratos no próximo dia 7, durante a quarta Top Norte, Folha da Manhã, 17 nov. 2006, p. 10).

Apesar de contar apenas seis anos, criado no dia 2 de junho de 2002, o Fundecam gerou o Fundecana, para financiar um setor que é a mais completa tradução do município: a cana-de-açúcar. Concebida admite que o projeto ainda é tímido, mas que nesta safra, as usinas vão moer 60 mil toneladas de cana financiadas pelo Fundecana. “Por enquanto, são 67 produtores beneficiados com o financiamento, totalizando 967 hectares de área produzida. É um projeto que está em fase inicial, porém, estimamos que possam ser colhidas 300 toneladas em cinco anos”, disse. (Mais incentivos para fortalecer Fundecana, Folha da Manhã, 18 maio 2008, p. 9).

Mesmo com elementos comuns, o conteúdo do discurso monocultor se divide claramente em dois diferentes projetos regionais: um, de caráter mais conservador, caracteriza-se pela reprodução das antigas práticas regionais do período de hegemonia das elites agropecuárias, e outro, mais moderno, consiste na atualização do antigo projeto regional dos usineiros.

4.1.1 O discurso restauracionista passadista canavieiro

O principal conteúdo deste discurso se refere à busca pela restauração do “passado glorioso”, período no qual Campos havia alçado a condição de maior produtor de açúcar do país. No imaginário das elites sucroalcooleiras, tal restauração deveria ser conduzida diretamente pelo Estado, pela via da tutela e do

atendimento aos interesses setoriais corporativos, reproduzindo as antigas práticas de controle utilizadas no auge da vigência do IAA.

Dentro do segmento sucroalcooleiro, a fração defensora deste discurso é a que preserva, de modo mais carregado, as práticas do regionalismo conservador. Como parte de sua estratégia, recorrem às articulações *para fora*, com as esferas de poder superiores, e reivindicam tratamento diferenciado ao setor, devido ao seu peso na economia regional e aos impactos sociais negativos provenientes de sua crise e desagregação.

O que a região precisa entender é que o álcool, definitivamente, no nosso caso, é a solução da lavoura. Estabelecer lobby para derrubar essa expectativa é como se alguém tivesse dando um tiro no pé. Isso porque o álcool é irresistível. (Aluysio Cardoso Barbosa, Ponto Final, Folha da Manhã, 25 abr. 2008, p. 4)

O bom relacionamento com o governo federal tem sido determinante para o Estado do Rio solucionar alguns problemas considerados insanáveis há alguns anos atrás. De uma só tacada, o governador Sérgio Cabral conseguiu R\$ 802,4 milhões do PAC Drenagem, do ministério das Cidades, para municípios fluminenses que têm suas economias afetadas pelas enchentes. A notícia foi divulgada terça-feira, com exclusividade pela Folha. Do total, R\$ 97 milhões serão aplicados no conjunto de obras de recuperação do sistema de canais da Baixada Campista, com o objetivo de recuperar a capacidade de drenagem dos rios da região, evitando enchentes, como as que ocorreram no início do ano. [...]

Para o presidente do Sindicato Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool (Sindaaf), Geraldo Hayem Coutinho, a notícia é muito bem vinda e o volume de recurso será suficiente para solucionar de vez o problema dos canais. Ele também lembrou a luta de mais de dez mil proprietários rurais da área que dependem do complexo hídrico.

O governador Sérgio Cabral destacou que esta parceria com o presidente Lula vai revitalizar o setor sucroalcooleiro fluminense. “Estou feliz por estar realizando um sonho de décadas do povo de Campos. Não só vamos evitar as enchentes no município, como vamos ver renascer a produção de cana e dar condições para a criação de mais usinas para o Norte Fluminense”, afirmou o governador. (Canais da Baixada terão R\$ 97 milhões: Governador Sérgio Cabral promete revitalizar setor sucroalcooleiro da região, Folha da Manhã, 14 jun. 2009, p. 9).

“O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e do Álcool, Jaudenes Carvalho, alertou que outras usinas do Norte Fluminense podem fechar e aumentar ainda mais o desemprego na região, se não forem implementadas políticas de incentivos para o setor. Segundo ele, com o encerramento das atividades das indústrias do Grupo Othon na região, três usinas, Carapebus, Cupim e Barcelos, deixaram de operar, fechando cerca de dois mil postos de trabalho. “Somente na usina Barcelos, 700 pessoas perderam seus empregos e ainda ficaram sem receber seus direitos. A região, que chegou a ter mais de 20 usinas, com 80 mil trabalhadores vivendo em função da cana, hoje tem apenas cinco, que emprega oito mil pessoas. Se nada for feito, outras usinas poderão fechar e, com isso, elevar o desemprego. Acho que um órgão regulador, como o extinto Instituto do Açúcar e do Álcool, pode ser uma solução.”, disse Carvalho. Por sua vez, o presidente do Sindicato dos Usineiros, Geraldo Hayem Coutinho, também cobra uma política de incentivos para salvar a

economia regional. “(...) Para ser salvo de uma quebradeira, o setor precisa de incentivos para melhorar a produção e não de promessas que não são cumpridas”, criticou o usineiro. (Sem apoio, outras usinas podem fechar: Sindicatos alertam que crise pode se alastrar e cobram incentivos para o setor, Folha da Manhã, 15 maio 2009, p. 9)

José do Amaral lamenta que apenas 15% das terras plantadas tenham sistema de irrigação. Para ele, se houvesse um apoio da Petrobras, que passou a se comprometer com o setor por causa do álcool, seria possível um grande projeto de irrigação por gotejamento. “Em São Paulo um hectare irrigado produz 170 toneladas de cana e aqui a média é de 80 toneladas. Estamos perdendo muito tempo. O álcool é um produto nobre, cobiçado pelo mercado, mas está com seu preço atrelado ao da gasolina. Por isso temos que apostar na alta do açúcar e ao mesmo tempo produzir álcool”. (Setor defende a criação de parcerias, Folha da Manhã, 20 abr. 2008, p. 9).

Outro aspecto que assume destaque na prática deste grupo é a grande resistência ao rompimento com as relações de trabalho anacrônicas no campo. A este respeito, chama a atenção, ao longo do período pesquisado, as denúncias de trabalho semi-escravo e até mesmo infantil nos canaviais de Campos.

Pelo menos 500 cortadores de cana foram encontrados ontem à tarde trabalhando em situação de “semi-escavidão”, segundo os auditores fiscais do Ministério do Trabalho. Com base nesta constatação, o corte de cana foi interrompido, em terras da Usina Santa Cruz, do grupo paulista José Pessoa. Acatando denúncias, o Ministério do Trabalho em Brasília enviou os inspetores e também dois procuradores do Ministério Público do Trabalho para a operação, onde teriam sido encontradas várias irregularidades, entre elas menores trabalhando no canavial.

– Estou acostumado a inspecionar lavouras de cana em todo o país e posso afirmar que a situação que encontramos aqui é uma das piores que já vi – ressaltou o auditor Rodrigo de Carvalho.

O trabalho no campo, com a chegada do grupo do Ministério do Trabalho, acompanhado das polícias Federal e Militar, foi interrompido imediatamente e os trabalhadores comunicados de que estavam trabalhando em situação irregular. Pegos de surpresa, o jeito foi paralisar o trabalho. De facões nas mãos, homens e mulheres esperaram pacientemente o desfecho da operação.

Acostumado a ganhar R\$ 30 a R\$ 40 por dia, Francisco Oliveira, 30 anos, que veio de Alagoas, era um dos que demonstrou preocupação quanto ao que faria dali para frente. “O que ganho mal dá para comer e pagar o aluguel”, desabafou o cortador de cana.

Já Claudete Maria Barreto dos Santos, 48 anos, de Campos, disse que também estava preocupada. Em seu primeiro dia de trabalho, naquele canavial, disse que tinha outra renda. “Não vivo de Cheque-Cidadão, preciso do trabalho”, lamentava ela, que usava botas rasgadas e não tinha conhecimento dos seus direitos enquanto cortadora de cana, como, por exemplo, equipamento adequado.

No local, foram encontrados trabalhadores de Campos e também de outros estados como Bahia, Alagoas e Minas Gerais, que estariam trabalhando por até 12 horas, sem os devidos direitos trabalhistas, como carteira assinada, assim como a falta de equipamentos como luvas, botas, óculos. Outro problema detectado foi a falta de água potável e sanitário. (500 trabalhadores em regime semi-escravo: Ministério do Trabalho em Brasília recebeu denúncia contra Usina Santa Cruz, Folha da Manhã, 03 jun. 2009, p. 8).

A resistência à modernização das práticas produtivas nos canaviais é outro aspecto presente na fala destes agentes. Sobretudo nos últimos meses, isso ficou bastante evidente na batalha, inclusive judicial, contra a eliminação da queima da palha da cana-de-açúcar. O principal argumento utilizado contra a medida apontava para o fechamento das usinas da região e o desemprego de milhares de trabalhadores. Como reforço, o setor sucroalcooleiro do Norte Fluminense posicionou-se favoravelmente a Lei Estadual nº 5.990/11, que estipulou um cronograma para a eliminação gradativa da queimada e a mecanização progressiva das áreas produtoras de cana-de-açúcar com baixo declive.

O Ministério Público Federal (MPF) em Campos pediu à Vara Federal da cidade a declaração de inconstitucionalidade da lei estadual 5.990/11, que prevê redução gradativa das queimadas como prática para o corte da cana-de-açúcar no Rio de Janeiro. O pedido de inconstitucionalidade, movido pelo procurador da República Eduardo Santos de Oliveira, defende que a lei estadual fere a competência legislativa da União ao regular a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar. Há mais de 50 anos, a lei federal 4.711/65 veda o uso do fogo como método de colheita da cana.

O pedido do procurador tem por base a Constituição Federal (artigo 24, § 4º), que prevê que lei estadual não pode contrariar norma geral prevista em lei federal, devendo apenas estabelecer regras suplementares. A ação destaca ainda que o fim das queimadas não acarretará desemprego no setor, uma vez que estudos comprovam que não há impedimento à colheita da cana sem uso do fogo, desde que o setor desenvolva sua mecanização, aumente o valor pago pelo corte e contrate mais trabalhadores.

“A edição da lei estadual 5.990/11 fere dispositivos constitucionais. Já há inclusive análise de situação equivalente pelo Supremo Tribunal Federal. Não há argumentos válidos para a manutenção de prática tão lesiva à saúde e ao meio ambiente, e que favorece a criação de frentes de trabalho escravo. A produção do setor no Norte Fluminense é baixa em relação à média nacional exatamente pela falta de mecanização.”, afirma o procurador Eduardo Santos de Oliveira. (MPF questiona lei estadual, Folha da Manhã, 15 jul. 2011, p. 9).

O presidente da Coagro – Cooperativa da Agroindústria do Rio de Janeiro – Frederico Paes e o corpo jurídico da entidade foram recebidos pelo secretário estadual de Agricultura, Christino Áureo, acompanhado do subsecretário Alberto Mofati e do procurador do Estado, Fabiano Pinto de Magalhães, nesta quarta-feira. O objetivo do encontro foi delinear os contornos das formas de recursos a serem impetrados pelos produtores de cana e agroindústrias sucroalcooleiras do Rio de Janeiro contra a decisão judicial, em caráter liminar, que impede a atividade de produção de açúcar e álcool no estado. De acordo com o documento expedido no dia 17 de junho, as usinas de Campos dos Goytacazes estão proibidas de comprarem cana queimada.

Christino Áureo destacou que o entendimento das secretarias de Agricultura e do Ambiente é de que a Lei 5.990, sancionada no último dia 21 pelo governador em exercício, Luiz Fernando Pezão, soluciona o impasse criado sobre a extinção da queima da palha da cana para a colheita, na medida em que estabelece de maneira clara o cronograma para encerramento da

prática, permitindo aos milhares de produtores adaptarem-se à mecanização da colheita.

– Estamos tendo o apoio da Procuradoria Geral do Estado na defesa dos princípios contidos na Lei que aprovamos na Alerj, por iniciativa do governador Sérgio Cabral. Acreditamos que o equilíbrio federativo será respeitado. O Estado é o responsável pelo licenciamento deste tipo de atividade, com legitimidade para legislar sobre o assunto – enfatizou.

Para o presidente da Cooagro, Frederico Paes, o estado está se empenhando para chegar a uma solução para a questão. Caso a legislação aprovada pela Alerj não seja aceita, o setor enfrentará uma situação calamitosa.

– Estamos muito agradecidos ao secretário Christino Áureo e a toda equipe das secretarias de Agricultura do estado e do Ambiente. Conseguir a aprovação da lei por unanimidade foi uma grande vitória e nós, representantes do setor, ficamos muito satisfeitos. Mas a nova liminar impedindo a aplicação da legislação está nos deixando apreensivos. A situação está caótica a partir do momento em que a justiça está ordenando a prisão de caminhoneiros e até mesmo de produtores. Cerca de 90% dos plantadores de cana de açúcar são pequenos produtores que dependem da venda do produto para sobreviver. São 10 mil trabalhadores que poderão ficar desempregados caso não seja aceito o texto aprovado na Alerj e sancionado pelo Governador. Será um verdadeiro caos social na região – revela Paes.

Na avaliação do secretário Christino Áureo, o bom senso irá imperar e os envolvidos chegarão a um consenso. "Não podemos destruir milhares de empregos e famílias. Temos que ser responsáveis", finalizou. (Usinas com apoio da Procuradoria do Estado na defesa da redução gradativa da queima, Folha da Manhã, 22 jun. 2011, p. 9).

4.1.2 O discurso agrocanavieiro diversificador

Diferentemente dos traços conservadores do projeto restauracionista passadista, a tônica do discurso agrocanavieiro diversificador pauta-se pela defesa da modernização do setor sucroalcooleiro do município, com a introdução da mecanização da colheita, e da diversificação da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, com a produção de novos subprodutos.

A luta dos canavieiros não é para que Campos volte a ser o maior produtor de cana-de-açúcar em extensão territorial, como nos anos 80, quando havia uma área de 200 mil hectares produzindo quase 10 milhões de toneladas de cana. Hoje eles optaram por melhorar geneticamente a cana-de-açúcar, ganhando mais rentabilidade na sacarose e na pureza do produto em áreas menores. Atualmente são 90 mil hectares de cana plantada, que vão render, na melhor das hipóteses, 4,5 milhões de toneladas nesta safra.

Mas existe a possibilidade de em curso prazo essa mesma área de 90 mil hectares produzir o dobro, com algumas culturas consorciadas. Para isso existem pesquisas em andamento. Outra meta do setor para mudar o perfil é a mecanização de pelo menos 30% da lavoura e a criação de condomínios de produtores de cana em parceria com as usinas, barateando o custo da colheita, a exemplo do que acontece em outros estados onde a produção cresce verticalmente, como, por exemplo, Minas Gerais. (Safra começa com otimismo dos canavieiros: oferta de matéria-prima é maior e governo oferece apoio, Folha da Manhã, 20 abr. 2008, p. 9).

Gostaríamos de lembrar também como já é público, a Coagro foi a primeira usina da região a comprar quatro máquinas colheitadeiras de cana-de-açúcar para iniciar um processo de mecanização que parece irreversível. Nesta safra 25% do corte de cana-de-açúcar de nossas lavouras serão mecanizados.

Ainda teremos dificuldade para atingirmos aos 100%, porque teremos que fazer investimentos na sistematização de nossos canaviais. Existem áreas onde a máquina torna-se inoperante, [...] (Frederico Paes, Nosso compromisso, 04 maio 2010, p. 4).

Em termos de políticas públicas, as duas principais medidas, nos últimos anos, favoráveis aos setores vinculados a esta retórica foram, exatamente, a Lei Estadual nº 5.990/11, que dividiu os defensores do discurso monocultor e contrariou os interesses dos grupos ligados ao discurso passadista restauracionista, e o financiamento, através dos fundos municipais criados, o FUNDECAM e o FUNDECANA, de unidades industriais voltadas à produção de novos subprodutos da cana-de-açúcar.

Na área agrícola a questão é mais complexa, mas após cinco anos de discussões evoluímos para um Protocolo Agroambiental que foi formado nesta semana no Rio de Janeiro pelo governo estadual e entidades do setor.

Este instrumento impõe regras e cronograma para a erradicação do despalhe a fogo de cana (queimadas) em áreas mecanizáveis, e produzirá efeitos já neste ano, tendo prazo final de dez anos. Em seu centro está o equilíbrio entre as condições técnicas de fazer a mecanização, e de que esta não provoque o desemprego dos trabalhadores ou desequilíbrios econômicos na região.” (Geraldo Hayen Coutinho, Existe futuro!, Folha da Manhã, 28 maio 2010, p. 9)

Ele conta que o município foi transformado num pólo de biotecnologia a partir dos desdobramentos do açúcar e do álcool. “Temos três grandes empresas neste setor: a Goma Xantana, HC Sucroquímica, na usina Paraíso, e a Purac Síntese. Pouca gente sabe disso em Campos”, conta rindo Concebida. (Açúcar e álcool com pólo de biotecnologia, Folha da Manhã, 18 maio 2008, p. 9).

Setores inéditos na região, no Estado e até mesmo na América Latina, já estão representados em Campos, graças ao Fundecam. As unidades ainda não começaram a atuar, mas se encontram em fase de implantação. Lucas pontua que, mediante a nova realidade do mercado, o perfil da mão-de-obra também tem que mudar.

[...]

A HC Sucroquímica vai tirar da cana-de-açúcar dois produtores nobres, cuja demanda, pela indústria nacional, impõem ao Brasil uma exportação média de 35 mil toneladas por ano. Segundo o empresário Geraldo Coutinho, a planta industrial, levantada em área anexa à da Usina Paraíso, está projetada para produzir, em uma primeira etapa, 28 toneladas/dia de acetona e nbutanol. (Tecnologia inédita já presente em Campos, Folha da Manhã, 13 ago. 2008, p. 9).

Ontem foi a vez da Policam Biotecnologia receber a visita do prefeito de Campos, Alexandre Mocaiber, no canteiro de obras. O diretor industrial da empresa, Manoel Salvador Ribeiro informou ao prefeito que a indústria

começa a funcionar na primeira quinzena de março de 2007. Instalada na Estrada dos Ceramistas será a primeira indústria da América Latina a produzir goma xantana, a partir do açúcar e do álcool.

[...]

O prefeito Alexandre Mocaiber informou que tem visitado as empresas financiadas pelo Fundecam, para acompanhar a evolução das obras e saber se estão dentro do cronograma de entrega. “A impressão que eu tive da indústria foi maravilhosa. É a única fábrica do mundo a produzir goma xantana, a partir dos derivados da cana-de-açúcar. Isto é um privilégio porque vem confirmar a nossa proposta de soerguimento do setor sucroalcooleiro”, comentou o prefeito.

E ainda destacou: “A empresa, inicialmente, seria inaugurada em fevereiro, mas devido às dificuldades com a energia, já que a concessionária que presta serviço ao município cobrou um valor inviável, teve que ser adiada para março. Para esta empresa, está sendo utilizada tecnologia única no mundo. Assim, Campos entra na rota internacional”, destacou. (Policam começa junto com próxima moagem, Folha da Manhã, 15 nov. 2006).

4.2 O campo do discurso da diversificação produtiva

A partir dos demais discursos presentes na Folha da Manhã, que defendem que o desenvolvimento regional deveria advir de um conjunto de atividades alternativas, desvinculadas da dinâmica tradicional ligada à agroindústria sucroalcooleira, construiu-se um segundo campo, desta vez genericamente denominado como *campo do discurso da diversificação produtiva*.

Entre os setores que defendem este discurso, nas páginas do periódico pesquisado, encontram-se, principalmente, autoridades políticas, empresários, técnicos, professores e pesquisadores universitários, e representantes de entidades ligadas ao comércio e à indústria. Dadas as divergências entre os projetos regionais que integram o campo, o discurso da diversificação produtiva foi subdividido em três vertentes: a defesa das grandes intervenções, a retórica do desenvolvimento endógeno e o apelo ao turismo.

Como proprietários de *maior capital* dentro do campo do discurso da diversificação produtiva, aparecem, no que se refere à defesa das grandes intervenções, os dois prefeitos de Campos no decorrer do período pesquisado, Alexandre Mocaiber e Rosinha Garotinho, o empresário Eike Batista e o Governador Sérgio Cabral. Entre eles, destaca-se o empresário Eike Batista. O *quantum* de capital acumulado pelo proprietário da empresa responsável pela construção do Complexo Portuário do Açú faz com que seja dispensada a necessidade da fala do empresário, bastando a sua presença. Observou-se que as matérias jornalísticas da Folha Manhã, de forma recorrente, ao se referirem ao empresário, se restringiam a

relatar sua presença ou suas ações, não integrando, ao texto da matéria, talvez julgando desnecessárias, as declarações ou opiniões do proprietário do grupo EBX.

Como proprietários de menor capital no interior do campo, aparecem ainda, dentro do discurso das grandes intervenções, os três presidentes do FUNDECAM no período analisado, Lucas Vieira, Luís Mário Concebida e Eduardo Crespo, o presidente da ACIC, Amaro Ribeiro Gomes, os dois presidentes da CDL entre 2006 e 2011, Joilson Barcelos e Maria Luíza Schulz, professores e pesquisadores universitários, além do colunista diário do jornal Folha da Manhã, Aloísio Abreu Barbosa.

No que diz respeito à defesa do desenvolvimento endógeno, aparecem os professores e pesquisadores José Luis Vianna da Cruz, da UFF, e Roberto Moraes, do IFF, também apresentado, várias vezes, como presidente da ONG Cidade 21. Além de alguns professores e pesquisadores universitários, aparecem ainda o presidente do FUNDECAM, Eduardo Crespo, que remodelou o fundo introduzindo linhas de micro crédito, e representantes de entidades ligadas ao comércio, entre eles o presidente da Associação dos Comerciantes e Amigos da Rua João Pessoa e Adjacências (Carjopa), Eduardo Chacur.

A defesa do turismo, por sua vez, está associada, principalmente, aos nomes do ex-secretário de desenvolvimento econômico de Campos dos Goytacazes, Eraldo Bacelar, da professora e pesquisadora da UENF, Sylvia Paes, e do colunista diário da Folha da Manhã, Aloísio Abreu Barbosa.

4.2.1 O discurso das grandes intervenções

O discurso da obtenção do desenvolvimento pela via das grandes intervenções é a principal retórica difundida dentro dos diferentes projetos de diversificação. Para os defensores da proposta, o desenvolvimento regional adviria da instalação de grandes empreendimentos, quase sempre relacionados a grandes unidades industriais. Dentro do imaginário desta concepção subsiste a ideia de que a instalação de grandes plantas industriais, por si só, conduziria espontaneamente a geração de um grande volume de emprego e renda e a difusão de um conjunto de multiplicadores que desencadeariam um círculo virtuoso de dinamismo econômico.

A principal divergência entre os defensores deste projeto diz respeito aos setores que deveriam ser responsáveis pela indução do desenvolvimento de

Campos dos Goytacazes. Para um dado grupo, o desenvolvimento deveria vir principalmente do petróleo, através da atração, para o município, de unidades industriais ligadas ao setor *offshore* da Bacia de Campos, e indiretamente, com o recebimento de *royalties*. Para um segundo grupo, o desenvolvimento resultaria, sobretudo, dos benefícios que seriam usufruídos por Campos da instalação dos dois GPIs em processo de implantação na região: o Complexo Portuário do Açú e o Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado.

Há ainda um terceiro grupo que defende a instalação de grandes unidades industriais no município, muitas vezes pela via dos incentivos fiscais, desvinculadas do setor petrolífero e dos GPIs em andamento na região.

4.2.1.1 O discurso do petróleo

Antes de se apontar para os elementos discursivos presentes no jornal Folha da Manhã denominados neste trabalho como discurso do petróleo, é importante considerar a conjuntura dos últimos dois anos. Embora este discurso tenha sido dividido em duas vertentes, chamadas aqui a dos benefícios diretos e a dos benefícios indiretos, a conjuntura dos dois últimos anos foi fortemente marcada pelas discussões no Congresso Nacional em torno das propostas de mudanças na distribuição dos *royalties* do petróleo entre os municípios brasileiros. Tal fato ajuda a explicar o motivo pelo qual, no decorrer do período analisado, o discurso dos benefícios diretos do petróleo apareceram com uma frequência bastante reduzida no periódico, predominando a discussão e as articulações de caráter regionalista dos municípios da OMPETRO em torno da defesa da manutenção do recebimento do atual volume de rendas petrolíferas pelos municípios da região.

O discurso dos benefícios diretos do petróleo estaria relacionado a defesa da instalação no município de plantas industriais ligadas ao segmento *offshore* da Bacia de Campos. A falta de benefícios fiscais concedidos pela prefeitura, muitas vezes, é o principal argumento utilizado para justificar a ausência deste tipo de investimento no município. Diante da atual conjuntura, que aguarda a instalação do Complexo Farol-Barra do Furado, que abrigará empresas do segmento *offshore* na divisa entre Campos e Quissamã, novamente, nos últimos meses, esta linha discursiva voltou à tona, sendo utilizada como argumento para justificar a redução, anunciada pela

prefeitura de Campos, do ISSQN²⁰ para empresas deste segmento que se instalarem no município a partir de julho de 2011.

A prefeita de Campos, Rosinha Garotinho, sancionou o projeto de Lei que altera o Artigo 10-A na Lei nº. 7.529/03, e versa sobre a aplicação de redutores de 25% a 50% sobre a alíquota do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) para incentivar a instalação de empresas que atuam sob o regime offshore no município. Com previsão de ter as obras iniciadas no próximo mês, o projeto de Lei vem ao encontro dos investimentos para o Complexo Logístico Naval Farol-Barra do Furado. O governo federal também já começou a cumprir a sua parte no projeto com a liberação do pagamento da primeira parcela, no valor de R\$ 14 milhões, para obras do *by pass* e da dragagem do canal.

A medida, publicada no Diário Oficial no dia 7 deste mês beneficia a chegada de novas empresas na região em função da implantação do Complexo Logístico Portuário Farol-Barra do Furado, cujo total estimado para o investimento corresponde a aproximadamente R\$170 milhões.

De acordo com o Procurador Geral do Município, Francisco de Assis Pessanha Filho, a alteração da lei é uma forma de atrair empresas e investidores para a região, principalmente àqueles que prestam serviços relacionados à área petrolífera, para impulsionar o crescimento local e a geração de empregos.

[...] Presidente da Associação Comercial e Industrial de Campos (Acic), Amaro Ribeiro Gomes reforça que a redução do imposto trará retorno ao município em forma de investimento.

— A redução na alíquota é um incentivo a mais para empresas que tiverem o interesse de se instalar no município, que está estruturado para receber esse tipo de empreendimento — ressaltou o presidente da Acic. (ISSQN com redução para atrair empresas, Folha da Manhã, 19 jul. 2011, p. 9).

Em termos de política pública, a criação do FUNDECAM, em certa medida, representou uma materialização deste discurso, na medida em que, entre os empreendimentos atraídos pelo fundo estão indústrias ligadas ao segmento *offshore* sediado em Macaé. Como principal exemplo há a Schulz, que instalou no município três unidades industriais (e, recentemente, anunciou a quarta) para a produção de tubos e conexões para plataformas de petróleo e tem que como um de seus principais clientes a Petrobras.

De acordo com Lucas, outro foco do Fundecam são as empresas que produzem para o segmento do petróleo e não apenas as que prestam serviço. “Em Macaé, por exemplo, há muitas empresas que prestam serviço para o setor do petróleo. Só que, quando o recurso acabar elas vão embora. Queremos buscar as unidades mais sólidas, que são aquelas que produzem para o segmento”, comentou. (Empresas buscam qualificação técnica, Folha da Manhã, 13 ago. 2006, p. 9).

O prefeito Alexandre Mocaiber vai representar Campos no principal evento de petróleo e gás da América Latina, a Rio Oil & Gas Expo Conference,

²⁰ Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. Corresponde ao antigo ISS (Imposto Sobre Serviços), é um imposto municipal, com alíquota definida individualmente por cada prefeitura e constitui uma das principais fontes de receitas próprias dos municípios.

organizada pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), aberta ontem no Centro de Convenções do Riocentro, no Rio de Janeiro. A participação de Mocaiber está prevista para hoje, às 15h30, quando ele deverá assinar um protocolo de intenções entre autoridades do governo do Estado e a multinacional alemã Schulz, para a construção de uma unidade da EEW, empresa parceira da Schulz que fabrica tubos em aço inoxidável sem costura, que são utilizados na indústria do petróleo. O novo projeto da ordem de R\$ 32 milhões, dos quais R\$ 15 milhões serão financiados pelo Fundo de Desenvolvimento de Campos (Fundecam), prevê geração de 300 empregos diretos.

Além de Mocaiber, assinarão o protocolo o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Maurício Chacur; o secretário estadual da Indústria Naval, Petróleo e Gás, Wagner Vítter; o presidente internacional da empresa, Wolfgang Schulz, e executivos do grupo EEW, holding da Hanz Got. A cerimônia acontece no pavilhão 3 da feira, onde está localizado o estande da multinacional alemã. (Mocaiber assina com a Schulz na Rio Oil & Gas: projeto vai custar R\$ 32 milhões, sendo que R\$ 15 milhões serão do Fundecam e vai gerar 300 vagas, Folha da Manhã, 12 set. 2006, p. 10).

Com três unidades de produção em Campos, a Schulz América Latina, que atende ao setor petrolífero, anuncia hoje, na Brasil Offshore, a construção da quarta fábrica no município. O investimento será de R\$ 60 milhões em parceria com a também alemã W.Maass na implantação de uma forjaria (peças de aço inox), que terá na primeira fase o aporte financeiro do Fundo de Desenvolvimento de Campos (Fundecam) de R\$ 4,6 milhões, como aconteceu com as outras unidades já instaladas no Complexo da Schulz, no bairro da Codin. A previsão é de que as obras iniciem no próximo mês.

Segundo o gerente administrativo e financeiro da Schulz, Lucas Vieira, o investimento vai consolidar o Complexo da Schulz em Campos em forjados, matéria prima, logística e distribuição. “Os 60 milhões serão investidos em todo o Complexo até o final de 2013 e vai atender o mercado de petróleo e energia do Brasil e do exterior”, disse. (Obras na Codin devem começar no próximo mês, Folha da Manhã, 16 jun. 2011, p. 10).

Já o discurso dos benefícios indiretos do petróleo está relacionado ao recebimento das indenizações sobre a produção e a exploração do mineral oferecidas pelos municípios. Neste aspecto, observa-se um conjunto de articulações de caráter regionalista, sob a liderança da OMPETRO, sempre que ameaças de mudanças na legislação colocam em risco a continuidade do recebimento do atual volume destes recursos pelos municípios da região. Mais recentemente, isso se tornou particularmente visível diante das propostas de emenda constitucional apresentadas pelo deputado federal Ibsen Pinheiro (Emenda nº 387/2009) e pelo senador Pedro Simon (Emenda Modificativa nº 24), ambos do PMDB.

Em termos de desenvolvimento regional, este discurso evoca o dinamismo promovido pela injeção maciça de *royalties* na economia dos municípios da região e, como contraponto, prenuncia um cenário de tragédia diante da possibilidade da sua retirada.

A prefeita de Campos, Rosinha Garotinho, prevê uma catástrofe econômica e social se a partilha for confirmada. “A infra-estrutura do município vai se degradar. Vamos perder condições de crescer, e o comércio vai sentir o impacto. Haverá demissões em massa. Com R\$ 1 bilhão a menos por ano, não teremos condições de investir em projetos estruturantes, como o complexo Farol-Barra do Furado, que podem atrair mais indústrias e desenvolvimento para Campos. Isso sem falar no impacto na Saúde, Educação e Habitação, além da suspensão de programas sociais”, ressalta.

A prefeita apontou que Campos perde 70% de seu orçamento para esse ano, estimado em R\$ 1,7 bilhão, além de reduzir seu PIB de R\$ 5 bilhões em 20%, que representam R\$ 500 milhões. “O município vai falir, como toda a região, e o Estado do Rio também. A população de Campos vai deixar de receber obras, projetos e programas sociais importantes”. (Previsão: Rosinha diz que região será uma Serra Pelada, Folha da Manhã, 11 jun. 2010, p. 3).

“Para os comerciantes, o fim dos *royalties* é uma grande tragédia, já que os recursos melhoram a renda da população. Estes recursos sempre iam para a ponta final da cadeia produtiva, que é o comércio.”

Joilson Barcelos

Presidente da CDL (Senado dá um susto no setor econômico: senadores aprovaram, durante madrugada de ontem, redistribuição dos *royalties*, Folha da Manhã, 11 jun. 2010, p. 10).

O fim dos *royalties* representaria a falência dessas cidades que, além de tudo, precisam se estruturar para planejar um futuro para além do petróleo. Para quando o ouro negro acabar ou a matriz energética mundial simplesmente mudar. E, não tenho dúvidas, isso acontecerá muito antes do que supomos. (Jorge Picciani, Alerta máximo, Folha da Manhã, 10 maio 2010, p. 4).

Por outro lado, outros agentes, especialmente técnicos, professores e pesquisadores universitários, com menor exposição no periódico, defendem a utilização das rendas petrolíferas para o financiamento de investimentos que gerem emprego e renda. Além da promoção de dinamismo econômico, está presente nesta retórica a preocupação com a preparação do município para o período posterior ao recebimento de *royalties*, já que o petróleo constitui um recurso natural não-renovável.

Esta é uma ótima oportunidade para refletirmos sobre o uso dos *royalties*. O crescimento da produção de petróleo aumentou consideravelmente a receita dos municípios produtores nos últimos anos, gerando uma dependência desta fonte de recursos. Ao que parece, quase tudo vai parar de funcionar se ficarmos sem tais compensações. Isso é muito grave. O petróleo é uma fonte esgotável e, como tal, deve acabar um dia. Além disso, há sempre o risco de que as regras do jogo mudem ao sabor da “política” – como, aliás, poderá ser encaminhado no próximo dia 10, quando a Câmara deverá votar a emenda do deputado Ibsen Pinheiro.

Além de continuarmos a luta, mais que justa, pelo recebimento de impostos e compensações inseridas na produção de petróleo, precisamos de outras alternativas, tanto para o uso destes recursos quanto para outras fontes de financiamento público. Essa extrema dependência será fatal para o nosso desenvolvimento, podendo gerar uma verdadeira calamidade pública.

Sejamos francos, avançamos muito pouco neste sentido. Não conseguimos implementar um modelo de desenvolvimento independente dos recursos do petróleo. (FOLHA DA MANHÃ, 02 mar. 2010, p. 4. Artigo: Drama após drama, Almy Junior).

Para os economistas, a ameaça de drástica redução dos *royalties* deve servir de alerta e tende a forçar ações que diminuam o atual estágio de dependência das máquinas públicas em relação aos recursos oriundos da exploração de petróleo. O professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Alcimar das Chagas Ribeiro, frisa que é preciso aproveitar o momento para uma reflexão. Ele comenta que as prefeituras têm registrado aumento no custeio em virtude da abundância de recursos recebidos nos últimos anos. “É preciso que sejam implantadas ações que permitam o desenvolvimento sustentável”, adverte. (FOLHA DA MANHÃ, 07 mar. 2010, p. 10. Matéria: Ameaça de corte faz alerta à dependência).

Tal concepção encontrou sua expressão máxima na realização do Fórum Permanente de Desenvolvimento, em 2001, e na criação do FUNDECAM.

Ao longo dos últimos 20 anos, para ser preciso desde que a lei Nelson Carneiro sobre os *royalties* se tornasse realidade, o que aconteceu com a sua assinatura, em Campos, pelo presidente José Sarney, por reiteradas vezes alertamos aos municípios produtores de petróleo, para que administrassem corretamente e com sabedoria, os recursos gerados por esta justa indenização paga pela Petrobras. O alerta, feito nos noticiários e nas páginas de opinião, deste jornal, infelizmente, na prática, nunca foi levado a sério pelos prefeitos que se sucederam através do tempo.

O desperdício, a aplicação insensata e suspeita desses recursos, fizeram com que este jornal e mais um grupo de empresários se reunissem por várias vezes para sugerir e pressionar o governo municipal a adotar um Fundo de Desenvolvimento, mais tarde conhecido como Fundecam, para administrar todo dinheiro gerado pelos *royalties* através de um programa de investimentos que desse a partida a um projeto sério, capaz de proporcionar uma nova realidade para Campos.

Com a vaidade inerente aos políticos, ao tomar conhecimento da iniciativa de forças da comunidade em criar um fundo especial com esses recursos respeitáveis gerados pela indenização da Petrobras, o então prefeito Arnaldo Vianna correu para criar o Fundecam, com pretensão mais modesta do que o movimento a ser proposto pela iniciativa privada. Na prática, com raríssimas exceções, o fundo da Prefeitura mostrou-se módico, tanto na taxa extraída dos *royalties*, como nos financiamentos de projetos que responderam positivamente ao dinheiro oferecido.

Quando a iniciativa privada começou a ser movimentar em prol da criação de um fundo especial para dar aplicabilidade inteligente a esses recursos, é porque sempre teve consciência de que eles são finitos e que, por isso mesmo, há que se correr contra o tempo para poder gerar benefícios que representem para os municípios, por eles contemplados, condições de melhor qualidade de vida. (Aluysio Cardoso Barbosa, É hora de aprender, Folha da Manhã, 09 mar. 2010, p. 4).

Por outro lado, paralelo à criação de um fundo, o mesmo discurso se desdobra, ainda, na defesa da transparência quanto à aplicação das rendas petrolíferas.

Por que não cada município ter o seu Conselho dos Royalties? Um organismo participativo que definiria as prioridades para aplicação dos recursos e ao mesmo tempo fiscalizasse. Seria o comprometimento de toda a sociedade de que esses recursos seriam gastos de forma adequada. Esse é um assunto que deveria estar em debate na campanha eleitoral dos municípios produtores e que recebem os royalties e também no debate de toda a sociedade. (Frederico Paes, Um bom conselho, Folha da Manhã, 22 maio 2008, p. 4).

O susto causado pela proposta do deputado Ibsen Pinheiro para nova distribuição dos *royalties* pode propiciar um saldo positivo. Há muito tempo a opinião pública regional anda sobressaltada com a possibilidade de mudança nas regras de rateio das receitas do petróleo. Muitos já alertaram que os indicadores de corrupção ao longo destes anos poderiam jogar contra o interesse dos municípios produtores. Mas nunca, como agora, o risco pareceu tão iminente.

Por isso a sociedade organizada precisa participar de todas as iniciativas em favor da transparência na aplicação dos recursos, dentro ou fora do Poder Público. Os *royalties* foram conquistados depois de intensa mobilização popular e por isso são patrimônio inalienável da população. Trata-se de um tesouro que tem que ser protegido de todo tipo de ganância, venha de longe ou de perto. Precisamos lutar pelos recursos e pelo controle de sua aplicação. (FOLHA DA MANHÃ, 11 mar. 2010, p. 4. Artigo: Preservação dos *royalties*, Raimundo Braz Filho).

4.2.1.2 O discurso do Porto do Açu

Dentro do discurso das grandes intervenções na região, o Porto do Açu tem ocupado lugar privilegiado. Sobretudo nos últimos três anos, a expectativa em torno da criação do complexo portuário em São João da Barra tem predominado em relação à defesa dos benefícios oriundos das demais intervenções. Dada a magnitude do projeto, em termos de perspectivas de investimentos e geração de empregos, tem sido construída uma percepção salvacionista ao redor do porto, a exemplo do anúncio da instalação da Petrobras, em Macaé, na década de 1970. A instalação do Complexo Portuário do Açu tem, comumente, sido considerada como a “redenção” do Norte Fluminense na solução do *problema* do desenvolvimento.

Tal percepção é encontrada, por exemplo, na fala de representantes de algumas entidades setoriais do município, além do próprio Aluísio Abreu Barbosa, que se expressa em nome do jornal Folha da Manhã. Como principal figura que canaliza as declarações e se manifesta em nome do Porto do Açu, encontra-se o empresário Eike Batista. É dele que parte a divulgação de dados e a confirmação oficial de investimentos no empreendimento localizado em São João da Barra.

No caso de Campos, as frustrações com a Petrobras são antigas, tendo início quando a empresa estatal optou por Macaé para ser a base das operações da Bacia que recebeu, decepcionando as fortes esperanças e que, enfim, justiça seria feita a um município com melhor infra-estrutura e

maior poderio econômico daquele que foi escolhido. Antes, segundo o então Ministro e ex-presidente da estatal Shigeaki Ueki, Campos receberia, como compensação, uma unidade de amônia-uréia que, com o correr dos anos, não passou de mais uma promessa entre tantas outras não concretizadas pelo governo federal.

Hoje, com a agroindústria canavieira, sua principal e histórica atividade econômica, mergulhada há bom tempo em persistente crise, resta a Campos, São João da Barra e o Norte Fluminense, acreditar no porto do Açú, empreendimento que vem sendo levado a cabo pelo empresário Eike Batista. O complexo do Açú, projeto ousado de um empresário bem sucedido, tem tudo, assim que for concluído, para ser capaz de alavancar a economia regional e, mais do que isso, ser capaz de restaurar na comunidade a certeza de que o desenvolvimento finalmente acontecerá.

Ao se deslocar para a China a fim de otimizar entendimentos com empresários e governos do país que mais cresce no mundo, a comitiva da esperança liderada pelo governador Sérgio Cabral e integrada, entre outros, por Eike Batista e a prefeita sanjoanense Carla Machado, esperanças renascem nesta região carente de recursos e de representação política autêntica e atuante. Com o porto, plenificado em sua atividade, é dado o primeiro passo para a comunidade regional substituir, com certa razão, o pessimismo de ontem com o otimismo de hoje. (Aluysio Cardoso Barbosa, Comitiva da esperança, Folha da Manhã, 28 jun. 2009, p. 4).

“O presidente Hu Jintao vai conhecer este gigantesco portal de exportação que estamos construindo para ligar o Brasil com a China. Trata-se de um projeto que faz parte de um novo Brasil, que vai mudar o país radicalmente, como quem passa da era analógica para a era digital”, afirmou o empresário [Eike Batista]. (Presidentes Lula e Hu Jintao, da China, vão ao Porto do Açú, dia 17, para inauguração de pier, Folha da Manhã, 02 abr. 2010, p. 9).

Na entrevista que deu a jornalista Marília Gabriela, no canal por assinatura GNT, da Globosat, o mega-empresário Eike Batista falou com entusiasmo do Complexo do Açú, em São João da Barra. Chegou a afirmar que esse é um dos seus maiores empreendimentos. Isso tido pelo homem considerado o mais rico do país é um alento para a economia da região. (Aluysio Cardoso Barbosa, Açú, Ponto Final, Folha da Manhã, 28 maio 2009, p. 4).

4.2.1.3 O discurso do Complexo Farol-Barra do Furado

O discurso em torno do Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado tem ocupado um espaço mais reduzido dentro do periódico, se comparado ao Porto do Açú. A morosidade no andamento do projeto e seu porte inferior em relação ao GPI localizado em São João da Barra, no que tange a volume de investimentos e geração de empregos, são dois fatores que talvez ajudem a explicar a menor frequência de matérias noticiando o empreendimento.

Em relação ao conteúdo, contudo, o discurso relacionado ao Complexo Farol-Barra do Furado não detém muitas diferenças em relação ao discurso do Porto do Açú, apresentando, como principais características, a menção quanto ao valor dos investimentos e o número de empregos gerados.

Como o projeto encontra-se, até o momento, na fase de planejamento das obras do Canal das Flechas, que serão conduzidas pelo poder público, especialmente os municípios afetados pela intervenção, as duas principais figuras apresentadas pelas matérias jornalísticas como vinculadas ao complexo, e que acabam falando em nome do empreendimento, são, respectivamente, os prefeitos de Quissamã e Campos dos Goytacazes.

É grande a expectativa dos municípios de Campos e Quissamã quanto à assinatura do convênio com a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, para o repasse de R\$ 50 milhões direcionados ao projeto do Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado, marcada para acontecer hoje, às 11h, no Centro Administrativo José Alves de Azevedo, sede do executivo municipal. A prefeita Rosinha Garotinho irá receber, além do prefeito de Quissamã, Armando Carneiro, o diretor de Planejamento Portuário da Secretaria de Portos, Jorge Zuma; o subsecretário estadual de Transportes, Delmo Pinho; e representantes de empresas que vão se instalar no Complexo Logístico.

– Esse momento é mais um passo para a consolidação do projeto, que é de extremo valor para o desenvolvimento sustentável de Campos, pois trará independência em relação aos *royalties* do petróleo. Além dos estaleiros, teremos diversas empresas atraídas pelo Complexo Logístico. A dragagem do Canal das Flechas, possível a partir da liberação dos recursos, também beneficiará pescadores e produtores rurais, além do projeto – ressaltou Rosinha.

O prefeito Armando Carneiro destaca que a parceria tornará possível a implantação de um importante pólo de desenvolvimento não só para as duas cidades e para a região, mas para todo o país. “A expectativa é muito grande pelo início das obras do Complexo de Barra do Furado. Agora, com a liberação dos recursos pelo governo federal e pelo governo estadual, além da parceria firme entre os dois municípios, o complexo é um empreendimento que não tem mais volta”, ressaltou Carneiro.

A formalização da parceria acontece cerca de uma semana após a visita do ministro da Pesca, Luiz Sérgio, - na época, ministro-chefe da secretaria de Relações Institucionais – ao canteiro de obras do Complexo Logístico Farol-Barra do Furado. Com a assinatura do convênio, o governo federal vai liberar imediatamente R\$ 15 milhões para o projeto. O restante dos recursos será repassado seguindo um cronograma de liberação. O total estimado para o investimento é de cerca de R\$ 170 milhões, sendo R\$ 50 milhões disponibilizados pelo governo federal, R\$ 20 milhões pelo governo do Estado, R\$ 70 milhões pelo município de Campos e R\$ 30 milhões por Quissamã. (Recursos para início das obras: Secretário Especial de Portos da Presidência assina hoje convênio com prefeituras de Campos e Quissamã, Folha da Manhã, 21 jun. 2011, p. 9).

4.2.1.4 O discurso da atração de grandes empresas

O discurso da atração de grandes empresas apresenta um caráter mais genérico, estando ligado à defesa da instalação de grandes plantas industriais, sem relação com um setor definido, que seriam capazes de dinamizar a economia do município à montante e à jusante e gerar um grande volume de empregos.

Ao longo do material pesquisado, observou-se a presença ativa deste discurso para justificar a atração de unidades industriais de maior porte pelo FUNDECAM.

Para Luiz Mário Concebida, um dos casos de sucesso do Fundecam é a fábrica de tubos de aço inoxidável da multinacional germânica Schulz, num investimento superior a R\$ 10 milhões. A empresa, que funciona no Distrito Industrial da Codim, em Guarus, está concluindo a segunda unidade e projeta uma terceira fábrica no mesmo local. Concebida explica com certo orgulho que será o maior empreendimento da empresa na América Latina. (Schulz exporta tubos produzidos em Guarus, Folha da Manhã, 18 maio 2008, p. 9).

Para o prefeito Alexandre Mocaiber, a inauguração da Cellofarm Farmacêutica, prevista para a segunda quinzena de janeiro de 2007, representará um marco para a indústria de Campos. Igual à unidade construída no município só há seis no mundo e apenas uma delas está instalada no Brasil. Além de atender ao mercado interno, os antibióticos serão exportados para países da Europa e América do Norte. A empresa de R\$ 35 milhões buscou parceria com o Fundo de Desenvolvimento de Campos (Fundecam), que segundo o prefeito, financiou quase 50% do projeto, cerca de R\$ 15,8 milhões. O empreendimento vai gerar 200 empregos diretos. (Cellofarm só começa a operar no próximo ano, Folha da Manhã, 16 nov. 2006, p. 9).

Campos vai ganhar uma nova fábrica de aço. O protocolo de intenções para a construção de uma fábrica de tubos com costura foi assinado ontem, na Rio Oil & Gas Expo e Conference, que acontece até amanhã, no Rio Centro, pelo prefeito de Campos, Alexandre Mocaiber, o secretário estadual de Indústria Naval e Petróleo, Wagner Victor, e o gerente da Schulz na América Latina, Marcelo Bueno. O investimento, realizado em conjunto com a EEW GmbH e a Hinz Gothe, será de R\$ 35 milhões, dos quais R\$ 15 milhões financiados pelo Fundo de Desenvolvimento de Campos (Fundecam). O presidente mundial da Schulz, Wolfgang Schulz, afirmou que Campos vai se tornar a cidade do aço inox.

A nova fábrica faz parte de um conjunto de três a se instalarem no município. A primeira, de conexões, será inaugurada em 8 de dezembro. A nova fábrica – que teve o protocolo de intenções assinado no estande da Schulz – tem previsão de inauguração para o primeiro semestre de 2007. Só a construção vai gerar 400 empregos diretos e mais 100 empregos na operação. A produção já tem destino certo: um terço para a indústria local, outros um terço para exportação e mais um terço como matéria-prima para empregar no próprio complexo. Uma terceira indústria também será instalada no município, mas será de tubos sem costura.

O prefeito Alexandre Mocaiber falou da satisfação de receber a proposta de uma nova fábrica em Campos. “Quando estive na Alemanha, já como prefeito efetivo, pude perceber a seriedade deste grupo e não medi esforços para que novas unidades se instalassem em Campos. O município está de portas abertas para a Schulz. A importância não é só para Campos, mas para toda região Norte Fluminense”, garantiu o prefeito. (Protocolo é assinado para fábrica de tubos, Folha da Manhã, 13 set. 2006, p. 10).

O prefeito Alexandre Mocaiber lançou ontem, de forma simbólica, a pedra fundamental de mais um projeto com participação do Fundo de Desenvolvimento de Campos (Fundecam), no valor total de R\$ 30 milhões, que deve gerar cerca de 300 empregos, a partir de maio de 2007, quando a unidade entra em operação. A fábrica de biscoitos da Duvêneto Indústria de Alimentos Ltda, do grupo capixaba Quéops, com financiamento de R\$ 12 milhões do Fundecam, terá capacidade para produzir cinco toneladas de

biscoito por hora. (Baixada terá fábrica de biscoitos, Folha da Manhã, 27 out. 2006, p. 9)

Entretanto, este discurso, que na maior parte do tempo apresenta-se como irrefutável, conheceu um pequeno momento de questionamento com a demissão dos funcionários da Duvêneto, mesmo após a fábrica de biscoitos ter recebido um significativo aporte de recursos do governo municipal a juros baixos e gozado de incentivos fiscais.

Depois de ficar sem uma usina que empregava praticamente toda a comunidade, Baixa Grande agora teme pelo fechamento da fábrica de biscoitos Duvêneto. A indústria, do grupo capixaba Quéops, recebeu R\$ 12 milhões do Fundecam para se instalar em Campos, empregava 150 pessoas e suspendeu suas atividades, surpreendendo seus funcionários e deixando o comércio local em pânico. (Baixa Grande teme por fim da fábrica: unidade empregava 150 pessoas e teve aporte de R\$ 12 milhões do Fundecam, Folha da Manhã, 18 maio. 2008, p. 9)

4.2.2 O discurso do desenvolvimento endógeno

O discurso do desenvolvimento endógeno, que encontra menor espaço nas páginas do jornal Folha da Manhã, apresenta um tom caracterizado pela defesa da exploração das potencialidades locais como meio de indução do desenvolvimento. Nesta perspectiva, propõe o estímulo ao empreendedorismo, a criação de APLs, o apoio às pequenas e médias empresas locais em detrimento dos grandes empreendimentos e, ainda, a aplicação dos princípios da economia solidária e do desenvolvimento sustentável.

Introduzidos no país para acelerar a utilização plena das potencialidades municipais, os Arranjos Produtivos Locais – APLs –, integram o arsenal dos promotores do desenvolvimento sustentado. Em dezembro passado, o Sebrae registrava 250 Arranjos Produtivos Locais. Em Nova Friburgo (RJ), pequenos produtores se organizaram desta forma para enfrentar a falta de estrutura e entrar no mercado.

Na serra friburguense consolida-se ainda uma experiência mais abrangente, o Arranjo Produtivo Regional – APR – integrando Muri, Lumiar e São Pedro da Serra. O mesmo foi feito em Conservatória, distrito de Valença. O Arranjo Produtivo consiste na identificação do potencial de cada município ou região e na capacitação técnica e qualificação profissional de mão-de-obra numa ação conjunta dos governos federal, estaduais, municipais e a iniciativa privada.

Na região será implementado na área da indústria limpa, o turismo. Grande gerador de empregos, multiplicador de oportunidades e distribuição de renda, o turismo é o meio mais rápido e menos agressivo ao meio ambiente para a promoção do desenvolvimento sustentado. Em Campos, trabalhamos na implantação de um APR que incluirá também Quissamã, São Fidélis e

São João da Barra, no chamado “Caminho do Açúcar”. (Eraldo Bacelar, Arranjo Produtivo, 27 maio 2009, p. 4).

“Empreendedorismo, negociação e gestão de qualidade”. Esse é o tema da I Feira de Negócios da Universidade, que começou ontem, nas dependências da universidade, e segue até amanhã. Uma iniciativa da coordenação do curso de Administração, o evento conta com a participação de dezenas de empresas de diversos segmentos e um grande número de palestrantes.

O *hall* e a área externa da universidade foram tomados por estandes, onde as empresas estão expondo os seus produtos e divulgando seus trabalhos, entre 8h e 22h. Simultaneamente à exposição, estão sendo ministradas palestras sobre empreendedorismo, negociação e gestão de qualidade.

– O objetivo desta feira de negócios é disseminar e incentivar a prática do empreendedorismo e o conhecimento de negociações diferenciadas, assim como divulgar o funcionamento de vários segmentos. E a interação dos acadêmicos com essas empresas é de grande importância para que possamos ajudar a formar profissionais altamente capacitados – ressaltou a gestora do curso de Administração da Universidade/Campos, professora Leila da Silva. (Feira de negócios na universidade, Folha da Manhã, 12 maio 2008, p. 9).

A UENF mergulha esta semana, pela segunda vez, em um tema que a cada dia vem ganhando força no Brasil: a economia solidária. De hoje até quinta-feira (18 a 20/05), no Centro de Convenções, será realizado o II Encontro de Economia Solidária e a I Aldeia de Experiências Solidárias e Tecnologias Sociais, além da I Feira de Trocas Solidárias. [...]

Organizado pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da UENF (ITEP), o evento busca criar um espaço de reflexão sobre os avanços e desafios da economia solidária, que nos últimos anos vem sendo compreendida como uma alternativa para geração de emprego e renda, diminuindo, assim, as desigualdades sociais. A economia solidária abrange práticas econômicas que fogem à lógica capitalista, tendo como sustentáculo a autogestão e o associativismo, tais como cooperativas, associações, clubes de trocas, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outros.

Inserida em uma região com altos índices de desigualdade social, a UENF não poderia ficar de fora desta discussão. A universidade pode e deve dar sua parcela de contribuição no que diz respeito à produção de conhecimentos que possam redundar em novas tecnologias sociais, levando em conta as demandas locais, bem como o conhecimento popular. Este é o papel da ITEP/PROEX, que inclusive já vem trabalhando com diversos grupos de Campos no contexto da economia solidária. É importante que também o poder público, em suas várias instâncias, esteja atento a esta questão, incentivando a economia solidária através de políticas públicas eficazes. (Almy Junior, Por uma nova economia, Folha da Manhã, 18 maio 2010, p. 4).

Mesmo preferindo investimentos de pequenos e médios portes, por ver neles maior capacidade de geração de emprego e, especialmente, menor impacto ambiental e maior aproveitamento da sociedade local, lembro que, nem de longe, um empreendimento de grande porte como este [o Complexo Portuário do Açú] tem capacidade de substituir, as receitas atuais de *royalties*. (Roberto Moraes Pessanha, Oportunidades e ameaças pairam sobre o Açú, 04 jan. 2008, p. 4).

Este arremedo de política econômica municipal pode ser rasgado, a meu ver, pois deixa por conta da iniciativa privada a saída para um problema de competência governamental. Não cabe acusar Rosinha e Campos apenas por incompetência e falta de criatividade. Todos os prefeitos de Campos, desde que o município passou a receber *royalties* (leia-se desde o primeiro mandato de Garotinho), demonstraram profunda incapacidade no emprego

desses vultosos recursos financeiros. Em outros municípios, ocorre o mesmo. Duas concepções norteiam esta concepção tacanha: 1 - só se promove o desenvolvimento por meio de grandes empreendimentos privados; 2 - só estes grandes empreendimentos geram empregos.

[...]

Há muito tempo, urge montar um sistema econômico que permita a Campos e a outros municípios se sustentarem após o fim dos royalties. Contudo, não aposto em soluções megalomânicas para substituir os recursos que a Petrobras repassa. Minha proposta é modesta, mas tem longo alcance. Ela pode ser resumida nos itens abaixo:

1 – Criação de um fundo municipal que recolha os *royalties*, separando-os das demais fontes de arrecadação municipal e gerido por um conselho municipal paritário, a fim de garantir transparência no seu emprego.

2 – Estímulo à formulação de políticas públicas de Estado e de Governo instituídas por lei, norteadas pelo desenvolvimento sustentável nos seus planos ecológico, social, cultural, espacial e econômico.

3 – Adoção de política pública de desenvolvimento ecologicamente sustentável por todos os órgãos governamentais do Município de Campos dos Goytacazes.

4 – Promoção e priorização do desenvolvimento sustentável endógeno.

5 – Apoio à agroecologia e à ecoindústria.

6 – Priorização à pequena e à média unidades produtivas rural, industrial e comercial, desde que adotem a política pública de desenvolvimento sustentável.

7 – Reformulação do Fundo de Desenvolvimento Econômico de Campos para o financiamento de empreendimentos na linha do desenvolvimento sustentável; pelo menos, criar uma linha de crédito neste sentido.

8 – Fomento da produção de bens e serviços essenciais ao ser humano: alimentação, saúde (preventiva em primeiro lugar), educação (toda ela perpassada pela visão de ecoeducação), habitação, vestuário, trabalho, geração de energia, necessidades espirituais e de lazer.

9 – Promulgação de lei municipal para disciplinar a aplicação dos *royalties* de modo a construir um sistema econômico sustentável para o período pós-*royalties*.

10 – Formulação dos zoneamentos ecológico-econômico, rural-urbano, edáfico e urbano do município, sempre em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável.

11 – Formulação do Plano de Manejo Sustentável dos Recursos Minerais e Biológicos. [...] (Aristides Soffiati, O “calcanhar de aquiles” de Campos (I), Coluna Complexus, Folha da Manhã, 20 jun. 2010, Folha Dois, p. 2).

Também está presente neste discurso a defesa da utilização do FUNDECAM para a abertura de linhas de microcrédito.

Há que se ressaltar, no entanto, que desde a Agência Nacional de Petróleo passou a indenizar os municípios e estados produtores, uma iniciativa solitária se sobressai: a criação do Fundecam – Fundo de Desenvolvimento de Campos –, na gestão do então prefeito Arnaldo França Vianna. Instrumento de uma política de diversificação econômica, contando com os recursos dos royalties, o Fundo, ao longo desse tempo, tem permitido a entrada, no município, de capital diverso, através de unidades industriais.

A bem da verdade, depois de criado e consolidado, o Fundo deveria ter sido transformado numa agência de fomento, capaz de ampliar seu raio de ação não, apenas para continuar atraindo o capital externo, mas também para ajudar a ampliar a emergente indústria local, como também criar uma linha popular, capaz de tirar da informalidade centenas de pequenos produtores. O Fundecam deveria ser dirigido de forma mais inteligente pelas sucessivas administrações, uma vez que sua finalidade é utilizar recursos dos royalties, enquanto existem, para criar novas vertentes econômicas de

desenvolvimento. (Ilsan Vianna, Governo do improviso, Folha da Manhã, 12 jun. 2010, p. 4).

Foi exatamente o conteúdo deste último discurso, até então marginal na fala dos agentes predominantes no jornal, que inspirou a reformulação do FUNDECAM a partir de 1999, durante o Governo Rosinha.

O Programa Municipal de Microcrédito (Fundecam Solidário), criado pela Prefeitura de Campos, promete beneficiar atividades do cidadão empreendedor de pequenos negócios. Segundo os coordenadores, o programa terá a menor taxa de juros do país: no máximo, 0,5% ao mês, sem correção monetária. O valor mínimo financiado será de R\$ 200 e o máximo, de R\$ 10 mil, para o cidadão empreendedor. No caso de microempresa, terá linhas de financiamento, que vão de R\$ 1 mil a R\$ 400 mil para investimento.

Açougueiro, alfaiate, artesão, baby sister, caminhoneiro, capoteiro, carroceiro, cozinheiro, doceira, fotógrafo, eletricista, encanador, gesseiro, jardineiro, pescador, peixeiro e pipoqueiro estão entre as atividades que poderão ser contempladas pelo programa da Prefeitura. Ao todo, são cerca de 200 atividades. (Fundecam Solidário lança juro de 0,5%, Folha da Manhã, 15 maio 2010, p. 9).

A InvesteRio (Agência de Fomento do Governo do Estado) e o Fundo de Desenvolvimento de Campos (Fundecam) firmaram compromisso ontem de estudar uma parceria para estabelecer uma linha de financiamento de capital de giro para micro e pequenas empresas de Campos, com juros inferiores a 6% ao ano. Foi o que ficou acertado na reunião na Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos (CDL), da qual participaram o presidente da InvesteRio, Maurício Chacur, e o presidente do Fundecam, Eduardo Crespo. Ficou acertado que a Garantinorte, uma entidade de garantia de crédito, que está recebendo formatação final, participará do processo. As exigências de cadastros, prazos e outros detalhes sobre essa parceria, serão definidos nos próximos dias no Rio, em outra reunião entre Chacur e Crespo, devendo participar também o presidente da Garantinorte, Joilson Barcelos. (InvesteRio e Fundecam com linha de crédito: juros serão inferiores a 6% ao ano, garante Maurício Chacur, Folha da Manhã, 16 jun. 2011, p. 9).

4.2.3 O discurso do turismo

Conforme já foi ressaltado anteriormente, as referências ao turismo como instrumento de desenvolvimento regional são esporádicas ao longo do quantitativo de material analisado e não chegam a constituir um projeto regional de desenvolvimento difundido por algum segmento social específico. Contudo, a frequência de matérias jornalísticas relacionadas ao assunto e o espaço dado pelo jornal Folha da Manhã a difusão deste discurso fez com que a retórica do turismo fosse incluída como uma subdivisão do campo da diversificação produtiva, não obstante sua menor presença.

A principal proposta deste discurso reside na exploração das potencialidades do município e no estímulo a novas modalidades de turismo, diferentes do turismo de verão na praia do Farol de São Tomé, historicamente a única atividade turística promovida pela prefeitura.

O Estado do Rio acaba de ganhar o Plano Fluminense de Turismo, que vai definir e orientar uma política estadual para o setor. A Lei 5.489/09, dos deputados estaduais Glauco Lopes (PSDB) e Marco Figueiredo (PSC), foi sancionada pelo governador Sérgio Cabral (PMDB) e publicada no Diário Oficial. O plano vai ampliar o mercado de trabalho e a geração de renda por meio do aumento do fluxo turístico que, segundo do IBGE, registra um aumento na geração de emprego no turismo em torno de 29,6%. Para os setores ligados ao Turismo em Campos, a lei vai incentivar ainda mais as propostas de ações que estimulam o turismo.

O secretário de Desenvolvimento Econômico e Petróleo de Campos, Eraldo Bacelar, disse que o plano vai contribuir ainda mais para deslançar o turismo no município.

– Estamos trabalhando para criar meios de gerar renda e emprego para nossa região, através do projeto “Caminhos do Açúcar”, em parceria com Quissamã, São Fidélis e São João da Barra, vamos incentivar ainda mais o turismo e resgatar uma cultura muito esquecida – disse.

A idéia do secretário é divulgar a cultura da cana-de-açúcar, através da sua história, aproveitando o grande número de patrimônio histórico que existem no município. (Turismo do estado agora regido por lei: norma de Glauco Lopes e Marco Figueiredo foi sancionada por Sérgio Cabral).

Presença forte ao longo dos séculos, diferentes ordens católicas – como a Companhia de Jesus, sediada no Solar do Colégio, e as Irmãs Carmelitas, baseadas na Igreja Nossa Senhora da Lapa – auxiliaram não apenas a construir o município, como estabeleceram uma das mais ricas redes de templos e igrejas do norte-fluminense. Marco zero da colonização campista, a Igreja de São Francisco, onde foi celebrada a primeira missa da região, em 1652, está prestes a se tornar um repositório de toda essa história. Ao menos no que depender dos esforços da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, que vem batalhando já há alguns anos pela criação de um Museu Sacro. Idéia que a secretaria de Cultura vem, agora, abraçar.

O anúncio foi feito pelo secretário, Orávio de Campos, após visita à Igreja, dona de um vasto acervo de arte sacra barroca portuguesa, que registra as passagens de grupos religiosos como os jesuítas, beneditinos, salesianos, franciscanos e dominicanos pela cidade. Entre as peças estão altares, imagens, carrilhões e nichos preciosos, especialmente a capela dedicada à Santa Clara. Lá o secretário foi recebido pelo presidente da Ordem, Oswaldo Almeida, que já angariou contribuição de técnicos ligados ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) a fim de tirar a idéia do papel.

– Há uma imensa riqueza patrimonial sacra em Campos. Talvez o que temos a oferecer seja ainda mais rico que o roteiro religioso de São João Del Rei, Diamantina e Mariana, em Minas Gerais, por exemplo. O acervo certamente é tão vasto quanto. Por isso, a secretaria de Cultura está solidária ao projeto da Ordem Terceira – pondera Orávio, que dá alguns detalhes da participação de sua pasta no processo. – A partir de agora, vamos acompanhar as reuniões e colaborar para que o Museu Sacro seja alavancado. Mais à frente, seremos partícipes da montagem do acervo e da seleção das peças.

De acordo com o secretário, há, entretanto, a preocupação de transformar todo esse legado em algo que possa ser fruído pela população.

– Pretendemos criar segurança e uma reserva técnica que torne o Museu uma referência. Além disso, quando estiver, por fim, instalado, haverá estudiosos, historiadores e museólogos destacados para mostrar aos visitantes a importância de cada uma das peças.

Por fim, há, ainda, o propósito de se desenvolver, junto da secretaria do Desenvolvimento Econômico, um roteiro religioso, que começaria com a Capela de Nossa Senhora do Rosário, na antiga Fazenda do Visconde, em Donana, e se estenderia à matriz de Santo Amaro, passando pela capela de Campo Limpo, o Solar do Colégio e o Mosteiro de São Bento. (Ordem Terceira de São Francisco sonha em fazer da Igreja da Rua 13 de Maio um lugar que valorize sua história e seu rico acervo oitocentista, Folha da Manhã, 20 jun. 2010, Folha Dois, capa).

O comerciante Eduardo Chacur, presidente da Associação dos Comerciantes e Amigos da Rua João Pessoa e Adjacências (Carjopa), disse que a classe está esperançosa e a expectativa é que “a prefeita cumpra a promessa [de revitalização do Centro]”. Ele acredita que o projeto começará a ser executado ainda no segundo semestre deste ano.

[...]

Para Eduardo, os comerciantes precisam de mais atenção do poder público, já que a revitalização do Centro pode representar uma reativação em diversas áreas.

– O turismo pode ser reativado a partir das obras, pois temos casas antigas aqui, que estão sendo sondadas para se tornar casas noturnas, assim como foi feito na Lapa, no Rio. Isso vai reviver a área e atrair mais frequentadores. Assim como o novo shopping na Estrada do Contorno vai receber incentivo com uma nova via de acesso, os comerciantes do Centro devem ser vistos com a mesma atenção, já que é aqui que estão a maioria das lojas –, afirmou. (Lojistas querem mais atenção da prefeita, Folha da Manhã, 03 jul. 2011, p. 7).

A presença de um discurso que defende o aproveitamento do patrimônio histórico para exploração turística surpreende pelo comportamento dos governos municipais de Campos dos Goytacazes ao longo da história, que sempre se voltaram apenas, no que se poderia chamar de uma possível política de turismo, para o estímulo ao afluxo de pessoas, inclusive de outros municípios, para o balneário do Farol de São Tomé, todos os anos, durante o verão.

Entre os defensores da preservação do patrimônio histórico do município, destaca-se, nas matérias da Folha da Manhã, a figura da professora e pesquisadora da UENF, Sylvia Paes. Embora não se observe no conteúdo das declarações desta agente a defesa aberta da utilização do patrimônio histórico como estímulo ao turismo e como meio de indução do desenvolvimento do município, Sylvia Paes, na maioria das vezes, é a principal pessoa a quem o periódico recorre para opinar a respeito da preservação da memória e da cultura, material e imaterial, do município.

A Festa de Santo Amaro, onde é realizada a centenária cavallhada dedicada ao santo padroeiro da Baixada Campista, pode ganhar registro de patrimônio cultural e imaterial do Brasil, concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por se tratar de uma

autêntica manifestação do povo campista. De acordo com a assessoria de comunicação da superintendência regional do órgão no Rio de Janeiro, vai depender apenas da mobilização da comunidade do distrito e de entidades ligada à cultura para que um processo seja aberto para a obtenção do registro. Segundo a assessoria, a superintendência reconhece a importância da festa e da cavalhada, e já chegou a pedir, certa vez, ao ministério da Cultura (MinC), a abertura de um processo de reconhecimento, mas que não foi viabilizado por falta de recursos para iniciar o estudo do inventário dos bens. Trazida pelos monges beneditinos para Campos, a primeira cavalhada foi realizada em 15 de janeiro de 1730, no Solar do Colégio e, neste ano, completou 251 edições. Como bem material, o Iphan já tombou no município o Asilo do Carmo, Solar do Colégio, Capela de Nossa Senhora do Rosário, Solar da Baronesa do Muriaé e Solar dos Ayrizes.

Para o historiador Aristides Soffiati, a possibilidade de Campos ter um bem imaterial é positiva. Segundo ele, a economia agropecuária do Norte fluminense não só propiciou o desenvolvimento de manifestações culturais populares, como também se incumbiu de enfraquecê-las.

– Não temos uma cultura popular forte como no Nordeste do Brasil. O jongo, a mana-chica, o fado, o mineiro pau, o boi pintadinho são, atualmente, apenas manifestações destinadas a turistas. A alma delas se apagou. Elas não são praticadas mais com periodicidade, atendendo a uma necessidade de grupos rurais ou urbanos. Nesse contexto, restou a cavalhada de São Amaro, praticada anualmente no dia 15 de janeiro. Ela lembra as Cruzadas medievais, em que cristãos e mouros lutaram. É com bons olhos que vejo o registro dela como bem imaterial pelo Iphan — disse Soffiati.

Por sua vez, a historiadora e pesquisadora Sylvia Paes destaca que a cavalhada é organizada por pessoas da própria comunidade e difere de outras realizadas pelo país.

– A cavalhada de Santo Amaro tem características próprias, diferente da que é realizada em Pirenópolis (GO), por exemplo, que já tem o registro de bem imaterial do Iphan. É uma manifestação cultural organizada pela comunidade. Agora precisamos fazer uma mobilização para que esse bem cultural ganhe o reconhecimento do Iphan, com registro de patrimônio cultural e imaterial do Brasil — apontou Sylvia. (Cavalhada na mira do Iphan, Folha da Manhã, 20 jun. 2010, Folha Dois, capa).

Terra de usinas canavieiras, Campos dos Goytacazes ganhou fama de nível nacional e internacional pela tradição de confeccionar doces de qualidade, com trabalho de suas doceiras, da qual a mais famosa foi a Mulata Teixeira. O chuveisco sempre foi o carro-chefe, mas, além dele, outros doces como papo-de-anjo, olho-de-sogra e goiabada cascão embarcaram no sucesso e eram quitutes que não podiam faltar em banquetes. Hoje, pouco se fala dos doces campistas e de suas doceiras. Nos anos 90, uma Cooperativa de Doceiras, a Cooperdoce, chegou a existir, mas não durou mais que 16 anos. Atualmente, o poder municipal ensaia a reativação da cooperativa, mas o projeto ainda está em fase de negociação com as doceiras, que se reúnem dia 20.

Para a doceira Zilma Pereira Silva, a burocracia na hora de abrir uma firma e a ausência de apoio à categoria podem ser a causa de não se ouvir falar muito nas doceiras, mas garante que elas seguem produzindo, mesmo que em pequena escala. Outro fator apontado para o declínio da profissão é a falta de cursos na cidade.

– As pessoas que ainda trabalham com esse tipo de doce são as que seguem geração familiar, deixada sempre de mãe para filha. As meninas de hoje não querem mais fazer o doce, principalmente o chuveisco e o papo-de-anjo, por ser um trabalho manual – observou Zilma, que mantém há 32 anos uma loja de doces na avenida Alberto Torres. “Aqui até as netas colocam mão na massa”, revelou.

A historiadora Silvia Paes explica que diferentemente do que muita gente pensa, o município de Campos ainda é muito conhecido pela confecção dos doces, principalmente chvisco e goiabada. “Não vemos falar muito desses doces aqui no município porque fazem parte do nosso cotidiano. Mas as pessoas que passam por aqui ou que visitam a cidade não vão embora sem comer ou levar esse tipo de doce. Para eles, é algo especial”, relata Silvia, lembrando que o chvisco, originário de Portugal, chegou a Campos ainda na era colonial.

– No período colonial se produzia chvisco em calda, mas, hoje, o doce já ganhou versão contemporânea e é possível encontrar chvisco recheado com nozes ou passas, colorido ou cristalizado, em adaptações que têm a nossa marca registrada – observou. (Tradição sobrevive em Campos: os doces ainda são símbolo da cidade e, apesar das dificuldades, doceiras vêm na reativação de cooperativa o novo fôlego. Folha da Manhã, 18 abr. 2010, p. 05).

Apesar do discurso do turismo ser apresentado neste trabalho como uma subdivisão do campo da diversificação produtiva, na medida em que também preconiza a exploração das potencialidades do município, não se pode negar os vínculos da defesa do turismo com o discurso do desenvolvimento local.

Contudo, é importante destacar que o conteúdo do discurso do turismo apresentado pelas páginas da Folha da Manhã trata apenas da defesa do turismo histórico. Neste sentido, outras modalidades de turismo deixam de ser contempladas, como, por exemplo, o ecoturismo e o turismo de negócios. O potencial de áreas naturais como o Parque Estadual do Desengano e as regiões do Imbé, Lagoa de Cima e Rio Preto, entre outras, que já são utilizadas para finalidade turística, poderiam ser melhor exploradas e preparadas para o recebimento de um fluxo maior de pessoas em busca de descanso e lazer.

Por outro lado, por ser o maior município do Norte Fluminense e por concentrar a maior rede de serviços da região, diante de um quadro de profundas transformações com a vinda de grandes empreendimentos Campos dos Goytacazes possui localização privilegiada para o desenvolvimento do turismo de negócios, que poderia funcionar como importante atividade de geração de renda para o município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comparado ao trabalho de Cruz (2003), que empreendeu uma análise da conjuntura regional entre as décadas de 1970 e 1990, não se observa muitas diferenças entre o campo discursivo atual do jornal Folha da Manhã e o daquele período. Chama atenção, porém, após toda a pesquisa realizada, a permanência da força e a sobrevivência do projeto das elites sucroalcooleiras, mesmo com o parque industrial regional reduzido a apenas cinco usinas na safra 2010/2011 e diante de todas as transformações ocorridas no perfil produtivo da região desde a década de 1990. Não obstante seu declínio, o setor sucroalcooleiro de Campos dos Goytacazes ainda hoje consegue fazer suas reivindicações ecoarem e detém um espaço reservado no principal jornal em circulação no Norte Fluminense. Em vez disso, esperava-se, no decorrer da pesquisa, observar uma redução do espaço dado ao segmento dentro do periódico.

Outro aspecto a ser considerado, na estratégia e nas ações dos setores ligados às atividades canavieiras, diz respeito à manutenção das práticas do antigo regionalismo. Sobretudo utilizada pela vertente defensora do discurso restauracionista passadista, ainda hoje, na retórica e no caráter das articulações com esferas de poder superiores, este segmento continua a reclamar a tutela do Estado para o atendimento de seus interesses corporativos, evocando, como justificativa, *o peso e a importância regional do setor* e o conjunto de conseqüências sociais, em termos de desemprego e redução da renda local, advindas do não atendimento às suas reivindicações.

Neste sentido, *a representação do desenvolvimento* difundida e presente no imaginário desta fração social *corresponde a um modelo de desenvolvimento polarizado social e territorialmente e de caráter restrito, corporativo e patrimonialista*.

Por outro lado, dentro do campo dos discursos da diversificação produtiva, novas perspectivas se abrem com a instalação das duas grandes intervenções em andamento na região. Do ponto de vista da economia produtiva, abre-se a perspectiva de um desenvolvimento mais incluyente, social e territorialmente. Dentro do imaginário dos grupos locais, prevalece a expectativa de um futuro de prosperidade e de solução do *problema do desenvolvimento regional*.

Tal percepção, todavia, poderá ser colocada em xeque diante das possíveis mazelas trazidas pela instalação dos complexos do Açú e de Farol-Barra do Furado.

O choque com os impactos negativos destas intervenções poderão resultar na revisão da defesa irrestrita, presente no imaginário regional há décadas, dos grandes empreendimentos como fatores indispensáveis para o desenvolvimento econômico e para a redenção do Norte Fluminense.

Um aspecto que deve ser levantado diante do conjunto de transformações trazidas pelos dois grandes projetos de investimento diz respeito às mudanças na dinâmica do mercado de trabalho regional que os empreendimentos já estão operando. Grande parte dos empregos gerados na fase de funcionamento do Porto do Açú e do Complexo Farol-Barra do Furado exige uma mão-de-obra mais qualificada. Seu acesso acaba, portanto, restrito a um pequeno grupo da força de trabalho regional. A região tradicionalmente se caracteriza pelo baixo nível de instrução e pelo alto grau de verticalização das relações sociais, que ainda abriga, dentro de seu imaginário, a crença na ascensão social individual pela via do paternalismo. É inegável que o choque de capitalismo promovido pelas duas intervenções, ao difundirem a ideia do acesso aos empregos unicamente através da escolarização e da especialização, modifique a mentalidade e o perfil da mão-de-obra regional.

Quanto ao conteúdo dos discursos analisados, o principal fator a ser considerado diz respeito à falta de problematização com relação ao termo *desenvolvimento*. A representação de desenvolvimento trazida pela fala dos agentes se limita a considerar *desenvolvimento como crescimento econômico e geração de empregos*. Em nenhum momento, à exceção da Academia, observou-se qualquer discussão acerca dos impactos positivos e negativos, do tipo de emprego a ser gerado e dos grupos sociais e áreas territoriais do município beneficiadas e excluídas do modelo de desenvolvimento defendido. A percepção de desenvolvimento que parece predominar no imaginário dos agentes identificados associa mecanicamente a instalação de grandes empreendimentos à melhoria generalizada e irrestrita do padrão de vida de toda a população.

Uma questão que se deixa em aberto e afeta diretamente a reflexão acerca do problema do desenvolvimento de Campos de Goytacazes é a discussão sobre como o município, que, historicamente, se apresenta como o tradicional polo do Norte Fluminense, vem procurando inserir-se na nova ordem regional, diante dos dois grandes projetos de investimentos em andamento, instalados em municípios vizinhos. Uma primeira hipótese levantada ao longo da pesquisa trabalhou com a

ideia de que Campos buscava reforçar seu papel de centralidade diante da intensificação dos fluxos regionais, explorando a condição de principal entroncamento rodo-ferroviário do Norte Fluminense, o que poderia ser comprovado pelas pressões da prefeitura para a modificação dos traçados originais do corredor logístico ligando o município ao Porto do Açu.

Por outro lado, outra hipótese surgida no decorrer da pesquisa, e que parece mais viável, aponta para a busca de integração do município às benesses geradas pelas novas intervenções, através da exploração do seu papel de co-participação no Complexo Farol-Barra do Furado. Com a ampliação do projeto, que inicialmente se resumia na instalação de um estaleiro da Aker Promar na localidade de Barra do Furado, Campos dos Goytacazes também passou a ser afetada pela instalação do empreendimento. Nos últimos meses, com a proximidade do início das obras, observou-se uma mudança no tom das declarações das autoridades do município. Se, até alguns meses atrás, os representantes da prefeitura de Campos falavam dos benefícios para o município da instalação do Complexo Farol-Barra do Furado atrelados ao fato de Campos dos Goytacazes polarizar Quissamã, agora a fala destes agentes caracteriza-se por mencionar os benefícios diretos para o município de maneira individualizada, sem a menção a Quissamã, referindo-se ao fato do município abrigar, dentro do seu território, de acordo com o projeto, bases de apoio *offshore*.

Por fim, a última constatação da pesquisa se refere aos velhos arranjos locais de poder no município e ao tradicional recurso ao regionalismo. Neste aspecto, cabe destacar que, no primeiro semestre de 2011, a prefeita de Campos dos Goytacazes, Rosinha Garotinho, tornou-se articulista do jornal Folha da Manhã, revertendo o posicionamento do periódico em relação ao executivo municipal, até então, desde o início do período pesquisado, alinhado com a oposição. Assim, mais uma vez, observa-se uma estratégia de caráter regionalista, na qual a prefeita Rosinha se coloca no papel de liderança e empreende uma estratégia de *fechamento* dentro da imprensa escrita local, na medida em que, a partir de agora, a chefe do executivo campista passa a ter o apoio dos dois únicos jornais em circulação no município, Folha da Manhã e O Diário, tendo maior de poder de silenciar a sua oposição.

6 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). **Boletim da produção de petróleo e gás natural**: junho 2011. Brasília: Superintendência de Desenvolvimento e Produção, ago. 2011.

ALMEIDA, Celso Acácio Galaxe de. **Experiências sócioeducativas na formação da consciência dos sem terra de Campos dos Goytacazes**. Niterói, RJ, 2004. Dissertação (Mestrado) – Educação, Universidade Federal Fluminense (mimeo).

AZEVEDO, Hamilton Jorge de. Uma análise da cadeia produtiva da cana-de-açúcar na Região Norte Fluminense. *In*: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e (Orgs.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. p. 117-172.

AZEVEDO NETO, José Geraldo Gomes de; SILVA NETO, Manoel José da; RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. **Folha da Manhã versus O Diário**: um olhar sobre as representações políticas dos jornais nas eleições municipais de 2006 em Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes, RJ, 2007. 80 p. Monografia (Graduação) – Comunicação Social (Bacharelado em Jornalismo), Centro Universitário Fluminense/Faculdade de Filosofia de Campos (mimeo).

BARBOSA, Décio H. (Coord.) **Guia dos royalties do petróleo e do gás natural**. Rio de Janeiro: ANP, 2001.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 3ª ed. São Paulo: Annablume/Hucitec, 1995.

BORTOLETO, Elaine Mundim. **Grandes hidrelétricas**: desenvolvimento, discurso e impactos. Geografares, Vitória, n. 2, jun. 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

CAMPOS dos Goytacazes. Lei nº 7.084 de 02/07/2001. Lei do Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes (FUNDECAM).

_____. Decreto nº 147 de 22/03/2002 (DECRETO FUNDECAM). Regulamentação da Lei Municipal nº 7.084 de 02/07/2001.

_____. Lei nº 8.141 de 29/12/2009. Nova Lei do Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes (FUNDECAM).

_____. Decreto FUNDECAM nº 11 de 01/02/2011. Regulamentação do Regimento Interno do Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes (FUNDECAM).

CARNEIRO, Lucianne. No “Império X”, ações na montanha-russa: papéis do grupo de Eike Batista vêm se destacando pela forte instabilidade. Segundo analistas, maior risco pode dar maior retorno. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 maio 2011.

CARVALHO, Livia Silva de; QUINTO JÚNIOR, Luiz de Pinedo; LIMA, Dayane Machado; CRESPO, Matheus Pepe. **O porto do Açú no contexto da reestruturação espacial**. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16, 2010, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: AGB, 2010. CD-ROM.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. (et.al.) **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASTRO, Iná Elias de. *Seca versus seca*. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 283-323.

COELHO, Franklin Dias (Coord.). **Planejando o nosso desenvolvimento: sensibilização para o planejamento estratégico do município de Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes, RJ: Escola Técnica Federal de Campos, 1996. Relatório. 47 p. (mimeo).

COUTO REYS, Manoel Martins do. **Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reys, 1975**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

CRESPO, Néelson. E Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 239-256.

CRUZ, José Luis Vianna da. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e (Orgs.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. p. 77-116.

_____. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no Norte Fluminense. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (Orgs.). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 33-67.

_____. Os desafios do Norte e do Noroeste Fluminenses frente aos grandes projetos estratégicos. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 9, n. 1/3, p. 43-50, jan./dez. 2007.

_____. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense**. Rio de Janeiro, 2003. 338 p. Tese (Doutorado) – Planejamento Urbano e regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (mimeo).

_____. Região, desenvolvimento e a escala micro-regional: notas metodológicas. **Regiões e cidades**, UCAM-CAMPOS, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 1, n. 1, out. 2008.

CRUZ, José Luis Vianna da (Coord.). **Reestruturação do espaço econômico do Norte Fluminense: o desafio da inclusão pela renda do trabalho**. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, 2008a. Relatório FENORTE. 18 p. (mimeo).

FOLHA da Manhã. Acesso de 01 jul. 2006 a 30 jul. de 2011.

GRUPO EBX. Disponível em <<http://www.ebx.com.br>>. Último acesso: 23 jun. 2011.

ESPÍRITO SANTO, Zelineide Novaes do; ALMEIDA, Luciana Togeiro de. **Etanol: impactos sócio-ambientais de uma commodity em ascensão**. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 7, 2007, Fortaleza. Anais... Fortaleza: ECOECO, 2007. CD-ROM.

FUNDO de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes (FUNDECAM). Disponível em <www.FUNDECAM.campos.rj.gov.br>. Último acesso em: 04 abr. 2010.

GOMES FILHO, Hélio. **A Experiência de Plano Estratégico de Cidade no Município de Campos dos Goytacazes: a governabilidade num cenário de busca da democracia participativa**. Campos dos Goytacazes, RJ, 2003. 31 p. (mimeo).

GUSMÃO, Paulo Pereira de. **Políticas públicas, grandes corporações e ordenamento territorial na área metropolitana do Rio de Janeiro**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13, 2009, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPUR, 2009. CD-ROM.

PAIXÃO, Márcia; FONSECA, Márcia. **Exportações de etanol brasileiro, integração regional e a questão ambiental: uma análise empírica**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4, 2008, Brasília. Anais... Brasília: ANPPAS, 2008. CD-ROM.

HARVEY, David. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de cultura económica, 1990.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: EGAL, 2005. CD-ROM.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <www.ibge.gov.br>. Último acesso: 23 maio 2010.

LEFÉBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

_____. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell Publishers Inc., 1997.

LIMA, Paulo César Ribeiro. **Modelo institucional do setor petrolífero nacional e possíveis alterações**. Brasília: Câmara dos Deputados/Consultoria Legislativa, jul. 2009. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/4845/modelo_institucional_lima.pdf?>. Acesso em 19 jul. 2011.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10 ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

MENEZES, Vitor. Tentativa de mudança fica 2011: Comitê ligado à Presidência da República estuda proposta conciliadora para os royalties. **BOLETIM Royalties, Petróleo e Região**. Campos dos Goytacazes, RJ, ano 8, nº 30, dez. 2010. Disponível em <<http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/index.php>>. Acesso em 23 dez. 2010.

MOORE, Jr. Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do Mundo Moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NATAL, Jorge (Org.). **O Estado do Rio de Janeiro pós-1995**: dinâmica econômica, rede urbana e questão social. Rio de Janeiro: Publicati, 2005.

NOGUEIRA, Danielle. Eike Batista quer construir 'Cidade X'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 jul. 2009.

_____. A saída pelo porto: com obras do Açú, São João da Barra deve receber R\$ 70 bi e população pode crescer 7 vezes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 maio 2011.

NORONHA, Eduardo; TURCHI, Lenita. **Política industrial e ambiente institucional na análise de arranjos produtivos locais**. Brasília: IPEA, mar. 2005. (Texto para discussão nº 1076). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1076.pdf>. Acesso em 09 set. 2011.

O Diário. Acesso de 01 jul. 2006 a 30 jul. 2011.

O Globo. **Revista Norte Fluminense**, 26 jun. 2011.

O Monitor Campista. Campos dos Goytacazes, RJ, ano 176, n. 294, 15 nov. 2009. (última edição).

OLIVEIRA, Celso Henrique de; ARAÚJO, Nina Quintanilha; NAZARETH, Paula Alexandra. Considerações sobre os impactos das propostas de mudanças no marco regulatório do petróleo e gás natural nas finanças públicas do RJ. **BOLETIM Royalties, Petróleo e Região**. Campos dos Goytacazes, RJ, ano 8, nº 29, set. 2010. Disponível em <<http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/index.php>>. Acesso em 20 out. 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ONG Cidade 21. Disponível em <cidade21.blogspot.com>. Último acesso: 30 set. 2006.

PAIXÃO, Márcia; FONSECA, Márcia. **Exportações de etanol brasileiro, integração regional e a questão ambiental**: uma análise empírica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4, 2008, Brasília. Anais... Brasília: ANPPAS, 2008. CD-ROM.

PANTOJA, Sílvia. **Crônica de uma vitória anunciada**: considerações sobre o processo político-eleitoral de 2004 e as eleições de 2006, em Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro, nº 30, 2006. Disponível em: http://www.achegas.net/número/30/silvia_30.pdf. Acessado em: 15 de janeiro de 2007.

PESSANHA, Roberto Moraes. Radiografando o orçamento de Campos dos Goytacazes (2000-2004). In: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e (orgs.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC editora, 2004. p. 193-266.

PINTO, Jorge Renato Pereira. **O ciclo do açúcar em Campos**. Campos dos Goytacazes, RJ: Edição do Autor, 1995.

PIQUET, Rosélia. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 219-238.

_____. **Indústria e território no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PIQUET, Rosélia; Givizies, Gustavo; Oliveira, Elzira. **A nova centralidade de Campos dos Goytacazes**: o velho e o novo no contexto regional. Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ/ UERJ/ Fórum - Rio, n. 18-19, Jan.-dez./2006, pp. 39-57.

PREFEITURA Municipal de Campos dos Goytacazes [et. al.]. **Campos dos Goytacazes**: perfil 2005. Campos dos Goytacazes, RJ, 2005. Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov.br/Perfil-2005/Perfil%202005.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2008.

PREFEITURA Municipal de Quissamã. **Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=e2yfq9joVAY>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

QUINTO JUNIOR, Luiz de Pinedo; IWAKAMI, Luiza Naomi. **Projeto Porto do Açú**: nova frente urbana de um porto privado. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13, 2009, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPUR, 2009. CD-ROM.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Conversando sobre o espaço**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, s.n., 1999, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ANPUR, 1999. CD-ROM.

SANT'ANNA, André Santos. **O sucesso da crise na região de Campos**. Rio de Janeiro, 1984. Dissertação (Mestrado) – Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (mimeo).

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. **Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Francisco. Complexo de Barra do Furado sai do papel. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 15 set. 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SERRA, Rodrigo Valente. Sobre o advento dos municípios “novos ricos” nas regiões petrolíferas nacionais. *In*: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e (Orgs.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. p. 173-192.

SERRA, Rodrigo Valente; TERRA, Denise Tavares. Notas sobre a região petro-rentista da Bacia de Campos. *In*: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (Orgs.). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 275-307.

SILVA, Roberto Cezar Rosendo Saraiva da; CARVALHO, Ailton Mota de. Formação econômica da Região Norte Fluminense. *In*: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e (Orgs.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. p. 27-75.

SILVA NETO, Romeu e. Indústria e desenvolvimento na região Norte Fluminense: crescimento econômico e o problema da extrema heterogeneidade econômico-espacial no Estado do Rio de Janeiro. *In*: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (Orgs.). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 225-274.

_____. O papel das administrações municipais no processo de desenvolvimento local – uma proposta para a Região Norte Fluminense. *In*: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e (Orgs.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. p. 333-364.

SMIDERLE, Dilcéa de Araújo Vieira. **O multiforme desafio do setor sucroalcooleiro de Campos dos Goytacazes (RJ)**. Campos dos Goytacazes, RJ, 2009. 104 p. Dissertação (Mestrado) – Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense (mimeo).

SOFIATTI NETO, Aristides A.; CRUZ, José Luis Vianna da. **Bases históricas da economia regional e do regionalismo no Norte Fluminense**. Campos dos Goytacazes, RJ, 1997. p.1-7. (mimeo).

SOUSA, Horácio de. **Ciclo Áureo**: história do primeiro centenário da cidade de Campos – 1835-1935. Campos dos Goytacazes, RJ: Artes Gráficas – Escola de Aprendizizes Artífices, 1935.

SOUZA, Paulo Marcelo de; PONCIANO, Nivaldo José. O perfil da produção agrícola na região Norte Fluminense: uma análise das alterações ocorridas no período de 1970 a 2000. *In*: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (Orgs.). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 169-224.

SOUZA, Renato Barreto de. **Clientelismo e voto em Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes, RJ, 2004. 145 p. Dissertação (Mestrado) – Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense (mimeo).

VAINER, Carlos B. Regionalismos: anacronismo ou pós-modernidade? *In*: GONÇALVES, Maria Flora (Org.). **O novo Brasil urbano**: impasse, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 163-182.

VASCONCELOS, Adriana; CAMAROTTI, Gerson; OSVALD, Vivian. **Dilma cobra acordo dos royalties**: presidente alerta governadores de Norte e Nordeste que receita de Rio e ES deve ser garantida. **O Globo**, Rio de Janeiro, caderno de economia, 16 jun. 2011, p. 21.

VICENTE FILHO; Ronaldo; RAMALHO, Roberta de Souza. **Diagnóstico dos aspectos do legado cultural do município de Campos dos Goytacazes-RJ voltado ao planejamento turístico**. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 09, 2005, Manaus. Anais... Manaus: UFAM, 2005. CD-ROM.